

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA -
MESTRADO PROFISSIONAL**

LEONARDO MENDES MARINHO

**A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS E ESPAÇOS: AS IRMANDADES
NEGRAS EM PARACATU/MG NO SÉCULO XVIII.**

**CATALÃO - GO
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Leonardo Mendes Marinho

3. Título do trabalho

A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS E ESPAÇOS: AS IRMANDADES NEGRAS EM PARACATU/MG NO SÉCULO XVIII

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Do Carmo, Orientador**, em 11/10/2023, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO MENDES MARINHO, Usuário Externo**, em 11/10/2023, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4116437** e o código CRC **E4A7A70B**.

LEONARDO MENDES MARINHO

**A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS E ESPAÇOS: AS IRMANDADES
NEGRAS EM PARACATU/MG NO SÉCULO XVIII.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional - Instituto de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo.

CATALÃO - GO
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Marinho, Leonardo Mendes

A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS E ESPAÇOS: AS IRMANDADES
NEGRAS EM PARACATU/MG NO SÉCULO XVIII. / Leonardo
Mendes Marinho. - 2023.

122, CXXII f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação
em História, Catalão, 2023.

Inclui mapas, gráfico, lista de figuras.

1. Irmandades . 2. Negras. 3. Paracatu. I. Carmo, Luiz Carlos do,
orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **131** da sessão de Defesa de Dissertação de **Leonardo Mendes Marinho**, que confere o título de Mestre em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **14h30m**, realizou-se de forma remota pelo Google Meet com link: meet.google.com/cxh-ebka-dnk, a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS E ESPAÇOS: AS IRMANDADES NEGRAS EM PARACATU/MG NO SÉCULO XVIII**. Os trabalhos foram instalados pelo **Orientador Professor Doutor Luiz Carlos do Carmo - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Maria Andréa Angelotti Carmo - (Instituto de História/UFU)** membra titular externa e o Professor Doutor **Paulo César Inácio - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **Aprovado**. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Luiz Carlos do Carmo**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Do Carmo, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Inacio, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2023, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andréa Angelotti Carmo, Usuário Externo**, em 27/09/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3976843** e o código CRC **28394573**.

Referência: Processo nº 23070.046901/2023-14

SEI nº 3976843

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela, 1993.

AGRADECIMENTOS

Participar do Programa de Mestrado é um grande desafio pessoal e profissional, conciliar os estudos, o trabalho e superar as minhas limitações como PcD (*Pessoa com Deficiência*) não é fácil, mas agradeço a Deus pela força e motivação e por me ajudar a vencer todas as dificuldades encontradas.

A compreensão e o auxílio de algumas pessoas foram muito importantes nessa trajetória. Agradeço a minha família, sobretudo aos meus pais pelo carinho e apoio dedicados à minha formação pessoal, social e acadêmica, sendo eles um alicerce fundamental nas minhas conquistas.

Agradeço ao meu filho Théo, que apenas com seus 03 anos de idade, se tornou a razão da minha grande motivação e estímulo para não desistir dos estudos e seguir em frente diante das adversidades.

Agradeço ao arquivista Carlos Lima por sua dedicação, compromisso e presteza no atendimento a frente do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Por fim agradeço a toda equipe e professores da Universidade Federal de Catalão que com tanto carinho me acolheram desde o início, e direta ou indiretamente contribuíram até o momento para a realização desta pesquisa. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo, que não doou somente seus conhecimentos, mas com paciência, me conduziu até aqui nessa pesquisa. Professor, seus ensinamentos me inspiraram e certamente estão fazendo toda a diferença em minha vida pessoal e profissional.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da capacidade de criação de laços e espaços de solidariedade, por meio da observação do papel das Irmandades Leigas na construção de laços socioculturais e de liberdade no município de Paracatu-MG no século XVIII. Igualmente busca-se compreender a trajetória histórica de homens e mulheres reduzidos à condição de escravizados no Brasil. Procura-se destacar a capacidade de construção social por meio da formação das Irmandades, suas influências na sociedade da época e suas marcas na sociedade contemporânea e, por último, identificar a importância política, social e a religiosidade. A principal fonte de dados são os documentos manuscritos e fotografias constantes do acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu. Por sua vez, as representações e práticas religiosas, suas crenças e seus ritos, parecem ser integrantes indissociáveis da consciência coletiva desses sujeitos, o que estreita os laços com a cultura e construção da identidade negra no Brasil.

Palavras chaves: Escravizados. Irmandades. Religiosidade. Cultura.

RESUMEN

Este trabajo presenta una investigación centrada en el análisis del papel de las hermandades laicas en la construcción de lazos socioculturales y libertad en la ciudad de Paracatu-MG en el siglo XVIII. También busca comprender la trayectoria histórica de los esclavizados en Brasil; destacar el proceso de formación de las cofradías, sus influencias en la sociedad de la época y sus huellas en la sociedad contemporánea y, por último, identificar la importancia de la religiosidad para los negros incluidos en las cofradías. Por tratarse de una investigación sin precedentes, la principal fuente de datos son los documentos, manuscritos y fotografías contenidos en el acervo del Archivo Público Municipal de Paracatu. Las representaciones y prácticas religiosas, sus creencias y ritos, son parte integral e inseparable de la conciencia colectiva de los negros, lo que fortalece los vínculos con la cultura y la construcción de la identidad negra en Brasil.

Palabras clave: Esclavizados. Hermandades. Religiosidad. Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa 1966 - Paracatu - Localização das antigas igrejas, capelas e cemitério de Santa Cruz.....	21
Figura 2 - Mapa 2023 – Paracatu - Localização das atuais e suprimidas igrejas do Século XVIII.....	22
Figura 3 - Réplica do Chafariz da Traiana.....	24
Figura 4 - Capela Passos da Paixão.....	24
Figura 5 - Extração do ouro.....	30
Figura 6 - Coleta da Irmandade do Rosário.....	39
Figura 7 - Clero Regular.....	42
Figura 8 - Croqui com a localização das principais comunidades negras em Paracatu - Século XIX.....	45
Figura 9 - Primeira página dos Livros de Compromisso das Irmandades do Glorioso São Benedito e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1782).....	50
Figura 10 - Processo Criminal contra membro da Irmandade Nossa Senhora de Monserrath pelo não pagamento de dívidas.....	55
Figura 11 - Capítulo XVIII e IX - Livro da Irmandade de São Benedito (1782).....	58
Figura 12 - Foto mais antiga da Igreja do Rosário (sem a torre central que foi inserida em 1922).....	60
Figura 13 - Fachada atual da Igreja do Rosário.....	61
Figura 14 - Interior da Igreja do Rosário.....	62
Figura 15 - Altar principal da Igreja do Rosário.....	63
Figura 16 - Escultura de São Benedito mantida na Igreja do Rosário.....	64
Figura 17 - Recibo de pagamento emitido pela Irmandade das Almas.....	70
Figura 18 - Capela de Nossa Senhora da Boa Morte localizada no interior do Cemitério de Santa Cruz.....	74
Figura 19 - Folha de rosto do Livro de Compromissos da Irmandade de Nossa Senhora das Almas (1764).....	75
Figura 20 - Alvará do Rei Dom José I, relacionando às acusações feitas por moradores em desfavor do Padre Antônio Mendes Santiago.....	77

Figura 21 - Abertura do livro de descarga da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (1802).....	78
Figura 22 - Lateral do Cemitério Santa Cruz.....	79
Figura 23 - Vista parcial do interior do Cemitério Santa Cruz.....	80
Figura 24 - Antiga Igreja da Abadia.....	81
Figura 25 - Notícia sobre a construção do Fórum de Paracatu, no Largo da Abadia, publicada pelo Jornal Folha de Paracatu, em 23/05/1965.....	82
Figura 26 - Imagem atual do prédio do Fórum de Justiça de Paracatu e o antigo Largo da Abadia (Praça Afrânio de Melo Franco), local onde se encontrava a suprimida Igreja da Abadia.....	83
Figura 27 - Localização da suprimida e atual Igreja de Nossa Senhora da Abadia...	85
Figura 28 - Registro da atual Igreja de Nossa Senhora da Abadia.....	86
Figura 29 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, após reforma em 1922.....	87
Figura 30 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário (2022).....	87
Figura 31 - Capítulo I do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.....	88
Figura 32 - Igreja do Amparo (1765).....	89
Figura 33 - Largo do Amparo onde se localizava a suprimida Igreja do Amparo, em seu lugar há somente uma simples imagem do Cristo Rei.....	91
Figura 34 - Antigo Largo do Amparo (Praça Cristo Rei).....	92
Figura 35 - Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1765).....	93
Figura 36 - Tapuiada realizada em homenagem a Nossa Senhora do Amparo.....	95
Figura 37 - Tapuiada – Foto do Fundo Olímpio Gonzaga.....	95
Figura 38 - Os dois lados da Tapuiada, encenação realizada no ano 2000.....	97
Figura 39 - Arquitetura Original da Igreja Matriz de Santo Antônio.....	100
Figura 40 - Igreja Matriz de Santo Antônio (2022).....	101
Figura 41 - Altar-Mor retirado da Igreja de Sant’Anna, atualmente está localizado na Igreja Matriz de Santo Antônio.....	102
Figura 42 - Ata de demolição da Igreja de Sant’Anna.....	103
Figura 43 - Despesas efetuadas na demolição da Igreja de Sant’Anna, constantes na página do Livro de Receitas da Irmandade Nossa Senhora de Sant’Anna.....	104
Figura 44 - Total das despesas efetuadas com a demolição da Igreja de Sant’Anna, constantes na página do Livro de Receitas da Irmandade Nossa Senhora de Sant’Anna.....	105

Figura 45 - Igreja de Sant'Anna em ruínas, no ano de 1934.....	106
Figura 46 - Réplica da Igreja de Sant'Anna, construída em 1990.....	109
Figura 47 - Capítulo II do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo...	111
Figura 48 - Capítulo VII do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.....	112
Figura 49 - Capítulo VIII do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.....	113
Figura 50 - Sobradinho do Santana - Primeira construção de alvenaria erguida na cidade de Paracatu.....	114

GRÁFICO

Gráfico 1 – Distribuição da população nas principais regiões mineiras no início do século XVIII	28
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. CAPÍTULO I	
A CONSTRUÇÃO SOCIAL EM PARACATU.....	19
2. CAPÍTULO II	
AS CONSTRUÇÕES POLITICO/RELIGIOSAS EM PARACATU.....	35
3. CAPÍTULO III	
A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE PARACATU- MG.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
FONTE.....	117
REFERÊNCIAS.....	119

APRESENTAÇÃO

Sou servidor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Paracatu, cidade em que nasci e cresci junto à minha família e onde vi meu filho nascer. Localizada no interior de Minas Gerais, na região Noroeste, a cidade está a 430 km da capital mineira e a menos de 240 km da capital federal. A história do município de Paracatu se confunde em partes, com a própria história brasileira, com seu desenvolvimento ancorado no trabalho escravo e na mineração. Reconhecida pelos seus inúmeros patrimônios históricos, a cidade ainda conserva igrejas, praças e residências com características da época da colonização.

Minha trajetória acadêmica se iniciou em 2008, quando me matriculei no curso Técnico em Segurança do Trabalho, concluído em 2009. Contudo o nível técnico não me satisfaz e o sonho de ter uma graduação continuava presente. O concurso do IFTM, prestado em 2013, foi à oportunidade que vi para ter um horário de trabalho organizado e condições para encarar a Graduação.

Fui aprovado no concurso, e em 2014 assumi o cargo de Operador de Máquinas Agrícolas no Instituto Federal do Triângulo Mineiro em Paracatu e no mesmo ano fui aprovado no vestibular do curso de Licenciatura em Geografia, que conclui em 2017.

Trabalhando numa instituição de ensino, e vivenciando diariamente as conquistas dos colegas em pós-graduações diversas, sobretudo em nível de mestrado profissional, o interesse pela especialização foi se afluando. Em conversa com alguns colegas de trabalho sobre pós-graduação tive ótimas referências do Mestrado em História da UFCAT e isso despertou um grande interesse pelo curso, em 2018 fui à Catalão com um colega de trabalho para assistir algumas aulas e compreender o funcionamento do mestrado, gostei muito do conteúdo e da didática dos professores, em 2018 participei do processo seletivo e entrei como aluno especial no referido programa de Mestrado Profissional em História.

No ano de 2020 participei novamente do processo seletivo da UFCAT para ingressar como aluno regular no Mestrado, concorri a uma vaga como PcD e fui aprovado, desde então venho aprofundando os estudos e, com o auxílio dos professores do curso, aprimorando minha qualificação profissional.

Preciso registrar que há alguns anos a oportunidade de estudar era vista apenas como uma realidade distante, ainda mais se tratando de pós-graduação.

Poder cursar uma pós-graduação *Stricto Sensu* e fazer parte do Mestrado Profissional em História é parte de um sonho realizado, isso me traz diariamente a certeza de que colhemos o que plantamos, e que os frutos de todo esforço e dedicação nos estudos são colhidos por aqueles que persistem e não desistem frente aos obstáculos.

O interesse pela problemática sobre a capacidade de articulação, de criação de condições e mesmo de solidariedade de homens e mulheres negros/as, por meio da observação das Irmandades surgiu após uma visita técnica realizada na Comunidade Quilombola São Domingos em Paracatu-MG, a comunidade surgiu com a união de três famílias: Ferreira, Lopes e Mendanha.

A pesquisa intitulada “A Construção de Laços e Espaços: as Irmandades Negras em Paracatu/MG no Século XVIII”.¹ aborda elementos históricos da trajetória dos escravizados. Em alguns momentos podendo ser dialogada com a chegada de homens e mulheres negros reduzidos à condição de escravizados ao Brasil, o período da mineração no século XVIII em Minas Gerais e, sobretudo, em Paracatu, bem como a religiosidade presente na comunidade negra que se formava.

Por sua vez, elementos como a discriminação e a desigualdade racial sempre estarão presentes no contexto histórico e atual do Brasil, faço parte desta pesquisa e afirmo isso a partir da minha própria vivência na sociedade como homem negro, a formação da identidade é um caminho que passa por diferentes etapas e desafios, é um processo que vai se desenvolvendo com o tempo e isso só é possível quando o sujeito passar a ter consciência da própria existência e reconhece o seu valor e dos seus antepassados na construção de uma grande nação como nosso país.

O projeto de desagregação, de desafeição, de não reconhecimento ao negro é um fato real e isso ocorre na maioria dos meios sociais, posso citar como exemplo o ambiente escolar em que cursei o ensino fundamental, sendo um adolescente PcD (Pessoa com Deficiência) e negro, pude viver experiências desagradáveis na escola.

¹As irmandades são instituições religiosas parcialmente autônomas, compostas por leigos que tinham como objetivo ajudar os seus membros e a comunidade, elas prestavam assistência tanto na vida social, quando cultural e religiosa, além de assistência aos enfermos. Para Boschi (1986, p. 183) “as irmandades foram uma força auxiliar, complementar e substituta da Igreja, sendo responsáveis pela contratação de religiosos e pela construção dos templos”.

Todas as escolas como uma instituição de ensino, deveriam ser centradas para a transformação social e desenvolvimento de uma educação inclusiva onde os preconceitos e discriminações fossem cessados, mas infelizmente não é assim que acontece.

Pretendo do ponto de vista da relevância social, ponderar que este trabalho servirá para apresentar elementos históricos, mas também estimular um raciocínio histórico que dialogue com as escolhas passadas, com as construções possíveis, com as negociações de homens e mulheres paracatuenses, com novos elementos acerca de questões étnicas e culturais, importantes para o entendimento de conceitos e valores dos movimentos sociais afro-brasileiros, principalmente as Irmandades Religiosas de Paracatu.

No tocante ao âmbito acadêmico, a importância desse estudo reside em oportunizar diálogos, e mesmo críticas e também desfazer versões naturalizadas sobre o passado, e assim, contribuir para o surgimento de uma nova mentalidade, de uma maneira digna e respeitosa de tratar o nosso semelhante, especialmente os homens e mulheres negros (as), que por muito tempo foram marginalizados e não tiveram o reconhecimento do seu protagonismo ao longo da história.

Há um longo processo de segregação imputado aos homens e mulheres negros/as, mas é preciso se valorizar, se reconhecer como negro atuante e cidadão brasileiro, ser negro é mais do que estabelecer comparativos com os brancos, ser negro é ter orgulho de suas origens, é ser respeitado e perceber-se equivalente como todos, é utilizar o conhecimento adquirido para poder lutar e se defender da opressão imposta desde os primórdios da sociedade.

Diante disso, o trabalho enquadra-se nas novas perspectivas da educação histórica, salientada por Barca (2001) como aquela com fundamentação científica própria, subsidiada por conhecimentos epistemológicos da história e das ciências sociais. O que é essencial para promoção do conhecimento sem viés generalista, reconhecendo a análise subjetiva da história, aceitando as diferentes concepções de acordo com cada realidade, mas também propondo questionamentos e considerações próprias, não escusando se de pensar uma sociedade.

Inspira-nos também as considerações de Zarth (2001, p. 49) quando preceitua que “muitas tradições históricas são repletas de silêncios e de preconceitos”, dentre as quais se destacam as omissões em relação à história da população negra e tudo que a envolve desde os primórdios da colonização. Diante

disso, o autor ratifica a necessidade dos profissionais da história buscarem o conhecimento histórico na livre manifestação e abordarem discussões envoltas a temas de grande impacto cultural e social.

A percepção da história do contingente de homens e mulheres negros escravizados e libertos, buscando novos elementos, e ou mesmo, novas nuances, confere maior teor realista a realidade vivenciada, trazendo consigo uma maior compreensão dos impactos do passado no presente (BARCA, 2001).

O que é de extrema importância diante de uma das disciplinas com mais influência externa, de fontes que nem sempre são confiáveis e que por vezes manipulam a realidade conforme seus próprios interesses (ZARTH, 2001).

Por isso a visão da comunidade e cultura histórica sobre novas percepções é fundamental no ensino de história, para construção de uma cultura histórica plural, uma vez que a participação dos diversos setores culturais e sociais, onde se destacam à igreja e à família, permitem desmistificar a hegemonia histórica que tradicionalmente conduz o ensino da disciplina (ZARTH, 2001). Nesse sentido o trabalho procura contribuir na análise histórica, específica da cultura envolta nas irmandades religiosas em Paracatu, da população negra e sua história, sem desconsiderar escolhas, disposições e vários enfrentamentos sociais que constituem um percurso histórico de construção, de idas e vindas desses sujeitos.

A proposta encerra o desafio de repensar conhecimentos assentados e que precisam ser revistos. Nessa direção, quando pensamos no Ensino de História, pondera-se que, uma vez aceito o desafio, os alunos são instigados a pensar, imaginar e criar, novos horizontes de compreensão, pois não há uma resposta final em história, o ensino deve proporcionar informações das diferentes explicações e alternativas para que haja o debate e o aluno construa um conhecimento histórico de qualidade, compreendendo a pluralidade que envolve as tradições e memória coletiva (ZARTH, 2001; BARCA, 2001).

Corroboro com os elementos contidos na afirmação de ZARTH e BARCA, analisar os acontecimentos e interpretar os fatos como historiador me proporciona uma melhor compreensão do passado, o pensamento histórico está diretamente ligado à formação da consciência histórica, para ensinar história não basta ter somente o domínio de conteúdos conceituais, é preciso desenvolver a capacidade de se expressar, se tornar parte da história e utilizar uma didática que seja capaz de

despertar no aluno o interesse pela disciplina e sempre buscando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Existem relatos que em algumas instituições de ensino ainda há resistência sobre os ensinamentos da cultura africana, em 2003 foi sancionada a Lei nº 10.639 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras na educação básica. Um passo importante, uma valorização impar na possibilidade de construir uma nova compreensão, não apenas dos fundamentos europeizados do passado. Sendo assim, temos uma lei que preconiza que é preciso enxergar o passado e construir uma narrativa sobre o reconhecimento e importância do povo negro na formação social do nosso país.

As novas abordagens trazem conceitos de significância histórica, mudanças, narrativas e evidências que impulsionam a construção do conhecimento histórico plural, abstraindo preconceitos e dando voz aquilo que foi silenciado, de modo a produzir valores mais compatíveis com o respeito, democracia, cidadania e liberdade (ZARTH, 2001; BARCA, 2001). Essa percepção vai de encontro aos preceitos de Certeau (1982) na definida operação historiográfica, que tem fulcro justamente na função do historiador em dar voz ao não dito, desmistificando a homogeneidade e evitando a construção de dogmas, destacando a ausência de uma verdade histórica e impulsionando a aceitação de pluralidade.

O trabalho tem por objetivo principal analisar o papel das ações, das escolhas humanas, em que os homens e mulheres negros/as – conduziram aspectos de sua vivência, por meio das Irmandades existentes em Paracatu no século XVIII e as relações entre seus membros na construção de laços socioculturais e de liberdade no município de Paracatu-MG. Além disso, busca-se compreender a trajetória histórica dos homens e mulheres negros (as) no Brasil; destacar o processo de formação das irmandades, suas influências na sociedade da época e suas marcas na sociedade contemporânea e, por último, identificar a importância da religiosidade para os inseridos nas irmandades.

Nesse contexto, o estudo visa estimular a compreensão histórica sobre a vivência em geral, passando pela escravidão e a participação dos homens e mulheres negros/as em associações político/religiosas onde eram acolhidos e podiam se sentir seguros. Esses assuntos são importantes para a elucidação de conceitos e valores acerca dos movimentos que ocorreram e ainda ocorrem em prol do resgate da dignidade da pessoa humana. Sob essa análise, viabilizar um debate

atualizado sobre os laços socioculturais dos negros construídos no decorrer da história e, garantir-lhes a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Assim sendo, a ênfase conferida ao estudo das Irmandades Religiosas tende a analisar sua fundamentação social, bem como sua relevância histórica e, conseqüentemente, identificar quais soluções podem ser extraídas de suas reivindicações e quais ações podem ser encorajadas para a solução dos problemas socioculturais relacionados aos negros (as) brasileiros e, por fim, tentar diminuir o imenso abismo que ainda os segregam.

Aos homens e mulheres negros (as) reduzidos à condição de escravizados, e mesmo aos libertos, foi negado o direito de viverem dignamente, de sonharem, de acreditarem no futuro. Esses sujeitos tiveram que sair de suas pátrias de forma abrupta, deixando para trás toda uma história, foram obrigados a conviverem com o trauma do distanciamento dos seus ancestrais, com a falta de amigos e parentes; assim, compreenderam que viver regido pela escravidão se resumia a se submeterem à condição de propriedade e, desta forma, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados (SILVA, 2004).

Vale destacar que, quando a pesquisa sobre as ações, as escolhas humanas e a capacidade de construção de laços por meio das Irmandades religiosas do século XVIII foi iniciada, as visitas ao Arquivo Público de Paracatu se tornaram uma rotina e possibilitaram contato próximo com o arquivista e restaurador de documentos, Carlos Lima, que conhecendo toda a sistemática do local e grande parte dos arquivos ali guardados, me apresentou vários documentos que datavam do século XVIII relacionados às Irmandades religiosas de Paracatu. Embora haja uma série de documentos constante no acervo, a maior parte está deteriorada pela ação do tempo e os textos, em grande parte, ilegíveis.

Metodologicamente, a proposta da pesquisa é exploratória qualitativa e utiliza como instrumentos de coleta de dados às pesquisas documental e bibliográfica. Esta servirá como alicerce para a reflexão e diálogo teórico, tanto para se compreender o contexto geral das irmandades quanto para verificar a história do Município.

A pesquisa documental realizada no Arquivo Público Municipal de Paracatu, que desde 1997 passou a se chamar Arquivo Público Municipal Olímpio Michael

Gonzaga², reside a maior fonte de dados que se busca averiguar, uma vez que o trabalho incide especificamente sobre as irmandades que surgiram no município e a construção dos laços culturais, sociais e implicados, não por elas subsidiada, mas que ajudam a explicar a existência dessas instituições.

Como não se trata de um trabalho de reconstrução do documento em si, opta-se por evitar as transcrições literais, até porque além da linguagem de difícil compreensão, outros fatores, próprios limitam o trabalho do pesquisador. Desta forma os dados apresentados são fruto da análise dos documentos do Arquivo Público Municipal de Paracatu em consonância com as pesquisas que relacionam à temática das irmandades, com o objetivo maior de compreender o real funcionamento, objetivos e importância dessas instituições.

Deste modo, serão objetos de pesquisa as temáticas sobre o papel das irmandades negras do século XVIII, a relevância dos homens e mulheres negros (a) escravizados na construção da liberdade, formação social, cultural político/religiosa no município de Paracatu- MG.

² Conforme Lei Municipal Nº2.156/1997.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO SOCIAL EM PARACATU

Paracatu é uma cidade cuja criação e desenvolvimento está intrinsecamente relacionado à mineração, que desde os primórdios atraiu um grande contingente de pessoas em razão de suas riquezas minerais, este fator, não foi o único, houve outros, que se somaram e proporcionaram o surgimento da população com uma imensa diversidade cultural.

O município de Paracatu tem uma localização privilegiada, quando se pensa em determinados tipos de exploração, notadamente o extrativismo, a indícios que a sua formação teria sido iniciada no século XVIII, na época a região tinha a pecuária como principal atividade econômica. Em meados do setecentismo, por meio das sesmarias, impulsionou-se a ocupação das terras mineiras, o que se fortalece pela descoberta das riquezas auríferas da região. Em Paracatu foi descoberta uma das últimas grandes concentrações de ouro, é nesse contexto que a mineração e escravidão se entrelaçam quando averiguamos a história da cidade.

As principais famílias negras escravizadas em Paracatu encontravam-se localizadas nos antigos quilombos do município, dentre elas podemos citar: Ferreira, Lopes e Mendanha que fazem parte da comunidade quilombola São Domingos; família dos Amaros localizada na comunidade quilombola de mesmo nome; família Ferreira localizada na comunidade quilombola do Cercado e Porto Pontal; família Cruz dos Reis localizada na comunidade quilombola do Machadinho.

Todas as comunidades quilombolas citadas anteriormente são reconhecidas pela Fundação Palmares, seus remanescentes buscam pela preservação e conservação destes locais onde ocorreu uma trajetória de lutas pela sobrevivência de seus antepassados.

Para Barros (2010) os mapas atuam paralelamente na construção do conhecimento histórico, ambos possuem bases comuns e tem como objetivo principal o estudo sobre as ações humanas ocorridas no tempo e no espaço.

Segundo Braudel (2015) a História estava em crise e necessitava de uma narração mais detalhada enquanto a Geografia se sustentava principalmente por meio de estudos baseados na descrição, a carência destas duas ciências poderia ser solucionada se trabalhadas em conjunto, a história é temporal e espacial assim

como a Geografia, ambas poderiam suprir os próprios défices se desenvolvidas simultaneamente.

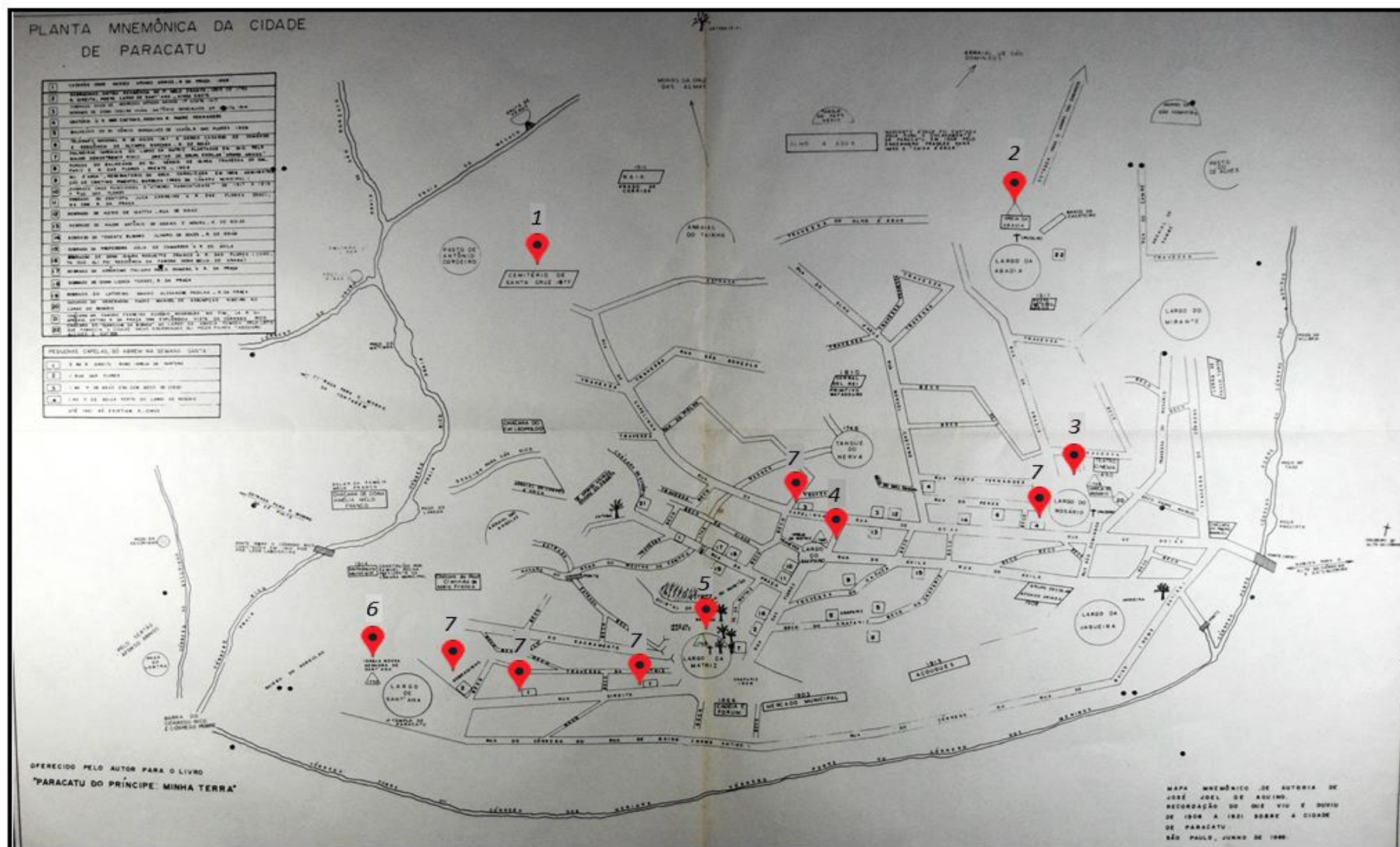
Concordo com a declaração de Barros (2010), como professor de Geografia, posso afirmar que os mapas não devem ser vistos somente como uma ilustração, devem ser utilizados como um meio de argumento e recurso didático no ensino de História e Geografia, os mesmos possuem informações necessárias como imagens, legendas, escalas, orientação, etc. essas informações auxiliam na compreensão do conteúdo estudado e corroboram para a formação crítica e consciente dos processos históricos e espaciais.

O mapa mnemônico (Figura 01) original foi desenhado pelo morador e fotógrafo José Joel de Aquino no ano de 1966, o mesmo foi construído através de relatos e narrativas vividas pelo autor conforme a legenda localizada no canto inferior direito do mapa onde consta a seguinte afirmação: “Mapa Mnemônico de autoria de José Joel de Aquino. Recordação do que viu e ouviu de 1908 a 1921 sobre a cidade de Paracatu. São Paulo, Junho de 1966”.

Ao compararmos os mapas de Paracatu (Figura 01 e Figura 2) nota-se que os mesmos não descrevem somente uma organização social do espaço, também é possível observar que houve uma desconstrução dos lugares históricos ocorridos ao longo do tempo, podemos citar como primeiro exemplo às pequenas capelas e os chafarizes que existiam nas principais ruas da cidade e foram simplesmente destruídos, os chafarizes eram utilizados como fontes de água potável para a população da época e as pequenas capelas eram locais em que homens e mulheres praticavam atos de devoção e fé, não há informações sobre a data em que estas edificações foram destruídas, mas de acordo com o mapa de 1966 (Figura 01) é possível observar que até o ano de 1921 estas obras ainda sobreviviam às ações antrópicas.

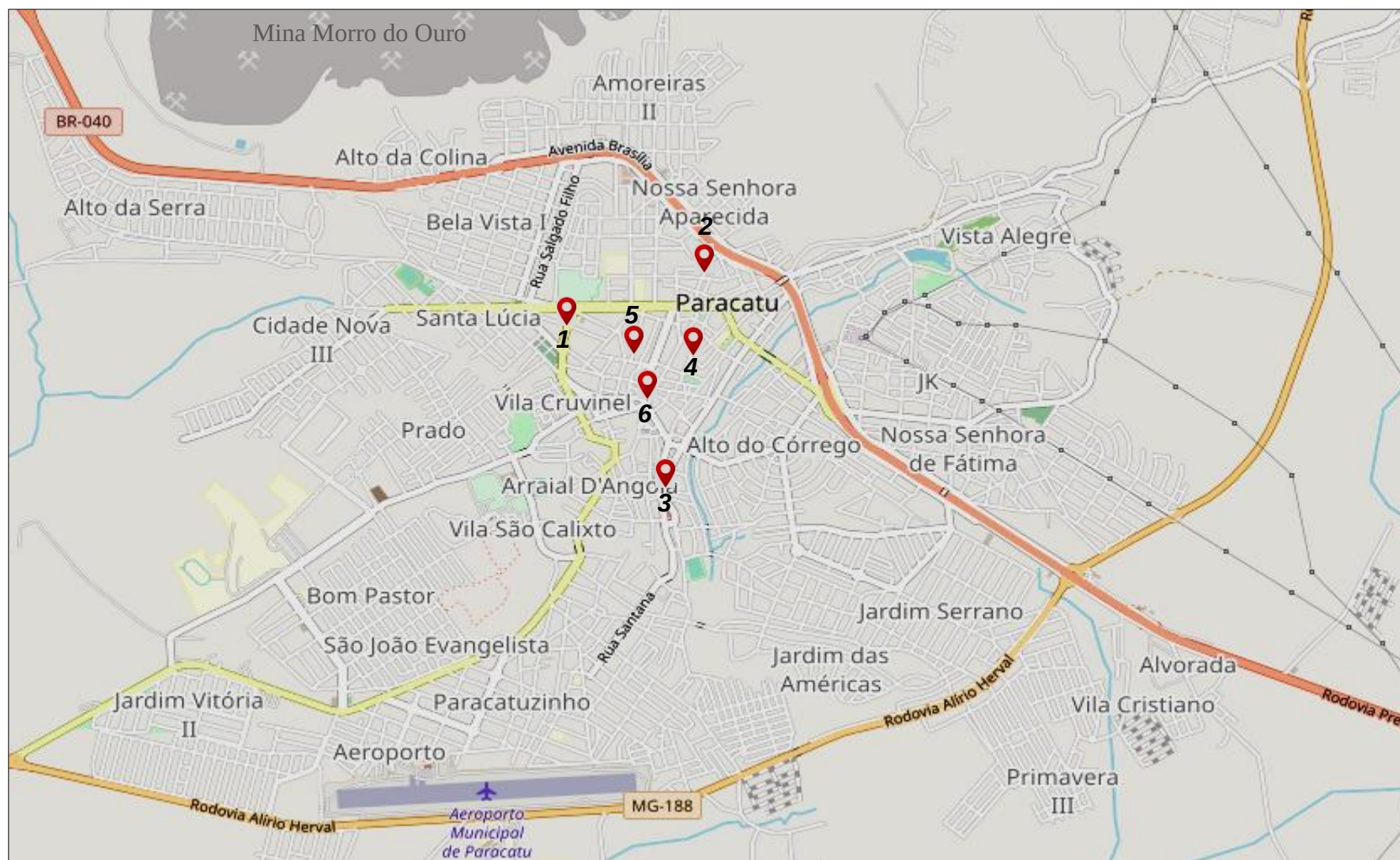
O Mapa representado na Figura 1 apresenta uma adaptação promovida por mim, da Planta Mnemônica da cidade de Paracatu no início do século XX, destacando a localização das antigas igrejas da cidade e o cemitério Santa Cruz, conforme legenda referenciada a seguir:

Figura 1 – Mapa 1966 – Paracatu - Localização das antigas igrejas, capelas e Cemitério de Santa Cruz.



Fonte: https://paracatumemoria.files.wordpress.com/2011/09/planta_mnemoc3b4nica_da_cidade_de_paracatu.jpg

Figura 2 – Mapa 2023 – Paracatu - Localização das atuais e suprimidas igrejas do Século XVIII.



Fonte: <https://www.openstreetmap.org/#map=14/-17.2008/-46.8703&layers=N>

Os dados sobre as pequenas capelas são escassos e até o momento desta pesquisa não podemos afirmar se há ou não informações sobre quais Irmandades religiosas teriam edificado estas obras existentes naquele período, de acordo com as fontes e documentos pesquisados no Arquivo Público de Paracatu, estima-se que as mesmas foram construídas no final do século XVIII. Conforme o mapa de José Joel de Aquino, até o início do Século XX só existiam cinco (5) capelas distribuídas no centro histórico da cidade, estas eram abertas para a população somente no período de Semana Santa. Atualmente só existe uma réplica das capelas, a nomeada “Capela Passos da Paixão” que está localizada próxima à igreja Matriz de Santo Antônio, apresentada na figura 4.

Nesse sentido, conforme consta no Inventário Cultural da cidade:

Passos da Paixão, singela capela da via sacra, homenageia a descoberta do ouro na região em 1744. (...) No Passo, a pintura do teto em flandres, tempera, gema de ovo com pigmentações, realizado por Fábio Ferrer, reluz a perspectiva da pintura barroca, uma homenagem aos grandes pintores da época colonial em Minas. A pintura da parede é da artista Maria do Céu, e as esculturas em cedro são de Hugo Martins, artistas de Paracatu. Nas pedras capistanos e catumbés, o tempo passou, mas deixou a marca de uma época que o próprio estilo barroco insinua que jamais será apagado de nossa memória “*Libertas quae sera tamém*”.

Observa-se que próxima à Capela Passos da Paixão está localizado um dos chafarizes que teve função importante no acesso à água pelos moradores da cidade.

Os apontamentos indicam que no passado existiam dois chafarizes, nos quais as pessoas buscavam por água, sendo a água destes comercializada no Arraial por mulheres conhecidas por “aguadeiras” que percorriam as ruas com potes de barro cheios de água sobre a cabeça.

De acordo com o IPHAN (2014), os primeiros chafarizes de Paracatu foram edificados no final do século XVIII logo após a instalação da Câmara Municipal. O Chafariz da Traiana ganhou destaque, datado de 1798, conservava o estilo barroco colonial e destacava a oficialização da elevação do Arraial em Vila de Paracatu do Príncipe pela corte portuguesa (INVENTÁRIO CULTURAL DE PARACATU). Infelizmente já não existem mais os chafarizes e as pequenas capelas genuínas do século XVIII, no local de origem de seus precursores foram construídas réplicas conforme as Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Réplica do Chafariz da Traiana.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Figura 4 – Capela Passos da Paixão.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

O segundo exemplo são as destruições dos antigos templos, este será trabalhado com maiores detalhes no capítulo III com o desenvolvimento desta pesquisa, mas previamente posso citar as demolições das seguintes igrejas: Igreja do Amparo, Igreja da Abadia e Igreja de Sant'Anna, a primeira e segunda igreja, construídas por homens e mulheres negros (as) escravizados, foram demolidas para dar lugar a uma simples praça no centro da cidade e ao fórum de justiça de Paracatu; da terceira igreja citada há somente uma réplica no local.

Em tempos pregressos os nossos antepassados negros (as) não possuíam representação e tratamento igualitário perante a sociedade e as autoridades paracatuenses, infelizmente a ignorância e a falta de consciência histórica oportunizou para que a elite dominante vendesse e destruísse grande parte do legado patrimonial da nossa população negra escravizada em Paracatu, não há justificativa para a destruição e venda dos patrimônios históricos, é possível desenvolver o progresso aliado à preservação material e imaterial em um mesmo espaço geográfico e manter viva a memória local e nacional dos homens e mulheres negros (as) escravizados que foram pioneiros na construção e formação da sociedade Paracatuense.

A história brasileira foi ancorada no sistema escravista, que estruturou o capitalismo “racializado”, cujos reflexos são ainda hoje vivenciados, sobretudo no preconceito que leva às desigualdades ainda latentes entre negros (as) e brancos

(as) (ORTEGAL, 2018). As amarras escravistas forjaram uma sociedade na qual os negros (as) não conseguem ter efetivados os mesmos direitos e oportunidades dos brancos (as), mesmo num contexto em que a igualdade é preconizada e o racismo ainda se mantém como um grave problema, por vezes camuflado pelo mito da democracia racial (SILVA, 2016).

O que historicamente ainda se vê são as disparidades entre negros (as) e brancos (as), desde a renda e a condição social, à educação e trabalho, isso por si já é um problema, mas a situação é ainda mais agravada quando a atenção recai para os índices de violência e taxas de homicídio, quando se percebe pelos levantamentos de Cerqueira e Bueno (2020) em que os negros ainda são demasiadamente mais afetados que os brancos, ratificando os índices de violência como retrato da desigualdade racial ainda latente no Brasil³.

É nesse contexto que ações afirmativas e vários pleitos dos movimentos populares pela igualdade racial ainda são necessários, pois constituem o difusor da resistência e estímulo à reflexão crítica. Para Moraes et al (2019) a militância tem o condão de incitar a reflexão e abrir espaço para novos pensamentos e posturas sobre o racismo na sociedade, o que é fundamental para promover as transformações necessárias frente a um histórico de séculos de preconceito. Soma-se a isso, esta humilde pretensão, de dispor elementos reflexivos, dialogando com construções históricas, que permitam um somatório de esforços, de construção conjunta de instrumentos de luta e valorização humana.

O tráfico de homens e mulheres negros colocados na condição de escravizados é apontado pela historiografia como um dos principais empreendimentos que marcaram a formação do sistema econômico mundial, tendo o Brasil uma participação de destaque nesse modelo, com mais de quinze milhões de homens e mulheres negros (as) traficados para as terras brasileiras. Como destaca Comar (2008, p. 11):

A escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira. Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, cozinhas e salões, os escravos da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários aspectos da cultura material e espiritual da colônia –

³ Cabe ressaltar que as taxas de homicídios de homens e mulheres negros (as) são superior a 75%, enquanto os brancos (as) não representam 25% das vítimas de assassinato. É nesse contexto que os índices de violência letal na população negra constituem uma das principais expressões da desigualdade racial no Brasil. (CERQUEIRA; BUENO, 2020).

sua agricultura, culinária, língua, música, artes, arquitetura e religião. (REIS & GOMES, 1996, p. 9).

Assim, o artifício violento de retirar violentamente os homens e mulheres africanos de suas comunidades e conduzi-los para trabalhar na condição de escravizados em terras longínquas demonstrou ser a melhor solução para os colonizadores europeus, que viram nisso uma oportunidade para fazer o povoamento e, acima de tudo, para explorar as riquezas tropicais e minerais dessas novas terras.

A população de homens e mulheres negros/as escravizados era submetida a péssimas condições de vida e maltratados, essa situação contribuiu para um alto índice de mortalidade infantil e baixíssima expectativa de vida. Após completar o número de escravizados que deveriam ser transportados, eram conduzidos aos terríveis navios negreiros ou tumbeiros. Eram marcados a ferro quente no peito ou nas costas para não se misturarem, pois num mesmo barco viajavam (seres reduzidos à condição de) escravos pertencentes a diferentes donos (CONRAD, 1985; SILVA, 2004).

Ressalte-se que mais de onze milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram transportados para as Américas entre o século XVI e meados do século XVIII, não incluindo os que não sobreviveram aos maus tratos. Os cativos, em sua maioria, desembarcaram em portos brasileiros. Isso uniu o Brasil à África mais do que qualquer outra região da América (ALENCASTRO, 2000).

Após atravessarem o oceano, os africanos eram desembarcados nos portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís. Por serem os maiores, esses portos eram responsáveis pela importação e redistribuição dos escravizados para diferentes lugares da colônia (ALENCASTRO, 2000).

No século XVII, as cidades de Salvador e Recife se tornaram os grandes centros distribuidores de africanos que desembarcavam no Brasil. Após essa trajetória, finalmente eram distribuídos para o norte, para o Maranhão, Pará, Rio Amazonas e para o Mato Grosso. Com a descoberta do ouro e diamantes nas Minas Gerais, no final do século XVII e início do XVIII, coube ao Rio de Janeiro dar continuidade à distribuição do grande volume de escravizados destinados às minas. Muitos escravizados partiam de Salvador a pé rumo à região mineira (TAVARES, 1988).

Os primeiros homens e mulheres negros/as a chegarem ao Brasil eram

provenientes da costa da África Ocidental: Guiné, Minas, Congos, Cabindas, Benguelas, nomeados em portos de embarque ou via povos a que pertenciam. Da Costa Oriental vieram os Moçambiques; do noroeste os Geges, Nagôs e Iorubas, que possuíam diferentes culturas e um modo de viver peculiar (REIS; GOMES, 1996).

Como informa Russel-Wood (2005) os escravizados tinham origens variadas, mas em Minas Gerais grande parte deles vinha da Costa da Mina (Golfo de Benin) em razão da nítida preferência pela mão de obra dessa origem, os quais eram considerados mais fortes, resistentes e mais hábeis para o trabalho na mineração que os africanos de origem angolana. A consequência disso foi um quantitativo muito maior de escravizados do Golfo de Benin em Minas Gerais, já que a região tinha no extrativismo sua principal atividade e com isso demandava trabalhadores mais “fortes”.

Vale destacar que a mineração surgiu em nosso país, desde a época do Brasil-colônia, devido ao grande potencial mineral aqui verificado, bem como a sanha colonizadora, sempre em busca de uma riqueza de fácil exploração. Assim, o próprio país nasceu com a atividade mineradora. Colonizadores portugueses, nas diversas expedições que realizaram para a “Terra de Santa Cruz”, tinham como objetivo principal a descoberta de jazidas de ouro e de outros metais nobres, bem como de pedras preciosas (HERMANN, 2008).

E em função das demandas da mineração, sobretudo no século XVII, a característica dos escravizados em Minas Gerais tem a perspectiva um pouco alterada em relação às demais regiões, visto que a extração do ouro fomentava um determinado perfil de trabalhador/trabalhadora, trazendo a tona à peculiaridade dos baixos índices de mulheres e crianças escravizados (RUSSEL-WOOD, 2005).

Sob a perspectiva da atividade extrativista em Minas Gerais é conveniente observar que a demanda por trabalhadores mais fortes, e que rendessem mais no trabalho, não era uma exigência somente direcionada para o progresso dos negócios, grande parte devia-se a pressão exercida pela Coroa Portuguesa sob os mineiros, compelindo a região a uma exploração sem precedentes para cumprir com as cotas determinadas pela Coroa e atender às leis impostas (RUSSEL-WOOD, 2005).

A forma como a atividade na mineração foi pensada e explorada, parece refletir também na distribuição dos trabalhos e dos trabalhadores escravizados em

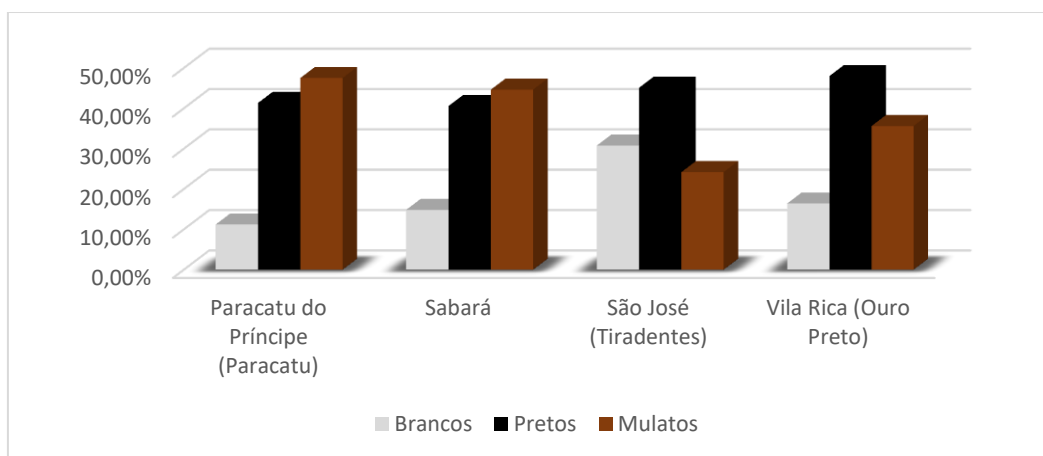
Minas Gerais, e consequentemente nos quantitativos da população negra na sociedade mineira. Como já era de se esperar, essa distribuição não ocorreu de forma regular, sendo mais marcante a presença dos homens e mulheres negros nas regiões de maior impacto das atividades extrativistas.

Na história da sociedade brasileira, nas áreas onde havia mineração, a escravidão era o principal instrumento de organização do trabalho. No momento mais importante da produção aurífera, em meados do século XVII, a Elevado das Minas Gerais era constituída por cerca de trinta por cento de escravos (MATTOSO, 1988).

O que também informam os levantamentos de Russel-Wood (2005) que, além de destacarem um enorme contingente de escravizados em Minas Gerais, cujo tráfico para região ampliou progressivamente entre 1717 e 1735, levando a representatividade dos homens e mulheres negros/as na população mineira a atingir quase 78% na segunda metade do século XVII.

Essa realidade reflete diretamente na distribuição da população nas principais regiões mineiras no século seguinte, ratificando o desequilíbrio entre negros e brancos, observe o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição da população nas principais regiões mineiras no início do Século XVIII.



Fonte: Adaptado de Paiva (1995).

Os dados sistematizados por Paiva (1995) inferem o maior quantitativo nas regiões cuja extração de ouro possuía maior volume, como Sabará, Vila Rica, Paracatu do Príncipe e São José, indo de encontro aos levantamentos realizados

que preconizam, de maneira, quase direta, os reflexos da mineração na demografia mineira em seus mais diferentes aspectos.

Isso ocorre porque além de interferir na origem dos africanos que vinham para a região, toda a logística da economia extrativista mineira trazia consigo diversas implicações para aqueles sujeitos.

Sob esse aspecto, Paiva (1995) traz importantes apontamentos que facilitam a compreensão das relações estabelecidas. As imposições da economia aurífera e o auto rendimento da extração de ouro não significavam um alto padrão ou riqueza dos fazendeiros, ao contrário, a maior parte deles eram pequenos proprietários, brancos pobres ou negros libertos, que precisaram estabelecer uma relação mais próxima com os escravizados, uma vez que não tinham condições suficientes para total separação e imposição de limites mais rígidos. Nesse contexto, senhores e escravizados, por vezes dividiam os mesmos espaços, e isso influenciou no estabelecimento de relações, aparentemente mais íntimas, fomentando os relacionamentos inter-raciais, sejam motivadas pelo afeto ou não, muitas vezes, pela violência e animalização.

Em 1744, os bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Frois comunicam à coroa o descobrimento das minas do Vale do Paracatu, chegando por polos distintos, o primeiro pelo sul da região, batizada de Córrego Rico, e o segundo pelo norte, onde encontrou o chamado “Morro do Ouro” na região onde hoje se encontra a comunidade quilombola São Domingos, os bandeirantes rapidamente constantaram os potenciais da região para extração do ouro (Oliveira Mello, 2002).

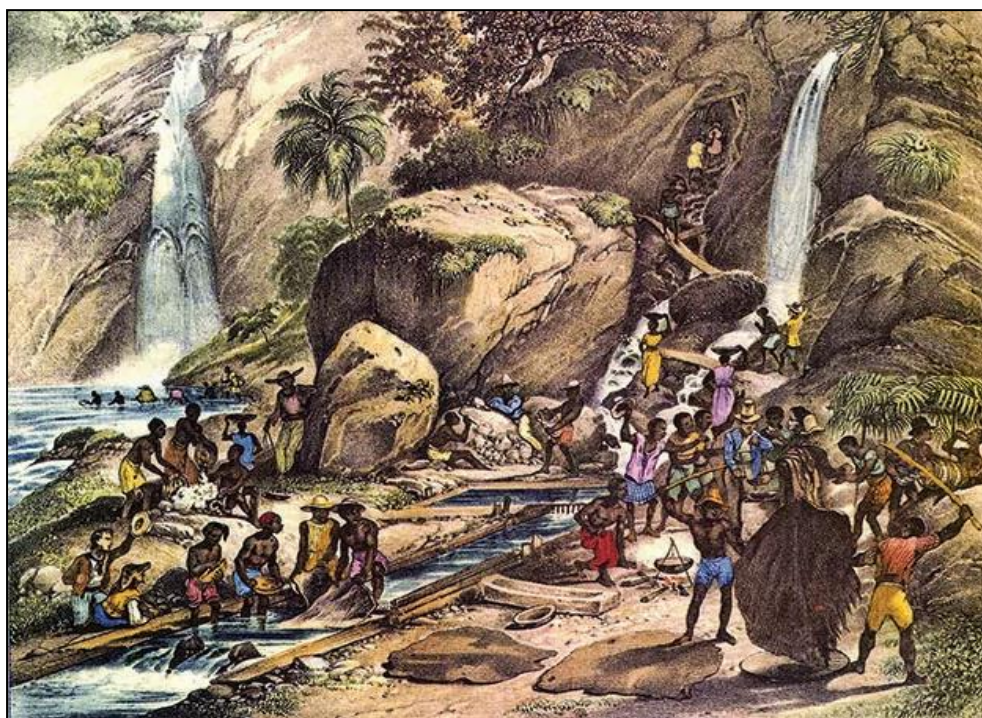
Todavia, para o autor Oliveira Mello (2002) já havia indícios de que o arraial teria sido fundado muitos anos antes, pois a essa época já se tem conhecimento da existência de casas de morada e igrejas no local. Ainda assim, após essa descoberta, não surgiu no cenário das Gerais nenhuma nova região aurífera de grande importância. A última grande descoberta aurífera das Minas Gerais ocorreu no Vale do Rio Paracatu no início do século XVIII (Oliveira Mello, 2002).

De acordo com Scott (2005) em 1722 ocorreu o primeiro registro informal de ouro nas cabeceiras do Rio Paracatu, no local que assumiria posteriormente o nome de Córrego Rico, córrego que nasce no Morro do Ouro. Como em outros locais, aqui, a garimpagem nasceu e prosperou inicialmente num espaço diferenciado da atividade hegemônica entre senhores e escravizados e permeou os séculos XVII e XVIII.

Ao mesmo tempo, as referências a garimpeiros autônomos, negros livres e “desclassificados” nos registros locais mostram que na área extensa em aproveitamento, como em outros locais no Brasil colonial, o espaço para eles, mesmo na clandestinidade, já foi bastante amplo. O registro indica que este grupo foi à maioria, ultrapassando em quantidade o número que labutava no regime senhor/escravizado com a permissão da coroa (SCOTT, 2005).

Descoberto o ouro, as técnicas de atração, a relativa facilidade advinda da abundância com que este fluía de seus veios d’água contribuiu para o rápido crescimento do Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu. Após o período de grande crescimento, o arraial foi elevado à vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de Dona Maria (OLIVEIRA MELLO, 2002).

Figura 5 – Extração do ouro. Johann Muritz Rugendas (1835).



Disponível em: <https://www.visiteminas.com/ciclo-ouro/>

A atividade extrativista desenvolvida sem o conhecimento das autoridades era crime passível de severas penas. No entanto, a possibilidade de se obter o ouro sem pagamento de impostos atraía os mineradores, fazendo-os esquecer das penalidades. A prática dessa atividade ilícita é mencionada por alguns autores para justificar a ausência de registros referentes à extração de ouro no Córrego Rico entre os períodos de 1722 a 1744 (CARVALHO, 1992).

Os elementos históricos mencionados são importantes, pois permeiam e delimitam a questão que compele as abordagens sobre aspectos importantes da história relacionados às escolhas e construções que os homens e mulheres negros/as construíram na cidade de Paracatu. E não reside somente no fato de que o fim da escravidão não efetivou uma igualdade entre as etnias, e sim formas de exclusão e de separação pela cor da pele, como nos inspiram os autores Almeida (2018) e Batista Mastrodi (2018), ao proporem que o que ocorre na sociedade brasileira é uma forma de racismo que não se limita apenas à estrutura, mas tem raízes profundas na cultura. Isso se baseia em um tipo de racismo que vai além das questões econômicas, ou seja, a discriminação racial tem causas que vão além das diferenças de classe social. Isso resulta em desigualdades ligadas à raça, pois mesmo quando pessoas negras conseguem melhorar sua posição social, ainda enfrentam situações de racismo.

As observações dos autores, sobre a realidade brasileira, nos permite pensar num amplo processo de exclusão, mas, sobretudo na necessidade em apresentar outras perspectivas da história brasileira, numa visão que não coloque homens e mulheres negros somente como participantes, construtores “braçais” da formação e estruturação da sociedade brasileira, mas sim um povo que fez história e que faz parte de nossa história, com suas lutas, anseios e aspirações que forjaram alianças e desenvolveram forças para sobreviver num cenário repleto de desigualdades e adversidades.

Concordo com as afirmações de Almeida e Batista, infelizmente o racismo se encontra em todos meios sociais, podemos citar como exemplo o preconceito em relação às religiões de matrizes africanas, vivemos em um país laico onde é assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, mas podemos notar que os grandes canais de comunicação em massa não fazem divulgação ou incentivam a prática destas religiões, já as religiões de origem cristã possuem tratamento diferenciado, são divulgadas constantemente e a sua prática é incitada nos canais de comunicação em massa.

Em conversa com alguns moradores mais idosos do quilombo São Domingos foi citado o nome das Irmandades do Rosário e de São Benedito, disseram como estas irmandades foram importantes para os seus antepassados, alguns relataram que as Irmandades ficaram mais “fracas” devido à interferência do Estado e se transformaram apenas em comunidades para fins religiosos. Em linhas gerais, as

pesquisas iniciais lograram êxito, e pude listar um grande número de ações, escolhas e mesmo associações religiosas, encontradas a partir da pesquisa no Arquivo Público de Paracatu⁴, tais como:

- a) Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu;
- b) Irmandade do Glorioso São Benedito;
- c) Irmandades de Nossa Senhora do Amparo;
- d) Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos;
- e) Irmandade das Almas;
- f) Irmandade Nossa Senhora da Assunção;
- g) Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte;
- h) Irmandade Nossa Senhora do Monserrat;
- i) Irmandade Nossa Senhora da Abadia;
- j) Irmandade do Santíssimo Sacramento.
- k) Irmandade de Sant'Anna.

O levantamento inicial permitiu compreender que nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu, Irmandade do Glorioso São Benedito e Irmandade de Nossa Senhora do Amparo congregavam, em sua maioria, homens e mulheres pretos cativos, pretos livres e mestiços. Essas três últimas Irmandades, supracitadas, são as que possuem fontes escritas mais legíveis como livros caixa, recibo de dívidas de irmãos, registro de funerais de seus membros, etc. Embora se encontre indícios, e mesmo referências às demais instituições, há poucos registros escritos.

Como exposto, na cidade de Paracatu, o grande número de Irmandades citadas acima, depreende-se que sua presença esteja relacionada a diversos fatores. Pode se mencionar que durante o período de extração de ouro, havia uma grande população de escravizados em Minas Gerais que se fez crescente em vários municípios mineiros, como é o caso de Paracatu. Não é difícil perceber que as Irmandades poderiam significar um lugar de segurança. Fazer parte de uma

⁴ O Arquivo público municipal de Paracatu é conhecido como o Guardião da memória regional do Noroeste de Minas, seu acervo conta com manuscritos raros, documentos, processos, fotografias e entrevistas. O acervo com documentação datada do século XVIII, XIX e XX, é em sua maior parte constituído de documentos que ficaram há décadas guardados no porão da antiga Santa Casa de Paracatu e que por muito tempo não foi de acesso ao público geral (PARACATU, 1998).

agremiação era algo muito significativo para os homens e mulheres negros (as) escravizados que, enfrentavam no cotidiano, inúmeras dificuldades, até mesmo de sobrevivência.

De acordo com Borges (2005) ainda não se sabe exatamente a data de surgimento dessas irmandades, mas sabe-se que no século XII já se tinham resquícios, atingindo seu auge no século XIV em vários países europeus, compostas de diferentes formas.

As irmandades representativas dos africanos e de seus descendentes eram vistas como uma sistemática de ajuda mútua, que ofereciam assistência aos doentes, presos, famintos e mortos. Essas associações representaram um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais significativas, em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e de um círculo de proteção, de assistência mútua. Para Reis (1996), a irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente.

A estruturação das relações sociais de homens e mulheres negros/as e a consequente formação das comunidades negras no Brasil se deram em meio à violência, ao desterramento e à introdução em mundo novo. Em meio à violência da desagregação familiar como consequência do tráfico negreiro e das inúmeras adversidades da vida escrava, ao contrário do que se divulgou durante muitos anos, a condição de escravizado não acrescentou dificuldades intransponíveis quanto à formação e consolidação de famílias e comunidades. Mesmo considerando o fato de que, com a escravização de homens e mulheres negros, os amigos e parentes eram constantemente separados, uma vez que eram vendidos a proprietários diferentes, essa situação certamente desenvolveu em cada um, sentimentos de solidão, talvez, pois seria muito difícil continuar vivendo sem a presença dos seus pares, ligados por laços de sangue ou afetivos, mas o sentimento humano e o desejo de construção individual e coletivo preponderou.

Assim, com o intuito de sobreviver às duras condições do cativeiro, e mesmo os libertos, os homens e mulheres negros (as) buscaram manter relações sociais anteriormente vivenciadas na África, inventaram novas maneiras de se relacionarem aqui no Brasil. Graças aos novos vínculos formados por meio do trabalho, da família, dos grupos de convívio e da religião, esses sujeitos tiveram forças para sobreviverem e recriarem valores e legados culturais.

Ao que parece, os homens e mulheres negros/as e a estruturação de espaços de sociabilidade, expressam escolhas, ações e disposições sociais de um grupo que não era visto como capaz de manifestar suas intenções sociais. Os espaços como as Irmandades existentes em Paracatu deixaram muitos dos seus rituais registrados em seus livros de compromisso; escritas em forma de atas, onde constavam decisões sobre suas ferramentas financeiras e a responsabilidade assistencial para com cada irmão na hora triste em que perdia um ente querido. Assim, as Irmandades parecem atingir o objetivo de servir ao próximo e deixar reflexos na construção de laços dos sujeitos que delas faziam parte.

A grande presença das irmandades negras brasileiras nos permite uma reflexão sobre a importância social de grande relevância na prestação de assistência às populações e, sobretudo na contribuição e promoção do enriquecimento do espaço urbano, pois a construção de capelas e igrejas foi importante na demarcação de ações e escolhas sociais e consequentemente do espaço urbano. Além disso, a presença de homens e mulheres negros (as) na sociedade brasileira criou e introduziu formas diversas de ser, de se comportar e possibilitou a criação de correntes artísticas da época. Dentre outras, como o próprio diálogo com o Barroco⁵, tanto na arquitetura como na escultura e pintura.

⁵ Barroco é um estilo artístico, que compreende múltiplas manifestações (literatura, pintura, arquitetura, música) que surgem no final do século XVI e que são reproduzidas até o começo do século XVIII, caracterizado por ter uma estética com excesso de ornamentos e representações do divino. (BAETA, 2010).

CAPÍTULO II

AS CONSTRUÇÕES POLITICO/RELIGIOSAS EM PARACATU

As condições sociais a que estavam imersos os homens e mulheres negros/as, escravizados ou libertos, na sociedade brasileira, mencionados no capítulo anterior, podem levar a pensar, de forma apressada, que as construções sociais e próprias desse grupo não foram muitas. E nessa direção, as Irmandades Religiosas representam um importante aspecto a ser considerado, e mesmo que os materiais encontrados não sejam suficientes para reconstituir o passado e recontá-lo da forma que realmente ocorreu, os fragmentos preservados alicerçam uma abordagem mais condizente com elementos da realidade, e ajudam a evidenciar as lutas e vivências dos africanos e seus descendentes.

A formação da identidade dos homens e mulheres negros/as e seus descendentes têm na religiosidade aspectos de fundamental importância, por isso compreender o desenvolvimento das poucas possibilidades de construção de espaços de atuação, de projetos sociais próprios, como as irmandades, a formação de alianças entre elas e a sociabilidade é muito relevante para compreender o universo cultural e social dos homens e mulheres negros (as), principalmente em cidades mineiras, cuja mineração, dentre outras atividades, influenciou sobremaneira a composição da população com grande contingente desse segmento populacional, e por isso há um grande destaque para essas organizações, o papel assumido por tais instituições diante da total negligência de tratamento por parte da coroa portuguesa com a parcela marginalizada da população.

Podemos imaginar que mesmo em condições sociais adversas, ocorreram trocas culturais e alianças foram feitas intensamente entre os próprios africanos oriundos de diversas regiões da África; além, é claro, daquelas nascidas das relações que desenvolveram com os habitantes locais, negros e mestiços aqui nascidos, brancos e índios (REIS; GOMES, 1996). Importante ressaltar que, ao que parece, e tentarei esclarecer isso mais adiante, a identidade étnica era um relevante aspecto de agregação dos homens e mulheres africanos e de seus descendentes, geralmente constituídas em torno de línguas comuns ou assemelhadas, essas identidades foram em grande parte construídas no Brasil.

Os indícios parecem apontar para aspectos tais como um senso de lealdade entre escravos pertencentes a uma mesma etnia ou nação, os próprios africanos

cuidavam de desenvolver relacionamentos entre seus pares, mas é claro, aconteciam com diferentes sujeitos, mesmo em termos muito específicos. Esta prática era, aparentemente, realizada entre todos os que vinham das regiões africanas e se externava aos que aqui já estavam.

Para além das questões econômicas, dos aspectos culturais, e mesmo das diferentes formas de compreensão da vida, dentre outros, que aparecem nas relações entre os vários conjuntos de homens e mulheres negros (as), a dimensão imaterial, mesmo lúdica, da construção e manutenção de determinadas representações são aspectos importantes para se pensar as escolhas, as ações de determinados sujeitos no tempo. Pautando-se nas ideias de Chartier (1990) tem-se que as lutas e representações sociais são ferramentas que os homens utilizam para impor seus valores, suas concepções, ou ao menos tentar, e um desses instrumentos é sem dúvida aqueles que incitam a sociabilidade, tais como os rituais religiosos, as representações e práticas neles consubstanciadas.

Em toda história da humanidade percebemos o papel das representações sociais e a maneira como são importantes para evidênciação de ideias e acontecimentos. Seguindo o pensamento de Moscovici (1984), as representações sociais se relacionam à cultura, pensamento, estado de conhecimento, ideologias, e conferem instancias institucionais com grande influência social. Nesse sentido, tais representações servem como guia das ações e são de grande importância para manutenção da identidade social.

Corroborando, Comar (2008) explana que as representações e práticas religiosas, suas crenças e seus ritos, são parte integrante e indissociável da consciência coletiva, de quaisquer grupos sociais, entre os homens e mulheres negros (as) não é diferente, estreita os laços com a cultura e construção da identidade negra no Brasil e em parte, da própria sociedade brasileira. A formação da identidade dos africanos e seus descendentes têm na religiosidade um aspecto de extrema importância, sobretudo pelo contexto escravista em que ocorre a formação, no qual as irmandades leigas configuram espaços de sociabilidade e devoção de um povo excluído da sociedade.

Como destaca Cruz (2005, p. 3) “as irmandades negras representam na história cultural do Brasil uma expressão da prática religiosa/cultural africana, no qual subsistem certos costumes herdados pelo passado africano”, elas foram trazidas para o Brasil no século XVI com as grandes navegações, ganhando forças

no período colonial, podendo ser consideradas como força complementar, ou mesmo, substitutas, da própria igreja (BOSCHI, 1986).

É importante destacar que as Irmandades superam a ideia de instituições religiosas “são instituições das quais se podem depreender diferentes instâncias da vida social local, nos ritos funerários, no estabelecimento de redes sociais, no sistema de crédito, na afirmação social, etc”. (OLIVEIRA, 2010, p. 12). É uma representação de uma parte da sociedade, em determinada época e local, fontes de agrupamento de um povo com características e anseios comuns.

Essas instituições apareceram no Brasil em fins do século XVI, no período em que o número de escravizados já era elevado. A própria Igreja Católica reconhecia a participação dos escravizados na religião por meio dessas associações. Nesses espaços eram realizados os debates e travadas as lutas que não podiam ser mencionadas em local público, dentre inúmeros outros assuntos. Assim, dentre os vários aspectos que se pode problematizar da vivência nesses agrupamentos, tem-se que as irmandades reforçavam nos homens o gosto pela independência (CARVALHO, 1992).

No tocante à diversidade, tem-se que a presença nas irmandades religiosas negras, era comum encontrar homens e mulheres escravizados/as ou não, de diferentes etnias prestando culto ao mesmo santo. Isto acontecia pelo fato de os laços entre as comunidades serem estabelecidos nas senzalas juntamente com uma diversidade de grupos étnicos. Além disso, o que os unia era a necessidade de forjar saídas e alternativas à vida de escravidão (SOARES, 2000).

A formação cultural brasileira perpassa pelas questões ligadas a religião e religiosidade, atentando-se para história dos homens e mulheres negros/as, a questão se avulta pelo fato do uso que se fazia da religiosidade ter forjado laços de solidariedade e alianças que se interseccionam com as relações sociais e culturais desses povos (COMAR, 2008). As populações das diversas nações de escravizados trazidos para as colônias portuguesas mantiveram elementos dos seus modos próprios de elevar as preces à divindade suprema: o Bantu, a Fon, a Iorubá e, já no final do tráfico negreiro, a presença dos negros islâmicos provenientes do norte da África (SILVA, 1987).

Introduzido no catolicismo na África ou no Brasil, o escravizado africano ou crioulo (nascido na nova terra) acrescentou ingredientes de tradições religiosas africanas à religião dos portugueses, especialmente música e dança (SOARES,

2000). Várias capelas foram logo construídas, grandes prédios ricamente ornamentados. Não se sabe ao certo a origem do dinheiro, mas certamente foi arrecadado, muito mais de outras fontes do que os pequenos furtos praticados pelos escravizados junto aos seus senhores.

A realização do processo de ensino de outra cultura e forma de ser, desejada por alguns segmentos sociais, há uma distância, e mesmo uma relativa autonomia. Nessa direção, como infere Comar (2008) na colonização do Brasil foi dado à igreja católica a missão de evangelizar, criar novos hábitos, eliminar antigas tradições e demonizar outros sentidos, contudo, tratando-se de religiosidade não há como limitar a reprodução daquilo que se aprende/ensina. E ao contrário, não se pode olvidar que o indivíduo é um agente ativo e atua na construção desses aspectos simbólicos, e foi justamente por isso que outras formas de religiosidade surgiram e se impuseram perante a instituição Apostólica Romana.

Na mesma direção, não se pode esquecer também que os africanos possuíam suas raízes culturais e religiosas e nenhuma imposição dos portugueses ou de quaisquer outras formulações sociais seria capaz de destruir, totalmente, os laços inerentes a tal povo, é o que confirma a pesquisa de Comar (2008). Na sequência, ao desmistificar qualquer ideia de que a imposição da cultura e religião pelos colonizadores implicaria numa descontinuidade cultural africana.

Como bem inspira-nos os estudos de Santos (2012) estabeleceu-se uma cultura afro-brasileira, num movimento da africanização e do antisincretismo que reafirmou as bases religiosas africanas, dando luz a uma experiência religiosa de pertencimento de fé múltipla, em que as forças espirituais das bases africanas, espírita e católica se entrelaçavam. Como bem menciona a autora, foram criadas “identidades de irmandades que possibilitavam, entre outras coisas, criar associações, que pudessem defender seus interesses” (SANTOS, 2012, p.299).

De modo mais amplo, as construções sociais como as Irmandades, com pequenas variações, adaptações diversas não são instituições nascidas em decorrência da escravidão, tampouco se referem somente a associação de escravizados ou pretos livres e libertos, que já existiam desde a época medieval com intuídos sociais e apoio aos membros, conforme Vainfas (2000, p. 316) as irmandades “dedicavam o culto a um santo de devoção e obras de caridades voltadas para seus membros ou pessoas carentes não associadas”.

Certamente para os homens e mulheres negros/as irmandades tem seu papel sócio-histórico ainda mais intensificado por representar uma forma de refúgio das aspirações e sentimentos de liberdade, os homens e mulheres negros (as) recorreram às Irmandades Leigas, que era um tipo de associação muito comum nos mais variados lugares do território de colonização portuguesa (CARVALHO, 1992).

Especialmente para os homens e mulheres negros, as irmandades consolidaram um espaço, deixavam de ser objetificados, ao contrário das senzalas ou das próprias missas, naquele ambiente, tinham certas liberdades, destacavam suas tradições e podiam expressar sua fé original. (COMAR, 2008).

Figura 6 – Coleta da Irmandade do Rosário. Jean Baptiste Debret



Fonte: <https://historiahoje.com/cemiterada-o-dia-em-que-o-povo-se-rebelou-contra-um-cemiterio/>

As irmandades são um pilar do império português, e por isso sua disseminação, nos lugares colonizados por esses povos, já tinha esperada chance de expansão (BOSCHI, 1986). Em suas mais diversas composições, se faziam formalmente presentes desde o Século XII, chegando a Portugal no Século XIV e alcançando o Brasil logo depois, deixando marcas de sua existência nos séculos XVII - XIX em Minas Gerais numa clara associação étnica, impulsionada pela estrutura e conflitos que permeiam a sociedade escravocrata (BORGES, 2005).

De uma amplitude significativa, tem-se que essas associações religiosas são bastante comuns no período imperial, sobretudo em Minas Gerais, região na qual o clero regular teve sua entrada dificultada por leis da Coroa e as ordens sem vínculo oficial com a igreja se expandiram ainda mais que em outras regiões brasileiras.

Assim tinham-se irmandades em todas as classes sociais, desde aquelas formadas por escravizados, pretos livres até aquelas arquitetadas pela elite e pela classe média.

Como bem afirma Boschi (1986, p1) “a história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais”, o autor informa a impossibilidade de precisar o surgimento das irmandades em Minas Gerais, mas que certamente a fundação dos arraiais na segunda metade do século XVII é um marco a ser considerado.

De maneira, bastante próxima, ao mencionado acima, o processo marcado pela imigração para a região de Paracatu de um significativo contingente populacional (constituído em grande parte por escravizados), fenômeno, compulsório pela lógica de exploração colonizadora, centrado nas descobertas auríferas, alcançou tal dimensão que, em 1750, “não havia lugar para quem quisesse minerar”, auxilia-nos a compreender o grande número de instituições/irmandades encontradas no Arquivo Público, e mencionadas no capítulo anterior. A intensa procura pela lavra marca uma situação em que muitos mineradores partiram para a região de Goiás à procura de ouro, abandonando os congestionados córregos aluvionares das minas de Paracatu.

Neste interregno as pesquisas de Carvalho (1992) corroboram com a importância da extração de ouro para o crescimento da região, e como não poderia ser diferente, identifica o papel das irmandades, já que foi pela grande quantidade de ouro que a cidade se desenvolveu, e pelo mesmo motivo o contingente de escravizados e negros libertos da região se manteve alto, o que incitou as associações e efetivou o importante papel desempenhado pelas irmandades na história da região.

Ao pensarmos, em linhas gerais sobre a cidade de Paracatu e a relação com as Irmandades, nos inspiram as observações de Conceição (2016), ao propor que:

A busca desenfreada pelo ouro em Minas Gerais, no século XVIII, resultou na edificação de uma cidade desordenada e sem recursos de abastecimento. Além disso, Portugal, proibindo a instalação das ordens primeiras, delegou às irmandades um papel central no desenvolvimento de uma religiosidade popular.

A busca pelo ouro e a pouca preocupação com a sistematização racional portuguesa de uma cidade, parece apresentar-se em Paracatu. O que permite pensar em espaço para outra racionalidade e mesmo outra estruturação social.

Dos vários efeitos, a procura pelo controle da exploração, marcou como alude Boschi (1986) uma posição da Coroa, que adotou medidas restritivas para a entrada do clero regular na região. Essa situação é muito relevante, pois, a Coroa via a ordem religiosa formal, com seus contatos por todo mundo, como uma ameaça para a arrecadação, havia uma lei que proibia a entrada e permanência dos religiosos em Minas Gerais, a intenção era dificultar o contrabando de ouro e pedras preciosas das regiões mineiras (SCARANO, 1978).

Concordo com as afirmações de Boschi (1986), naquele tempo o Brasil era visto por Portugal apenas como uma colônia para fins extrativistas, sendo somente explorada para obter lucros. A igreja católica tinha uma forte ligação com a coroa portuguesa, mas quando estes interesses financeiros eram ameaçados pela igreja, o reinado de Portugal adotava medidas mais severas para coibir a influência dos religiosos sob os mineradores do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu.

Essa situação fica bastante evidente em uma Carta de Domingos da Silva Bueno, guarda-mor das Minas Gerais, para D. Pedro II, data de agosto de 1704:

Primeiramente os mosteiros dos religiosos, causam a V. Majestade muito considerável perda, por serem os que assistem nestas Minas com o subterfúgio de adquirir para a comunidade ou amparar suas obrigações pobres, e trazem licença de seus prelados por poucos tempos, mas gastam anos. Estes negociam comprando, e vendendo, os mais modestos por terceira via, outras escandalosamente e costumam levar arrobas de ouro, e não consta quitem mais de umas poucas oitavas, e muitos seculares costumam por via deles passarem o seu ouro em pó; só no Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, estão neste ano nove religiosos de São Bento do Rio de Janeiro; e no mesmo em distância de meia légua quatro de Nossa Senhora do Carmo, os quais suposto viverem com modéstia, não são de utilidade do trono (?) por não exercerem suas ordens, senão de minar/em, e plantarem mantimentos para venderem (...). (LACET, 2003, p.14)

A colonização de uma forma geral aponta diversas contendas que surgem quando a Coroa Portuguesa percebe a facilidade dos representantes religiosos auxiliarem no contrabando de ouro, este fato acabou culminando na proibição da entrada do clero em Minas Gerais.

Figura 7 – Clero Regular



Fonte: <<https://cultura.culturamix.com/espiritualidade/religiao/como-surgiu-o-clero>>

Carvalho (1992) salienta que as capacidades auríferas destacaram as riquezas de Paracatu, mas é também nas riquezas que se pode notar grande expressão da religiosidade na região, sobretudo quando se observa a quantidade de ouro arrecadada pelas irmandades e o grande patrimônio dos representantes religiosos.

Essa proibição não teve grande impacto na constituição das irmandades ou instituições religiosas, uma vez que grande parte delas nascia sem qualquer autorização formal, sendo um espaço de união e sociabilidade que já existia mesmo antes de sua presença ser aceita ou renegada (GONÇALVES, 2003).

A realidade mineira tem especificidades que destacam ainda mais o papel das irmandades no período colonial, uma vez que com o impedimento às ordens religiosas regulares, cumpre aos leigos o culto católico e a assistência social. Desta forma, dentre todas as regiões colonizadas, é em Minas Gerais que as irmandades alcançam a maior importância no Século XVIII, impulsionada especialmente pela política colonial que impedia a presença das ordens religiosas formais na região.

Sob tal aspecto Boschi (1986, p. 22-23):

O governo metropolitano, apesar da maciça cobrança tributária, deixava de cumprir necessidades básicas da população, ficava então a cargo dos leigos o preenchimento de diversas lacunas da vida social e espiritual. Neste sentido, eram as irmandades que se propunham a facilitar a vida social, desenvolvendo inúmeras tarefas que, pelo menos em princípio, seriam da alçada do poder público, assim afirmavam-se como uma das principais forças sociais presentes em Minas.

Retomando os apontamentos já mencionados de Paiva (1995) observamos que a maior quantidade de homens e mulheres negros (as) estava nas regiões de extração de ouro, tais como Sabará, Vila Rica, Paracatu do Príncipe e São José.

As minas do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas de Paracatu foram às últimas jazidas descobertas em Minas Gerais no momento em que a extração do ouro chegava ao fim em outros locais, com isso o Arraial ganhou destaque a nível nacional. De acordo com o IPHAN (2014), em 1744 ocorreu à descoberta do ouro na região de Paracatu pelo bandeirante Felisberto Caldeira Brant, a notícia sobre a existência do ouro foi comunicada por José Rodrigues Froes à coroa Portuguesa e a novidade sobre as jazidas de ouro da região chegou a várias regiões do Brasil.

Segundo Venancio (1998. p. 85) a formação do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu ocorreu devido à junção de atividades econômicas, a partir da *década de 1720*, o noroeste mineiro foi ocupado por currais, mas foi necessária a descoberta do ouro para que esse povoamento deixasse de ser rarefeito, o que garantiu o processo de urbanização e desenvolvimento simultâneo das atividades mineradoras com as agropastoris.

Por analogia de Ribeiro (2006), as fazendas de gado foram às pioneiras na ocupação do território de Paracatu, nesta região encontraram vales férteis e adequados para a criação de gado, esta evidência é comprovada pela aquisição de terras por parte do Capitão João José Rangel, cuja primeira sesmaria, da fazenda Santa Ana, foi doada em 1727, provavelmente para a construção da capela de Sant'Anna que ocorreu por volta de 1736 em Paracatu⁶. Devido à proximidade com o Córrego Rico, vários pecuaristas se instalaram com seus escravizados e agregados neste local que passou a ser chamado Largo do Sant'Anna.

Atualmente Paracatu possui mais de 40 (quarenta) bairros que integram a sua

⁶ Esse capitão era proprietário de extensos domínios, ao todo nove fazendas de gado, as quais, por ser solteiro, deixou à igreja católica por meio do seu testamento de 1724. (RIBEIRO, 2006, p. 41).

formação, dentre eles podemos destacar os bairros Santana, Arraial D'Angola e São Domingos, sendo estes os que possuem maior relevância histórica na formação da cidade.

O Largo do Sant'Anna foi um marco inicial da colonização do Noroeste Mineiro, ali se constituiu o primeiro arraial da região que no ano de 1798 foi elevado a Vila de Paracatu do Príncipe, após 42 anos a Vila é novamente elevada à cidade⁷ e passa a ser denominada pelo nome de Paracatu e o Largo do Sant'Anna passa a ser reconhecido como bairro Santana, sendo este o mais antigo da cidade.

Segundo Souza (2009), a nomeação e delimitação dos primeiros bairros da cidade de Paracatu se deram a partir da exploração da mão de obra escravizada em suas proximidades, podemos aludir como exemplo o segundo bairro mais antigo que recebeu a denominação de Arraial D'Angola, este nome foi agregado ao local que era utilizado para receber os escravizados, que em sua maioria, eram homens e mulheres negros (as) vindos de um país localizado na região sul do continente africano conhecido por Angola, ao chegarem ao Arraial de São Luiz e Santana das Minas do Paracatu, os mesmos eram vendidos, torturados ou até mesmo mortos.

Conforme as palavras de José Alves Meireles, nascido em 03 de setembro de 1926, no seu relato publicado no livro *“Os Negros de Paracatu”*, José conta que:

O meu pai nunca me contou a respeito da escravidão, era só minha avó Camila que me contava alguma coisa. Ela falou comigo que os escravos sofriam muito aqui em Paracatu e que o pessoal tinha uma roda de bater e uma roda de enforcar. Hoje existe um bairro aqui em Paracatu chamado Arraial d'Angola e lá existia um curral que vendia escravos que vinham da Angola, assim me contava a vovó. Eles prendiam os escravos no curral e ali eles eram vendidos. Vovó falava que o pessoal descia com os escravos pelo Beco Saliduvina e depois Beco da Intendência, atravessavam o Córrego Pobre, subiam beirando o Córrego Balieiro e quando chegavam mais em cima, eles executavam os escravos. Ali era onde ficava a roda de bater e a roda de enforcar. Eu cheguei a ver neste local os esteios e as estacas fincadas. Ainda existem aqui em Paracatu muitas fazendas com lugares para bater e amarrar escravos. (SOUZA, 2009).

As palavras descrevem um cenário de discriminação e de tentativa de submeter semelhantes que se diferenciavam pela cor da pele. A partir deste elemento, todo um sistema de tratamento e desqualificação se consolida na sociedade brasileira e em Paracatu, não foi diferente. Mecanismos de subjugação e

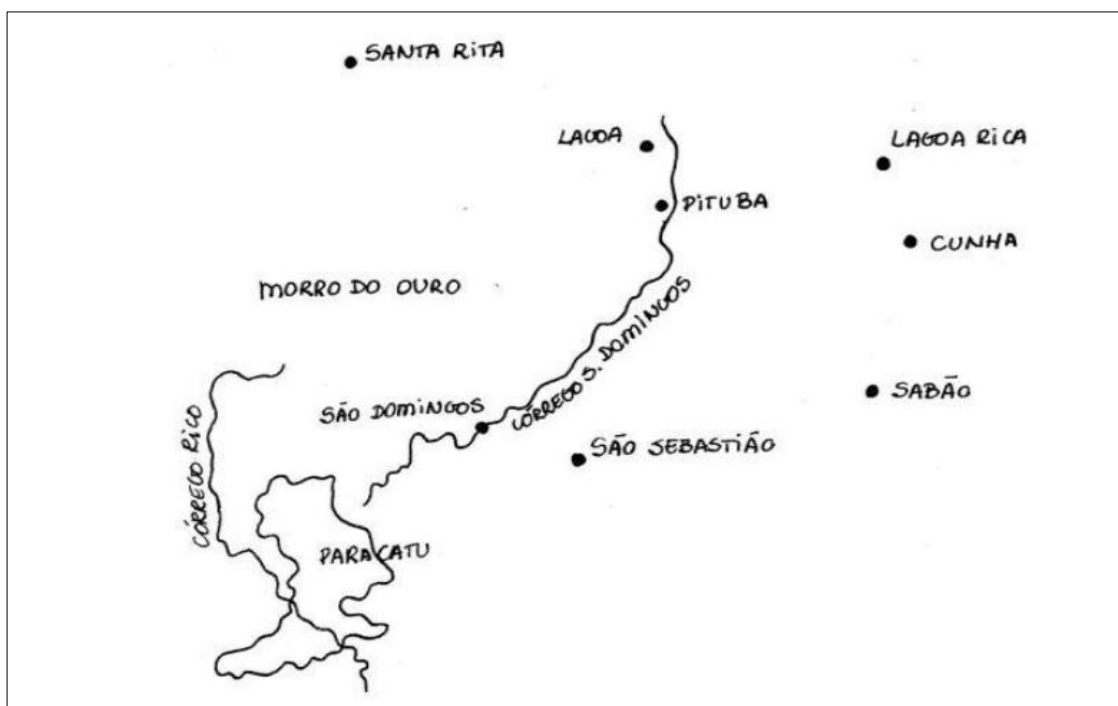
⁷ A Vila de Paracatu do Príncipe é elevada à condição de cidade com a denominação de Paracatu pela Lei Provincial n.º 163, de 09 de Março de 1840.
Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paracatu/historico> >.

enfraquecimento, de desumanização são rememorados e localizados na cidade de Paracatu, a condição de ser humano reduzido a uma condição animal, num espaço, como o *curral*, é algo a ser destacado. As palavras são fortes, a narrativa constitui algo assustador, mas perto, muito perto da realidade de uma cidade que mudara, mas que ainda conserva aspectos dessa presença.

Para nossas considerações, tem-se que a semelhança entre as irmandades religiosas do século XVIII e as comunidades negras está na sua representatividade, ambas eram observadas como um lugar de resistência e sobrevivência onde era possível manterem vivas as tradições culturais e os costumes de nossos antepassados negros.

O pequeno mapa (figura 8) apresenta a localização da comunidade São Domingos em relação às demais, nota-se que todas estão próximas ao leito do Córrego São Domingos, cujo local se concentrava a maior quantidade de ouro de aluvião que era extraído pelos moradores, sendo esta atividade a principal fonte de renda das comunidades negras paracatuenses.

Figura 8 - Croqui com a localização das principais comunidades negras em Paracatu – Século XIX.



Fonte: DORIA, Siglia Zambrotti. Relatório sócio histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros. Brasília: abril/2004, p. 34

De acordo com dados do IBGE⁸, 80% da população de Paracatu é constituída por negros e pardos, no tempo presente existem apenas 07 (sete) comunidades negras: Lagoa de Santo Antônio, Santa Rita, Lagoa Rica, Cunha, Sabão, São Sebastião e São Domingos, estas foram constituídas no final do século XVIII pelos escravizados e libertos.

Atualmente a comunidade São Domingos, que em 2004 foi reconhecida como Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, foi municipalizada e faz parte dos três bairros mais antigos da cidade de Paracatu, sua relevância se destaca devido à contribuição material, cultural e histórica na formação da sociedade Paracatuense.

A narrativa, as condições sociais e históricas experimentadas pela população negra não foram fáceis, isso já foi afirmado. Reafirmamos também que a condição humana pode sim, ser ferida, pode ser dificultada em sua expressão de sentimentos e de exposição de afetos refinados, mas não pode ser eliminada, assim, como não foi no conjunto de homens e mulheres negros/as.

⁸ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE PARACATU- MG.

Em se tratando da cidade de Paracatu do Príncipe (nome dado à vila na época), a presença de elementos econômicos marcados pela exploração mineral, a sua população era extremamente marcada pela presença dos homens e mulheres negros (as), isso explica a existência de várias construções sociais possíveis àquela condição. Da mesma forma, do ponto de vista político e da condição social experimentada, a busca pela liberdade, pela vida digna, pelos projetos e compromissos próprios faz da atuação desses homens e mulheres negros/as construtores de um passado único que merece ser mais bem compreendido.

Na construção do cotidiano, mesmo nas condições históricas mencionadas nos capítulos anteriores, tem-se a construção dos laços que cercavam as irmandades negras e as associações de pardos e brancos para uma população ainda pequena, um objeto de análise que orienta esse esforço. De acordo com as pesquisas em documentos no Arquivo Público, entre os anos 1738 a 1905 existiu em Paracatu, aproximadamente onze Irmandades Religiosas, entre elas: Nossa Senhora do Rosário (1808), Nossa Senhora do Amparo (1811) e Glorioso São Benedito (1808), a documentação das mesmas estão, até o momento, ilegíveis, porém estas três citadas anteriormente possuem estatutos mais legíveis (PARACATU, 1744).

Conforme o Guia do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga (Paracatu, 2018), que relaciona, dentre outras coisas, os fundos das Irmandades⁹, o Arquivo Público registra a existência de 11 (onze) subfundos¹⁰, que remetem a existência das irmandades a seguir:

1. Irmandade Nossa Senhora da Abadia
2. Irmandade das Almas (1759 a 1789)
3. Irmandade Nossa Senhora do Amparo (1758 a 1782)
4. Irmandade Nossa Senhora da Assunção (1745)
5. Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte (1802)

⁹ “**FUNDO** – Unidade principal do quadro de arranjo correspondente ao acervo de cada arquivo”. (PARACATU, 1998, p. 58).

¹⁰ “**SUBFUNDO** – Unidade do quadro de arranjo correspondente à primeira divisão do fundo, constituída pelo conjunto de documentos acumulados”. (PARACATU, 1998, p. 60).

6. Irmandade do Glorioso São Benedito
7. Irmandade Nossa Senhora do Monserrat (1744)
8. Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1744 a 1851)
9. Irmandade de Sant'Anna (1794)
10. Irmandade do Santíssimo Sacramento (1739 a 1781)
11. Irmandade do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos

Na questão do trato da documentação encontrada, destaco que as datas registradas entre parênteses são as datas limites¹¹ do acervo das irmandades que possuem documentos legíveis. Algumas delas há comprovações de sua existência, mas não há documentos legíveis que permitem um estudo mais aprofundado. Em outras, constam receitas, doações e prestações de contas, a exemplo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, mas a maioria conta somente com o acervo referente a um desses elementos.

Num contexto geral, é impossível precisar as datas de surgimento das irmandades, mas é certo que no século XII já existiam, sendo seu auge alcançado no século XIV, quando atinge vários países europeus, com diferentes composições, mas quase sempre com caráter preeminente beneficente ou religioso (BORGES, 2005). Em Paracatu essa diversidade também existiu, mas os levantamentos realizados no Arquivo Municipal permitem mostrar que essas instituições iniciaram as atividades no município em 1739, mantendo atividades aproximadamente até 1905.

Interessante esclarecer que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu e do Glorioso São Benedito tinham seus próprios estatutos pelos quais eram regidos. Tais documentos compõem o acervo do Arquivo Público Municipal, contudo a maior parte dos documentos já não se encontra mais legíveis ou completos¹², o que dificulta

¹¹ **DATAS-LIMITE** – Elementos de identificação cronológica de uma unidade de arquivamento, em que são mencionados os anos de início e término do período a que se referem os documentos. (PARACATU, 1998, p. 58).

¹² Conforme relata o Guia do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga (PARACATU, 1998), os documentos dos séculos XVIII, XIX e XX ficaram por décadas, guardados no porão da antiga Santa Casa, expostos a ação de traças e intempéries, o que justifica a situação decadente da maior parte da documentação referente às irmandades. Da mesma forma, quando comparado com outros documentos locais, percebe-se uma espécie de menor valor, de menor empenho histórico com os documentos desse segmento social. Cumpre indagar se outras populações paracatuenses também tiveram seus registros históricos, colocadas, por tanto tempo, nas mesmas condições de guarda e armazenamento.

bastante às pesquisas, mas ao mesmo tempo deixa tudo muito interessante, ao passo que é extremamente valioso levantar esse ponto da história do município, atrelada as construções sociais, aos desejos e possibilidades históricas dessa população, passando, inclusive pela religiosidade que se confunde com a própria história do Brasil.

Pelos levantamentos de Mattoso (1992) as construções sociais, tais como as irmandades eram formalmente reguladas por um estatuto devidamente aprovado pela Igreja e pelo Estado, designando o compromisso que a irmandade tinha para o seu funcionamento, que seria aprovado e suas obrigações e regras definidas. A irmandade era uma espécie de associação, por isso o compromisso definia seus objetivos, a forma de admissão de membros, obrigações e deveres de cada um deles, além de ratificar a necessidade da entidade registrar suas reuniões e decisões que fossem tomadas nela, e de contabilizar seus bens, receitas e despesas.

As irmandades negras possuíam uma estrutura hierárquica semelhante à das Irmandades brancas, com uma diretoria, que era renovada anualmente, composta de juízes e juízas, de um procurador com a responsabilidade de inquirir sobre a moral dos associados, um tesoureiro e um secretário (ALBUQUERQUE, 2006). Outro aspecto importante é que não se constituía uma irmandade sem os Termos de Compromisso, no qual se constava toda estrutura organizacional da instituição, bem como os seus deveres, tais como: propagação da fé católica, pagamento de anuidades, além da descrição de suas finalidades e as garantias que buscava consolidar para os seus membros (BORGES, 2005).

Toda a importância que revestia o compromisso fazia dele o instrumento principal da organização, e assim como a constituição primária das irmandades deveria ser chancelada pela Igreja e pela Coroa, qualquer alteração ou complementação do documento também precisava ser avaliada (BOSCHI, 1986).

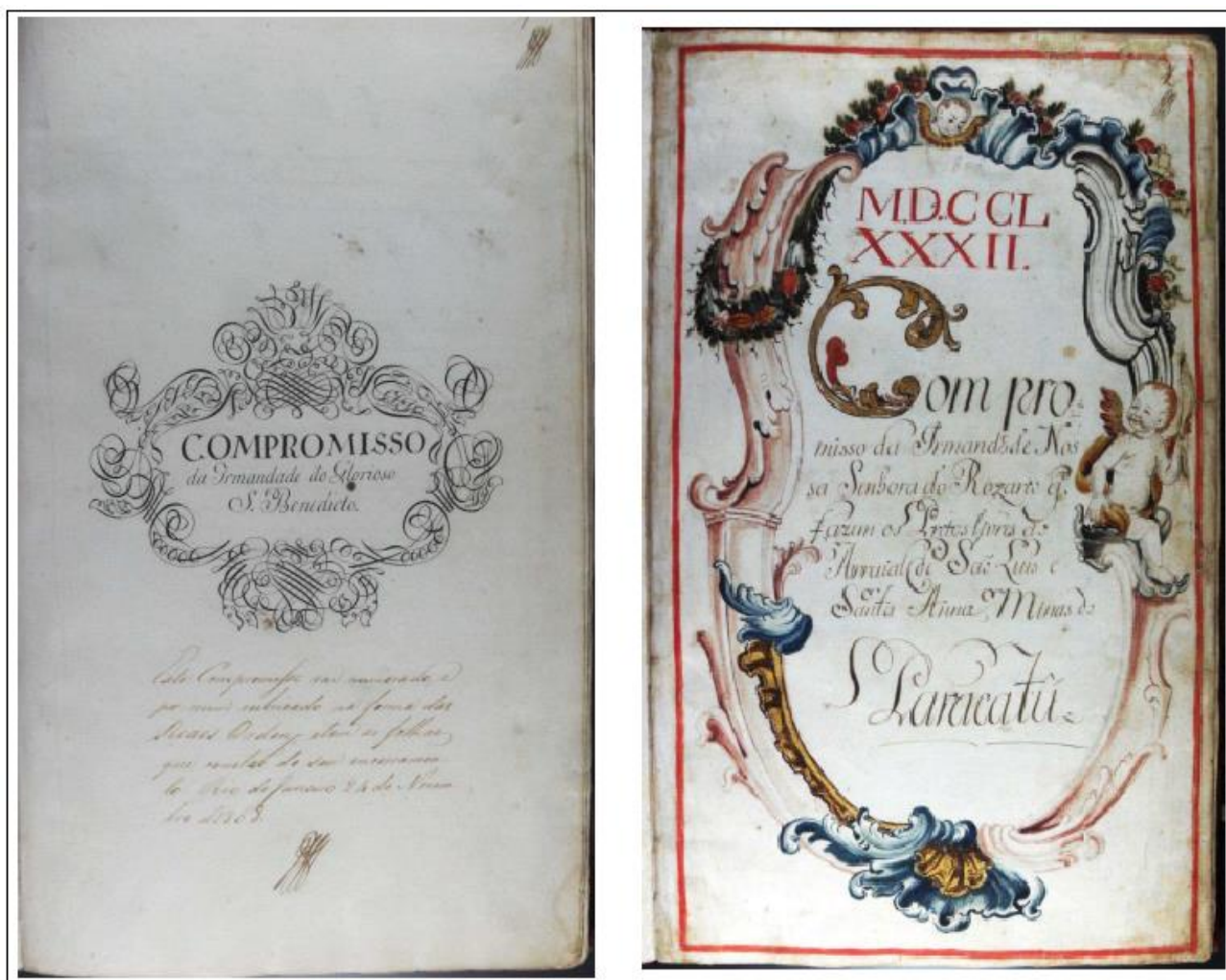
Nos documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu, continha trechos referentes a eleições de reis e de mesas administrativas a partir do ano de 1744, seu Livro de Compromisso é do ano de 1773, observa-se no próprio Termo de Compromisso a seguinte afirmativa: “Foi edificada a Capela de Senhora do Rosário dos pretos deste Arraial e subúrbios do Paracatu, Bispado de Pernambuco em 24 de Outubro de 1744” (REIS, 1991). Esse fato vai de encontro às análises de Boschi (1986) ao revelar que em raras oportunidades se nota uma

coincidência entre a data da real criação da irmandade e a constante de seu termo de compromisso.

A análise dos documentos encontrados no Arquivo Público Municipal da cidade de Paracatu, mesmo que em alguns pontos a caligrafia seja de difícil compreensão, apresenta o termo de compromisso como instrumento das irmandades, no qual eram claramente descritas as tarefas de cada função destinada aos irmãos.

A seguir, a figura 9 apresenta a primeira página do Livro de Compromisso das Irmandades, o documento à esquerda pertence à Irmandade do Glorioso São Benedito, e a direita o da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu, observe:

Figura 9 – Primeira página dos Livros de Compromisso das Irmandades do Glorioso São Benedito e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1782).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

A partir da definição da estrutura, o documento - Termo de Compromisso – de uma instituição, definia quais seriam os irmãos que administrariam a irmandade; quais membros ocupariam as funções como presidentes ou juizes da mesa; consultores, tesoureiros, procuradores, mordomos e escrivães que auxiliavam na administração, arrecadação, manutenção dos arquivos, guarda dos livros, organização de visitas aos necessitados e as formas de auxílio, além de organizar rituais, casamentos, funerais, dentre outras coisas (REIS, 1991).

De acordo com estudos sobre as irmandades negras, realizados por Comar (2008), a análise dessas relações sociais e culturais envoltas, dentre outros, na religiosidade, não podem ser dissociadas da história dos negros e da construção de sua identidade, ao contrário, a análise da documentação e bibliografias sobre tal temática se aproximam do real universo cultural e social dos africanos entre os séculos XVIII e XIX.

Conforme levantado por Cruz (2007, p. 5) “As irmandades da população de origem africana representam na história cultural do Brasil, uma expressão do pacto colonial entre a população de origem africana e a elite senhorial. Havia irmandades apenas para negros em todo o país”. Estando totalmente excluído da sociedade. Silva (2000) considera que as irmandades eram a porta de entrada dos negros na vida “civilizada”, as igrejas eram assim o espaço que tinham para celebrar sua devoção, sua religiosidade, mas também era a oportunidade de sociabilização, de construir o pertencimento e se sentir parte de um grupo.

Diante disso importa compreender a história por detrás das escolhas, das decisões humanas que passam pelas irmandades e ao mesmo tempo refletir sobre os aspectos da sociedade da época que ao marginalizarem a parcela negra da população, que se diga de passagem, representava um enorme contingente, incitou o importante papel das irmandades, como local de sociabilização e pertencimento, além das questões assistenciais e de profecia da fé em si.

Vários trechos dos livros de compromisso das irmandades do Glorioso São Benedito, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu e a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo ainda estão legíveis, apesar de desejar compreender o máximo possível, a tentativa ficou restrita aos que possuíam condições de leitura, e mesmo de manuseio. Nesse sentido, destaquei os mais nítidos que foram acrescentados a este trabalho.

Para compreendermos um pouco da dinâmica do funcionamento das Irmandades, destacamos a eleição das mesas administrativas e de Reis da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, iniciada em 1744 quando foi edificada a Capela da Senhora do Rosário dos pretos deste Arraial e subúrbios do Paracatu. Conforme consta do Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, para evitar contendas, havia uma eleição por ano, por bilhetes fechados, para se escolher os membros da mesa administrativa, ou melhor, das mesas, já que havia uma com fulcro no orago e outra destinada ao controle/resolução dos problemas cotidianos (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARACATU – Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773).

Embora Vainfas (2000) mencione que as irmandades tinham dentre suas finalidades a assistência aos necessitados não associados, pode se observar que a filiação, ou associação, parece ser um aspecto de grande relevância, pois a assistência poderia ser acionada, a auxiliar alguém, num gesto de doação, de abnegação, e ainda assim, ter a sua missão completa e verdadeiramente prestada aos membros, uma vez que era a forma da entidade conseguir os recursos necessários para sua sobrevivência e alcance de seus objetivos.

Assim é preciso pontuar sobre a necessidade de se filiar a irmandade, ou seja, elas, aparentemente, somente prestavam auxílio material e espiritual aos seus associados, a filiação era o que tornava a pessoa um irmão, e esse pertencimento por si já é algo bastante significativo, mas soma-se a isso toda integração e amparo prestados pelas irmandades, que assumiam um papel que nem o Estado, nem a própria Igreja quiseram assumir (CRUZ, 2007), os registros não permitem, mas será mesmo que os laços não extrapolariam essa compreensão mecânica?

Pelo Termo de Compromisso é possível observar a composição étnica da irmandade tomando por base o segundo Capítulo do Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1773) e o quarto Capítulo do Livro de Compromisso da Irmandade São Benedito (1799), em ambos há uma autorização para participação de brancos, pretos e pardos, de forma explícita, os termos evidenciam que a irmandade não está fechada somente para participação dos negros livres, libertos, ou escravizados (desde que autorizados pelos seus senhores), ao contrário, é aparentemente uma associação que é aberta para aqueles que por devoção, quiserem nela ingressar. (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARACATU).

Da mesma forma, ao apontar que havia a permissão de participação desses ou daqueles sujeitos, pode se inferir que, em outras situações, próximas ou distantes, poderia se encontrar uma situação mais restritiva.

Nota-se que não é a simples manifestação que torna o indivíduo membro de uma irmandade, a participação será analisada, como consta no Livro de Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito de Paracatu, somente após a aprovação do Mordomo Maior, o escrivão está autorizado a lavrar o termo de entrada do novo membro da irmandade. (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARACATU).

Vale mencionar ainda que, as anuidades poderiam ter valores variados, alguns estudos apontam o critério da etnia ou mesmo da condição do indivíduo. Mas em se tratando das irmandades em estudo não se observa uma definição clara de critérios que permita inferir essas distinções, a análise das partes legíveis dos termos de compromisso tanto da Irmandade do Rosário (1773), quanto à de São Benedito, infere a expressa obrigação do pagamento da anuidade pelos membros, naquele denominada como esmola e nessa designada por entradas.

Ressalta-se ainda uma elevada subjetividade na decretação dos valores na Irmandade do Rosário, já que é um compromisso que não traz explícito o quantum devido, ao contrário deixa em aberto para os valores a serem determinados pela Mesa. Há, contudo, a orientação de que os valores devem ser estabelecidos de acordo com a hierarquia da ocupação do membro na irmandade. (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARACATU – Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu, 1773). Diante disso, talvez, possa se pensar em situações, estratégias e mesmo construções que escapem da sistemática europeia de contraposição doação/recepção de serviços e as Irmandades Negras, que recebiam valores de maneira diferente, poderiam se dispor de construções sociais que ainda não conhecemos.

Por outro lado, na Irmandade de São Benedito já havia uma limitação maior, uma vez que os valores vinham previamente designados no Livro de Compromisso, sendo um valor fixo para entrada e outro para a anuidade, os quais poderiam ser ampliados para se redimirem por eximirem-se de suas atribuições. (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARACATU– Livro de Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito de Paracatu, 1779).

Nota-se ainda que a aparente abertura para participação de todos nas irmandades deve ser interpretada com cuidado, pois se sabe muito bem das limitações impostas para os homens e mulheres negros naquela sociedade, dentre outros sujeitos sociais e seus perfis sociais e históricos. Para os ainda escravizados a participação era mesmo mais complicada, pois além de contar com a autorização formal do seu senhor, era preciso que esse assumisse as responsabilidades pelo cumprimento das obrigações do membro, não somente relativas às participações nas atividades, mas principalmente arcasse com o pagamento das contribuições decididas pelos membros em forma de anuidades (SOUZA, 2002). Penso que aqui temos uma possibilidade de expandir a inspiração proposta pelo autor. Aqueles homens e mulheres negros/as sabedores das condições sociais em que viviam, conhecedores da expressão máxima de tentativa subjugação humana, que é a escravização, será mesmo que essas pessoas, reproduziriam a mesma mecânica com os seus irmãos?

Não se pode deixar passar a crítica de que, a partir do momento em que as sociabilidades tornam-se mais frequentes, que os homens e mulheres negros (as) parecem adensar laços e desejam oficializar uma disposição de reciprocidades, pode se pensar, surgem as Irmandades. Sendo assim, como esse adensamento de relações ganha força, a Coroa Portuguesa logo as reconhece e coloca na legitimação (das Irmandades Negras) perfazendo um meio de controle e minimização das possibilidades de revoltas, ponto que foi auxiliado pela religiosidade, pois o culto cristão, por vezes mascarava a realidade e se fortalecia como mecanismo de uma opressão oculta que massacra as lutas do povo negro (CRUZ, 2007).

Sabendo que os iguais, escravizados ou libertos, nem sempre possuíam condições suficientes de se manterem em dia com as contribuições financeiras, muitos membros acabavam com grandes dívidas perante a irmandade, gerando um processo criminal em depreciação de um membro pelo não pagamento de dívida perante a Irmandade. Na imagem a seguir, podemos observar um processo da Irmandade de Nossa Senhora de Monserrat em desfavor de um integrante da mesma:

Figura 10 – Processo Criminal contra membro da Irmandade Nossa Senhora de Monserrath pelo não pagamento de dívidas.

Por esta por mim feita e assignada, dias 14 de
 como procurador geral de Nossa S.^a de Monserrath
 Constituo a o Sr. Joao Goncalves meu presencado
 Variante em qual quer lugar onde se achar para
 em meu nome cobrar e receber tudo quanto se me deve
 do Sr. Boi como de cabalo e Cugay e dinheiro e t.^a
 podra dar Boleas e ueronicas de dita S.^a de Mon.^a e t.^a
 e de Deus que se quizer advertas na dita Irmandade
 dando de entrada a esmola que suas penas permitiram que
 para tudo se dou os poderes que em direito me so
 concedidos aje em Aracaty. Por os do Barco e Jener
 a 14 de 1741 = Felis Bertran procu. de
 Nossa S.^a de Monserrath
 Com testemunha signo J. Lopez de Almeida
 Com. testemunha deino Joze Boi Cauz
 E assim se fez e assignou no dia 14 de 1741
 Joze Boi Cauz

A figura 10 apresenta a página do livro de subfundos da Irmandade de Nossa Senhora de Monserrat, onde consta um processo criminal por dívida, na 3ª linha do documento encontra-se a frase onde o membro da Irmandade de Nossa Senhora de Monserrat constituiu ao Senhor João Gonçalves, Procurador Geral desta mesma Irmandade, poderes para que em seu nome possa cobrar uma dívida: *“constituo ao Sr. João Gonçalves meu procurador, bastante, em qual quer lugar onde se achar, para em meu nome, cobrar, e receber tudo quanto”*.

Na 6ª linha do documento há uma afirmação do membro da Irmandade sobre a sua dívida ser recebida em *“cousas e dinheiro”*. Na 8ª e 9ª linha do documento menciona que seja registrado na ata da Irmandade o pagamento da esmola: *“que se quiser assentar na ata Irmandade dando de entrada a esmola”* e na 10ª linha do documento consta a seguinte afirmação *“para tudo lhes dou os poderes em direito”* e logo após constam as assinaturas do Procurador da Irmandade chamado *“Felix Bertran”*, das testemunhas (nomes ilegíveis) e o ano do documento *“1741”* (dia e mês estão ilegíveis). Embora se observe a cobrança ao membro, a natureza e mesmo a possibilidade do registro sinalizar outro sentido, pois nem sempre o que está escrito, pertence, necessariamente, ao jogo do que se é efetivado.

Nesse mesmo sentido, Souza (2002) tece críticas sobre a limitação da participação nas irmandades quando a questão econômica (a arrecadação) que, muitas vezes, é colocada como foco da entidade, que deixa em segundo plano o bem estar e a assistência daqueles que deveriam se preocupar, afinal, os não membros não tinham qualquer benefício dessas irmandades. Nessa linha de pensamento adentra-se em mais uma questão que não pode ser esquecida ao se abordar as irmandades, qual seja, a sua manutenção, o seu sustento.

Elementos como a capacidade de criação de meios, de gerenciamento financeiro, de tratos com a dinâmica financeira, mesmo em meio ao sistema de escravização humana, parecem sinalizar para um contraponto, uma construção social, pouco explorada, que é o contraste em ter homens e mulheres negros/as, na atmosfera da escravização e o uso do numerário.

Observando as definições de entidades assistenciais no cenário contemporâneo, percebe-se que precisam de uma fonte de renda ou fomento, afinal, tais associações não conseguiriam auxiliar os necessitados ou atingir seus objetivos se não tiver como se sustentar e manter seus projetos. Será que é esse mesmo pensamento que fundamenta o sustento das irmandades no passado, mesmo que a

questão econômica ganhe um destaque central, isso parece colidir com os próprios objetivos de assistência aos menos favorecidos, aos desassistidos, é certo que sem uma fonte de renda as irmandades não se sustentariam. Cumpre perguntar, haveria outra estratégia, outras formas de auxílio? Havia outras construções sociais que possibilitava a essas pessoas a obtenção dos seus pleitos, de suas vontades, mesmo em meio a essas infindáveis negociações?

Reis (1991) pondera que o sustento primário das irmandades era proveniente das anuidades, loterias, joias de entrada, legados em testamentos, esmolas e rendas de propriedades, os valores arrecadados eram revestidos em benefícios dos membros, principalmente dos mais necessitados, além é claro de destinarem-se também para construção e manutenção das igrejas.

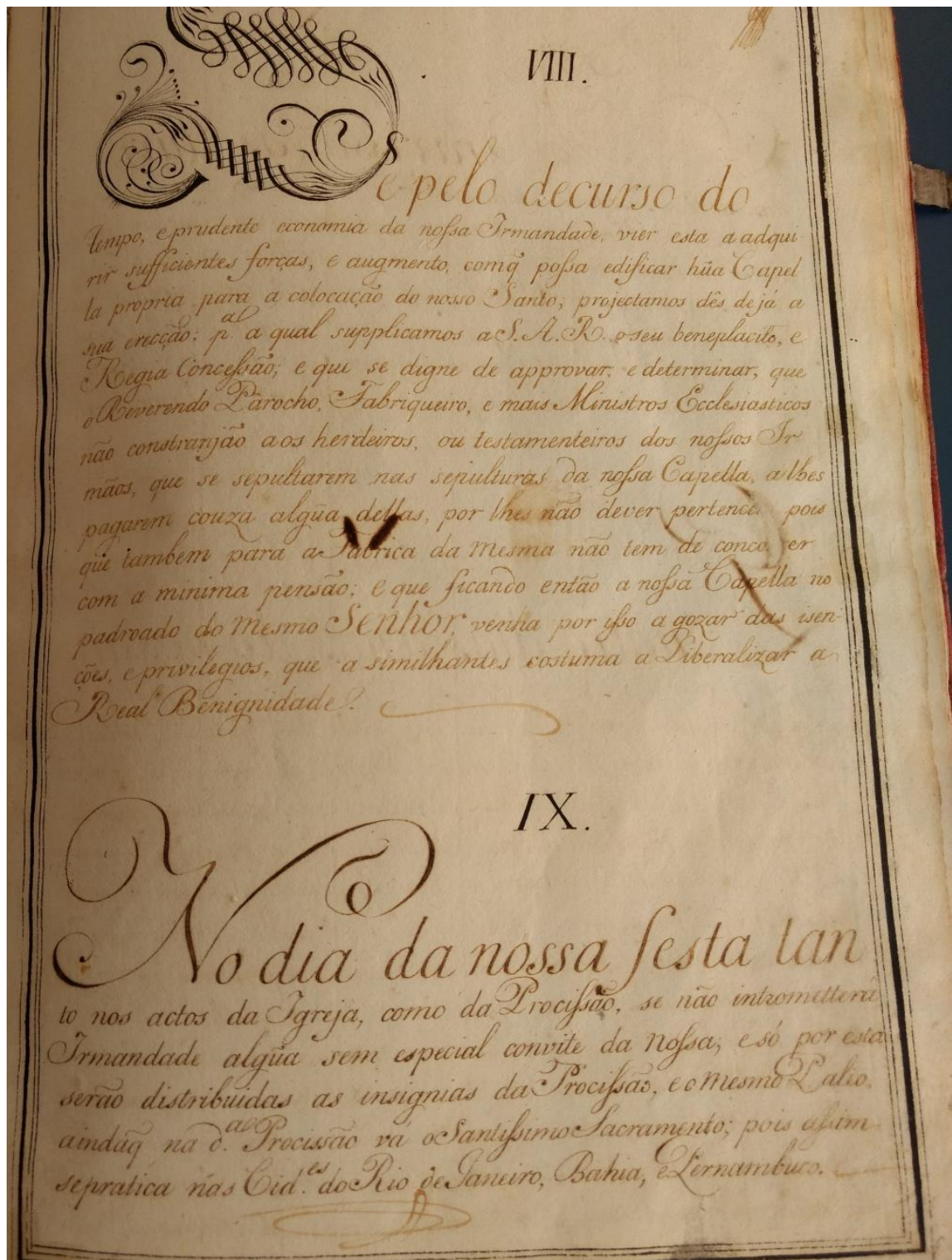
A construção e manutenção das igrejas são salientadas por Souza (2002) como um dos aspectos mais importantes das ações e escolhas das irmandades. Ao que parece, essas instalações se constituíam um local onde seus membros, negros (as) socialmente excluídos, ou que mesmos livres sofriam com os reflexos da escravização, podiam se sentir parte integrante de um grupo e tinham mais liberdade para manifestar sua fé e dar vazão às suas origens.

Observa-se, pelos registros do Arquivo Público do Município de Paracatu, que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres foi edificada em 1744, sob a ordem do Padre Antônio Mendes Santiago e o Capitão Antônio Freitas e Almeida atuando como procurador da construção. As fontes historiográficas relacionam a mencionada igreja às irmandades Nossa Senhora do Rosário e Glorioso São Benedito, que atuaram até o final do século XIX. Em pleno regime de escravização humana, erige-se a Igreja voltada para esses sujeitos.

O Inventário Cultural de Paracatu aponta a Igreja do Rosário dos Pretos Livres como igreja, destaca em sua porta do sacramento, uma formulação disfarçada em uma folha de parreira, que na verdade representa a cabeça de um homem negro. As razões para a manutenção desse símbolo ainda não são conhecidas. No tocante as principais movimentações, destacam-se as festividades que, atualmente, são a Festa de São Benedito e Semana Santa. Na condição de escravizado, e mesmo de liberto, a referência, a constituição de um espaço e, especialmente, a simbologia em que aquelas pessoas pudessem mirar, pode somar com sentidos maiores, que escapam a animalização pretendida, e mais, adicionam

elementos que corroboram a suspeita de uma capacidade de construção social, histórica de busca desses sujeitos, que merecem ser mais bem compreendidas.

Figura 11 – Capítulo XVIII e IX - Livro da Irmandade de São Benedito (1782).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

No capítulo VIII do Livro de Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito de Paracatu (1779) nota-se que a Irmandade não possuía recursos suficientes para edificação de uma capela própria, como podemos observar, em parte, a transcrição do documento conforme a figura 11 supracitada:

Se pelo decurso do tempo e prudente economia da nossa Irmandade, vier esta a adquirir suficientes forças, e aumento com que possa edificar uma capela própria para a colocação do nosso santo, projetamos desde já a sua ereção.

Na exposição dos membros da referida Irmandade a compreensão do momento de pouco recurso, de dificuldade financeira, no sentido de perseguir o objetivo conhecido dos seus membros. No entanto, observa-se que a referida compreensão não é pautada apenas pela clareza da dificuldade, percebe-se também o desejo e a menção a uma nova e desejada condição que virá e permitirá a continuidade de perseguição daquele objetivo, por ora impedido.

Pertencer a uma irmandade negra era motivo de orgulho para seus integrantes, ali estavam asseguradas a preservação dos costumes, valores, assistência material e espiritual e proteção aos escravizados que eram tratados como objetos.

O desprovimento de recursos financeiros dos meus antepassados negros é um fato notório e inegável, mas essa ausência de capital parece ser suprimida por uma soberba capacidade inventiva, de construção de laços e disposições, valores humanos como afeto, amor e solidariedade entre os escravizados. Viver e sobreviver aos tempos passados em uma sociedade cruel e desumana onde os dias eram incertos e as adversidades sempre constantes foram fatores que contribuíram para o desenvolvimento de relações significativas, havia presença de sentimentos de união e realização na construção de igrejas e capelas das irmandades negras, estas obras são símbolos que representam esforços, emoção e grandiosidade do povo negro como seres humanos plenos.

Na sequência, a foto permite acompanhar elementos históricos da atuação de homens e mulheres negros/as que combinaram esforços, políticas e estratégias para edificarem esses espaços como símbolos de construção possível.

Figura 12 - Foto mais antiga da Igreja do Rosário (sem a torre central que foi inserida em 1922).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Na figura 12 é possível observar pessoas com roupas bem cuidadas, posições do corpo pensadas, há que se considerar ainda, que o registro fotográfico não é desprovido de preocupações, e mesmo de arranjos momentâneos permeados de intencionalidades, há também, mesmo na pausa avisada para o registro, diálogos com a edificação, com a finalização de um processo que encerra aspectos para além da própria Igreja, como se uma determinada realização já estivesse em curso.

Ainda em relação às mudanças na Igreja, em 1988 houve uma intervenção do IPHAN para a instalação da torre. Recentemente a Igreja teve sua restauração concluída e hoje em dia é utilizada somente para celebrações especiais.

Figura 13 – Fachada atual da Igreja do Rosário.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

A figura 13 apresenta elementos históricos importantes, dentre eles, o acréscimo da torre central, que foi incluído na reforma realizada na Igreja em 1922, embora seja um registro atual, a igreja apresenta a mesma arquitetura da época, ressaltando que a mesma passou por duas grandes reformas, a primeira em 1922 e a segunda mais recente já no século XX, ambas visando à conservação do patrimônio e manutenção das características originais.

É possível caminhar pela cidade de Paracatu, e conforme mostra à figura 13, atualmente os principais símbolos, as construções que se destacam, parecem permitir dialogar com uma insistente construção simbólica vitoriosa daqueles sujeitos.

Figura 14 - Interior da Igreja do Rosário.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Paracatu.

A antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres, e os seus desdobramentos históricos, conforme as fotografias acima, possui uma arquitetura riquíssima que reflete escolhas, decisões, arranjos e negociações possíveis, assim como costumes, e mesmo diálogos diversos da época.

Destacam-se as várias imagens talhadas em madeira do Século XVIII. Atualmente, a Igreja e todo o seus aparelhos, são parte do acervo da Cultura Nacional, reconhecido desde 1962 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. As figuras 13 e 14 consagram a manutenção da arquitetura original da Igreja do Rosário. Quase três séculos após a sua construção original, o local ainda preserva elementos com características do tempo e da sociedade da época na qual foi edificada. Alguns elementos podem ser vistos na imagem a seguir:

Figura 15 - Altar principal da Igreja do Rosário.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Um detalhe interessante é que mesmo com o nome relacionado a Nossa Senhora do Rosário, o que interliga com a irmandade estudada com o mesmo nome, foram os fieis de São Benedito, o santo negro, que içaram a visibilidade da Igreja, com um número de fieis bem mais elevado que incitou a alta popularidade da Festa de São Benedito, com a qual a Festa da Nossa Senhora do Rosário não conseguia competir (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARACATU).

Figura 16 – Escultura de São Benedito mantida na Igreja do Rosário.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

A capacidade humana de construção de espaços, de negociações e mesmo de se expressar artisticamente, os homens e mulheres negros, escravizados e/ou libertos deixaram registros profundos na cidade de Paracatu. As disposições sociais, os registros, a exigência de submissão a esse ou aquele poder instituído, não invalidam as cores, o conjunto de construções e o seu valor histórico, mesmo as várias nuances permitem ver a natureza da força e da disposição desses sujeitos, como se pode observar no interior das Igrejas conforme a figura acima.

De acordo com o Inventário Cultural de Paracatu:

É curioso notar que apesar de Nossa Senhora do Rosário ser branca e o principal nome que justificou a construção do templo, o santo com a festa de maior devoção no templo é mesmo São Benedito. A festa de Nossa Senhora do Rosário não se equipara em número de fiéis e em popularidade à festa do Santo negro.

O apontamento do Inventário Cultural nos instiga a pensar nas razões que marcam o desfecho mencionado. Por outro lado, em verdade, não havia uma separação, ao menos física, das igrejas pelas irmandades, como se pode notar em Paracatu, tanto que a Irmandade de São Benedito mantinha sua capela junto à Capela de Nossa Senhora do Rosário, onde na lateral desta mantinha um altar com a imagem do Glorioso São Benedito (Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1779), consolidando uma situação que Souza (2002) considera bastante comum entre as irmandades originadas no Brasil. Seria uma construção única da cidade de Paracatu? Seria uma construção possível, diante de uma estrutura histórica própria? Enfim, é sabido que as diversas etnias das populações negras que vieram para o Brasil procuraram se agrupar e se manterem próximas, e apesar da dificuldade, os indícios diversos ajudam a explicar escolhas religiosas, nuances musicais, sentidos e escolhas de grupos de homens e mulheres negros/as distintos, que se juntam diante da violência racial e da discriminação cotidiana.

Um ponto importante destacado por Comar (2008) refere-se à solidariedade. Segundo a autora, como traço de Congo e Angola, as irmandades permitiam aos homens e mulheres negros (as) escravizados preservar o espírito de solidariedade com seus pares, reafirmando apoio em ocasiões importantes como nascimento, morte e casamento. A importância fica mais salutar quando se considera que as irmandades eram provavelmente o único meio de associação permitido aos cativos negros, sendo, a única oportunidade de reconhecimento, apoio e socialização (CRUZ, 2007).

Reforçando as palavras de Comar (2008), podemos observar que os negros escravizados trazidos para o Brasil colônia não possuíam recursos financeiros, mas eram dotados de recursos humanos, dentre eles podemos citar como exemplo o afeto pelo próximo para ajudar a superar o sentimento de solidão, o companheirismo entre eles nos momentos bons e ruins, etc.

Diante disso observa-se uma estreita relação entre as irmandades, mesmo cada uma delas possuindo seus fiéis, seu santo de devoção e seus compromissos próprios, a utilização do mesmo espaço é um forte indicativo da convivência harmônica entre as irmandades Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o que, provavelmente, subsidiou lutas conjuntas e fortalecimento das irmandades dos pretos em Paracatu contra grupos opressivos comuns.

Por sua vez, quando traficados para o Brasil, os africanos foram vistos apenas como objeto num processo que parecia tentar lhes arrancar suas raízes. Mas o que se nota ao estudar/pesquisar sobre aspectos que relacionam a cultura e religiosidade é que, mesmo tentando, os colonizadores não tiveram sucesso em aniquilar a força cultural e identitária Congo/Angola e, mesmo sob forte repressão, muitos aspectos que singularizam os homens e mulheres negros foram preservados, exemplo disso são os rituais das irmandades.

Ao pesquisar as atas de reuniões arquivadas no Instituto Historiográfico e Geográfico e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Comar (2008) registra que dentre os direitos das irmandades estavam o de fazer reuniões, ter igrejas e falar diretamente com o rei. É interessante observar que pelos levantamentos da autora, a própria igreja católica incentivava a criação das irmandades, por trazer mais fiéis e mais contribuições¹³. Não é possível, a partir dos dados pesquisados, aventar qualquer possibilidade de movimentação, tal como mencionado pela autora. Mas é possível pensar em ações e disposições dos homens e mulheres negros/as na cidade de Paracatu, para além da simples ajuda mútua, tal como os termos financeiros, parecem reduzir-se.

Tal consideração também é destacada por Cruz (2007) ao mencionar que nas tradições típicas do catolicismo barroco eram caracterizadas por grandes manifestações da religiosidade, e delas também participam as irmandades leigas numa espécie de solidariedade vertical, em que esses eram incentivados à devoção aos santos protetores e a se comprometerem com as atividades da irmandade e com suas finalidades beneficentes.

As irmandades tinham como objetivos centrais e filantropia social e a propagação da fé (RUSSEL-WOOD, 1981). Como destaca Mattoso (1992) a aceitação do compromisso trazia consigo o comprometimento dos membros da irmandade de manter o culto e promover as festas em veneração ao padroeiro. Eram também aliadas do Estado para controle da população, como bem destacado pelo Guia do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, formulado em parceria com historiadores locais:

¹³ Sobre a questão dos leigos na Igreja Católica, vale mencionar que a história revela momentos distintos da sua participação, passando por um momento maior de abertura que favoreceu a participação dos leigos e a supressão do feudalismo eclesiástico, para então adentrar na era do clericalismo, que avultava um modelo conservador de centralismo institucional e rigidez hierárquica da igreja. Contemporaneamente a Igreja Católica vive um momento de abertura, a chamada Igreja de Saída que incita a aproximação entre o povo e a igreja (GAETA, 1997; FAGGIOLI, 2019; AGUIRRE, 2015; ALMEIDA, 2021).

As irmandades Leigas em Minas eram aliadas indispensáveis do Estado Português para o controle social de uma população particularmente rebelde. Ao lado do trabalho de assistencialismo aos pobres e ordenação do culto, conheciam uma dimensão política de primeira ordem, contribuindo para neutralizar o potencial de insatisfação causado pelo fisco e pela presença ostensiva das tropas. Em última análise, as irmandades minimizavam o impacto de questões sociais que afetam o próprio sistema colonial, contribuindo para a sua preservação. (PARACATU, 1998, p.31).

Os apontamentos acima são claros, a utilização das Irmandades – não somente as compostas por homens e mulheres negros/as, mas as demais – serviam de meios para uma espécie de contenção social. Mas cabe indagar-se, será mesmo que as Irmandades Negras contribuíram para neutralizar o potencial de insatisfação social? Por certo, pode se pensar em vários níveis de descontentamento, assim como de formas de expressão dessa condição. Colocar as instituições em questão, de forma a ser uma contribuidora da preservação do próprio sistema colonial é algo que pode ser melhor pensado.

Os homens e mulheres negros possuíam e possuem formas de expressões diversas. Uma delas são os momentos que marcam passagens importantes de suas vidas. Nesses momentos, de forma clara, os rituais são formas, marcos de expressão, de memória e de comunicação geracional.

Por certo, não são quaisquer rituais que cumpriam o papel de elo, de expressão de sentidos e mesmo de identificação dos homens e mulheres negros. Na cidade de Paracatu, para os sujeitos em questão, os rituais tinham cor, dança e música e destacavam uma preocupação com a morte. Em muitos momentos, parecia seguir as tradições do sudeste africano, com homenagens aos mortos e a defesa de um respeito e cuidado com cada “irmão” que já tinha partido. (COMAR, 2008). Cruz (2007) destaca a morte como um dos momentos mais ritualizados dentro das irmandades, constituindo uma obrigação tão importante quanto as beneficentes.

A ritualização da morte é produto de praticamente, todas as culturas. E a cultura que ascende dos homens e mulheres negros (as) também possuía a sua própria forma de expressar esse momento. Para muitos desses sujeitos, esse ritual é uma celebração que vai além da despedida, pois suas crenças têm fulcro na transição entre as existências, como se houvessem dois mundos, o dos vivos e dos

mortos, além do próprio julgamento final que acreditam ter após a morte, o que leva não só ao respeito com o morto, mas a toda simbologia da morte (REIS, 1991).

Essa importância é evidenciada nos livros de compromisso das Irmandades do Rosário e de São Benedito que deixam claras as obrigações dos irmãos para acompanharem não somente os enfermos, mas também o sepultamento, destacando o caráter assistencial, mas também as crenças envolvendo os rituais fúnebres. (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL OLÍMPIO MICHAEL GONZAGA).

Sob tal aspecto importa ressaltar que os senhores de escravizados não davam aos mortos qualquer tratamento que os africanos estavam culturalmente acostumados, ou mesmo, as tradições nacionais de velório e sepultamento, o que era motivo de grande desespero para os homens e mulheres negros/as cuja cultura implicava num grande respeito aos falecidos (COMAR, 2008). É nesse contexto que Quintão (2002) alude a garantia ao enterro dos escravizados como uma das atribuições mais lembradas nos compromissos das irmandades, visando por fim ao abandono de escravizados mortos nas praias ou em frente às igrejas.

Reis (1991) salienta o quão perturbador era a questão da morte para os africanos em todas as regiões brasileiras, mas na região mineradora, devido ao elevado índice de mortes decorrentes do trabalho, a questão assombrava ainda mais os escravizados, cujas tradições constituam crenças numa vida além da morte, ou vida além do túmulo.

Além disso, o autor ainda destaca que as tradições africanas ainda eram arraigadas na crença de uma possível ressuscitação do corpo, o que tornava ainda mais importante a manutenção do corpo do defunto para garantir a integridade espiritual, para tanto eram fundamentais o sepultamento adequado, e que, se possível o corpo fosse sepultado na igreja, onde na presença dos santos e anjos, os corpos aguardavam para ressurreição (REIS, 1991).

As escolhas e construções históricas dos homens e mulheres negros/as permitem compreender que irmandade era vista como uma forma, quiçá não única, de se garantir a dignidade do morto, prestando-lhe as últimas homenagens e um sepultamento adequado, com todo respeito que tanto ele, quanto seus parentes mereciam, mas também traz à tona a cultura africana e os rituais especiais que cercam as celebrações fúnebres (SOUZA, 2002).

Como destaca Áries (1989, p.198):

Entre as atividades desenvolvidas pelas irmandades, assegurar as pompas fúnebres constituía uma das mais importantes obrigações. Enterrar os mortos era colocado no mesmo nível de caridade que alimentar os famintos, abrigar os peregrinos, vestir os nus, visitar os doentes e os encarcerados”.

Contudo, mesmo com as irmandades, aduz-se que os cativos continuaram a ser enterrados de forma diversa daquela prevista para os “irmãos”. Com base em uma passagem do Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, na qual se faz um apelo a Coroa para que os cativos pudessem livremente eleger a capela da irmandade como local de seu sepultamento, visto que a maioria era sepultada fora da igreja, o que impedia a celebração dos ritos e era visto com grande desgosto pelos “irmãos”. (Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773).

No momento da morte, na despedida, em que a atenção volta-se para um sujeito que não mais produz e não está em condições de gerar riquezas, o desprezo e o pouco/nenhum cuidado parece manifestar-se de forma irrefutável. Dessa forma, a presença e a atuação de uma espécie de rede, de combinação de forças, tal como as Irmandades Negras, parece ganhar uma consideração a mais, muito além da noção simplista de religiosidade.

Com a consolidação das irmandades, os homens e mulheres negros/as foram ganhando espaços próprios, como igrejas e cemitérios, o que, considerando as tradições africanas, foi uma grande conquista poder dar aos mortos um sepultamento adequado (COMAR, 2008). Nesse interregno, Aguiar (1993) afirma que as garantias relativas ao sepultamento foram a principal responsável pelo “sucesso” e duração das irmandades, pois essa era realmente uma questão de muita discussão e muitos dessabores dos negros e mulatos.

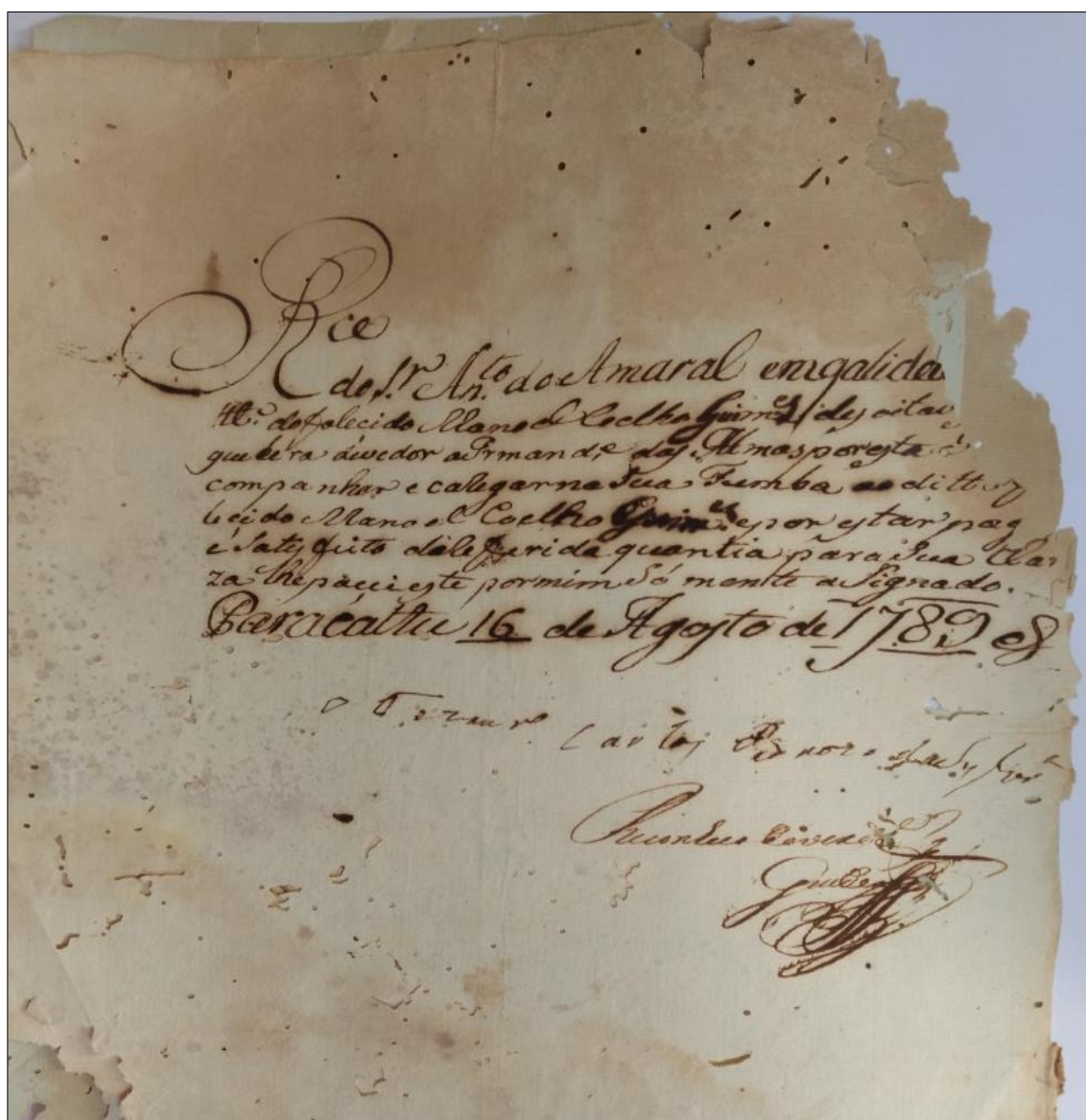
Na mesma linha de pensamento desenvolvida por Reis (1991), Aguiar (1993) aponta que o sepultamento nas capelas era visto como uma aproximação do morto com sua salvação, e garante que a perenidade da maioria das irmandades de negros se deve a possibilidade do sepultamento digno trazida no compromisso dessas instituições.

Por sua vez, ainda no contexto da morte dos membros da irmandade, os documentos constantes no Arquivo Público de Paracatu permite perspectivar que o membro falecido deveria ter quitado todas as suas obrigações perante a irmandade.

Os papéis em torno desse assunto estão desgastados e em maior parte dos seus textos são de leituras difícilíssimas.

Mesmo com a precariedade da documentação, uma leitura atenta dos fragmentos legíveis, permite observar que a ausência de recursos e situação de miséria, momentânea, vivenciada por alguns membros das irmandades não permitia uma regularidade na quitação de suas obrigações. Diante da morte de um membro, a pessoa por ele indicada deveria promover a quitação, ato que era atestado pelo recibo de pagamento que certificava a quitação das dívidas do falecido.

Figura 17 - Recibo de pagamento emitido pela Irmandade das Almas.



Fonte: Livro de Receitas da Irmandade das Almas – Cobrança de Funerais e Recibos – Caixa Arquivo 01 – Título: Receitas das Irmandades - Acervo do Arquivo Público Municipal.

De acordo com a transcrição do recibo:

Recebo do Sr. Antônio do Amaral engalider hl do falecido Manoel Coelho Guimarães, dez oitavas que sera devedor a Irmandade das Almas por esta acompanhar e carregar na tua tumba ao xxxxxxxxx do Manoel Coelho Guimarães e por estar pago e xxxx quito dele referida quantia para sua clareza lhe paguei este por mim so mente asignado. Paracatu, 16 de Agosto de 1789 ef.

A preocupação da população negra escravizada com o pós-morte era constante e isso se tornou um dos principais motivos para que os escravizados fizessem parte de uma Irmandade. Muitos acreditavam que se o corpo não fosse sepultado de uma forma digna a alma não poderia descansar em paz e iria ficar vagando pela terra.

Infelizmente o número de óbitos era muito elevado e a maioria dos corpos dos escravizados eram abandonados em terrenos baldios e próximo às igrejas pelos seus senhores, por tal razão, muitos faziam um testamento designando um membro da sua Irmandade para pagarem à custa do seu funeral caso eles viessem a falecer. Como mencionado, a Figura 17, por exemplo, apresenta um recibo emitido pela Irmandade das Almas em razão do pagamento de um funeral.

Por outro lado, diferentemente do ritual e das preocupações relacionadas à morte, as questões relativas às celebrações também são uma preocupação das Irmandades. Sendo dedicada ao santo de devoção do grupo, a celebração, a festa era o momento de exercício da fé, reforçando o elo entre o indivíduo e as divindades, nas quais se buscava o auxílio, a força e prosperidade, por isso era um momento único de alegria, as festividades tinham como características muita cor, fartura de comidas e bebidas (REIS, 2002).

No ambiente da irmandade, em seus ritos e festividades, os homens e mulheres negros (as) em diálogo com suas lógicas, também podiam sentir-se iguais aos outros indivíduos da sociedade, nesses momentos, bem como nos preparativos que antecediaam confrarias e ritos, conseguiam reelaborar seu próprio mundo, transcender, mesmo que por um curto período de tempo, da sua condição marginal à sociedade (CRUZ, 2007).

As festas eram a celebração do compromisso, mas seu objetivo central era o econômico, além de impulsionarem a associação e com isso ampliarem a arrecadação ordinária das anuidades, o momento era ideal para arrecadar esmolas

e assim garantir a sobrevivência da confraria (BOSCHI, 1986). Longe de apenas polemizar com o apontamento anterior, mas é possível pensar, em dinâmicas, em desejos, e mesmo assim, não esgotar as motivações de uma celebração, de homens e mulheres negros, reduzidos à condição de escravizados. Muito menos, fixar suas ações às esmolas, mesmo naquela condição histórica.

A importância do evento leva a sua fixação expressa no compromisso, que além de indicar a data, estabelecendo a celebração para a segunda feira após do Pentecostes, indicava os fins arrecadatários das festividades, momento aproveitado para cobrar dívidas, receber as anuidades, mas também de festejar com músicas e danças. (LIVRO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DO ROSÁRIO DE PARACATU, 1773).

As finalidades arrecadatórias bem delineadas do evento não retiram sua importância, tampouco se sobrepõe a importância do evento para os homens e mulheres negros (as), sejam cativos, sejam libertos, pois era sem dúvida um momento de descontração, de alegria e sociabilidade, promovendo um momento raro na vida daquelas pessoas.

A eleição dos Reis e Rainhas fazia parte do ritual das festividades, os quais eram eleitos para intermediar as necessidades da irmandade, sejam as indulgências conjuntas, seja algo mais específico dos irmãos, com a sociedade (SOUZA, 2002).

Paracatu é uma cidade bicentenária, de acordo com o IPHAN o município tem 224 anos a partir do seu primeiro registro datado em 20 de outubro de 1798 como Vila do Paracatu do Príncipe, mas a existência deste território já era conhecida pelos europeus desde o final do século XVI pelos bandeirantes que vinham da Vila de São Paulo, nas bandeiras de Domingos Luiz Grou (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596), Domingos Fernandes (1599) e Nicolau Barreto (1602-1604).

Em uma visita realizada a comunidade quilombola São Domingos, tive a oportunidade de perguntar a alguns moradores mais antigos se sabiam o motivo pelo qual foram demolidas as capelas e antigas igrejas de Paracatu construídas pelos seus antepassados escravizados, a resposta foi triste e surpreendente, segundo eles: “as autoridades daquela época eram brancos e os mesmos não se importavam com as coisas que foram construídas pelos negros escravizados”, a partir dessa afirmação é possível compreender que, mesmo com o fim da

escravidão, o povo negro ainda não conseguiu o respeito e reconhecimento do seu valor perante a uma sociedade que segrega os seus pioneiros construtores.

A escravização dos meus antepassados negros foi um fato verídico, cruel e desumano, como senão bastassem às mazelas a que foram submetidos, seus descendentes presenciaram mais uma vez o descaso com a população negra, muitos escravizados deram a própria vida trabalhando na construção das igrejas e lutando para conseguir recursos para que as mesmas pudessem ser edificadas.

Por ser uma das cidades históricas mais antigas de Minas Gerais, Paracatu deveria ter o seu Patrimônio Histórico protegido e preservado pelos poderes públicos desde o início de sua fundação, mas infelizmente não foi isso que aconteceu, no início do século XX havia uma grande disputa política pelos melhores espaços na cidade de Paracatu, com isso as obras realizadas pelos escravizados do município sofreram várias violências simbólicas, posso citar como exemplo as demolições, o roubo e a venda das imagens simbólicas e utensílios que pertenciam às capelas e às igrejas do Sant'Anna, Igreja de Nossa Senhora da Abadia e Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que eram localizadas nas principais ruas da cidade.

De acordo com o Jornal Folha de Paracatu (1927) e relatos de alguns moradores do Bairro Santana, as imagens religiosas esculpidas em cedro puro da igreja de Sant'Anna foram vendidas pelo Frei Dom Eliseu Van de Weijer aos portugueses, e alguns utensílios foram doados para a igreja Matriz de Santo Antônio. Acredita-se que as imagens religiosas e demais objetos litúrgicos que pertenciam à suprimida igreja do Amparo teria tido o mesmo destino da Igreja de Sant'Anna.

O Cemitério de Santa Cruz (Figura 18), localizado ao norte da cidade, no seu interior havia a capela de Nossa Senhora da Boa Morte, a qual pertencia a Irmandade de mesmo nome.

Na capela de Nossa Senhora da Boa Morte havia um sino de bronze, cuja época de sua fundição se data do Brasil império, e um conjunto de três portões, felizmente o sino ainda se encontra no interior do Cemitério de Santa Cruz, mas dos antigos portões da suprimida capela, somente um “sobrevive” ao descaso e as ações do tempo.

Dentre outros elementos históricos, e devido ao descaso da administração municipal da época em reconhecer o valor cultural deste e dos demais patrimônios

históricos da cidade de Paracatu, infelizmente a capela de Nossa Senhora da Boa Morte foi demolida e atualmente no seu local há somente jazigos.

Figura 18 - Capela de Nossa Senhora da Boa Morte localizada no interior do Cemitério de Santa Cruz.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal.

Convém mencionar que, até o início do Século XVIII, homens e mulheres negros/as escravizados/as e mesmo os libertos/as foram desconsiderados após a morte, se tornou uma espécie de costume que os mortos fossem sepultados em terrenos baldios, arredores e interiores das igrejas, em alguns casos o próprio espaço dos templos era invadido.

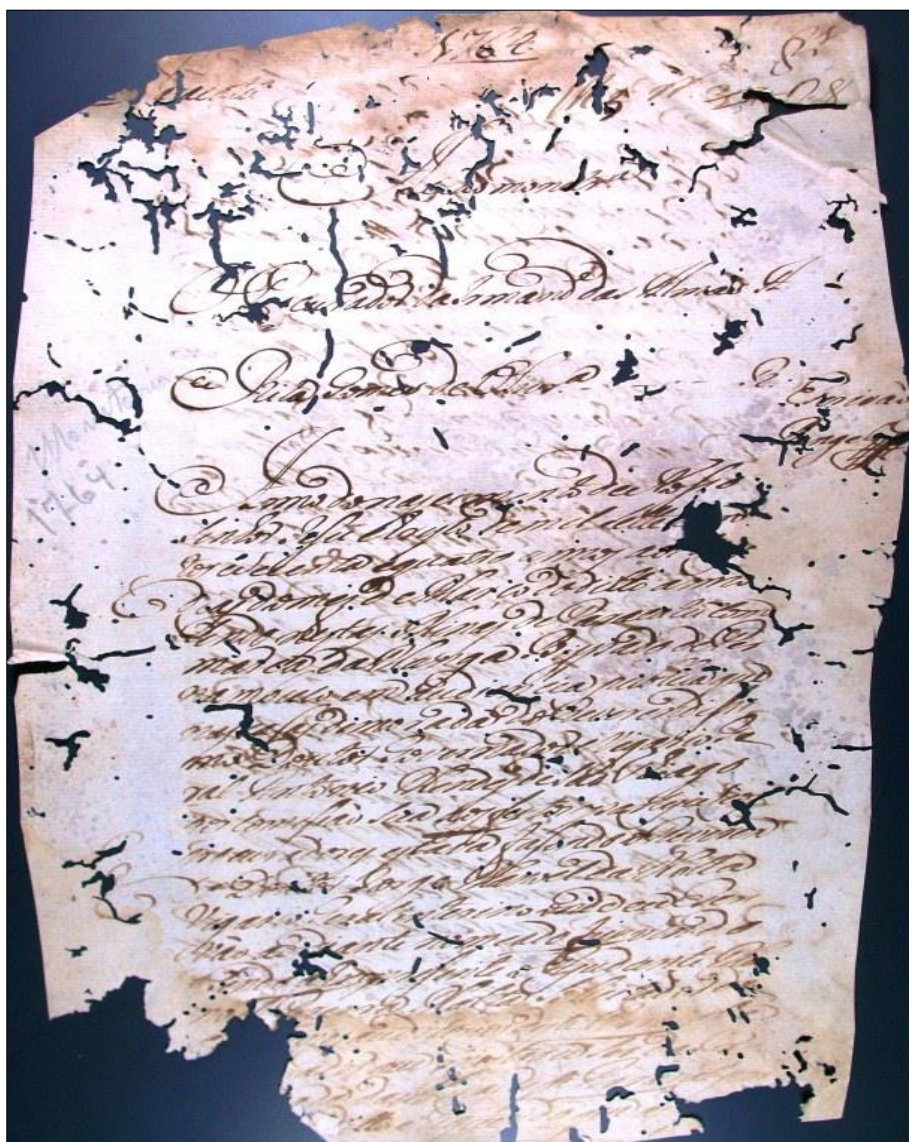
Com o passar do tempo, e mesmo a institucionalização dos procedimentos pós-morte, tem-se a discriminação, a desigualdade social e a própria falta de espaço para novos jazigos no interior das igrejas, o número elevado de óbitos, os sepultamentos realizados próximos à superfície e a decomposição dos corpos causavam um odor desagradável, estes fatores ocasionaram o surgimento de várias doenças para a população e isso foi um importante impulsionador para a construção

dos cemitérios, que no Brasil são criados somente a partir do século XIX, período que também corresponde à data de criação do primeiro cemitério independente de Paracatu.

No artigo “Cemitério de Santa Cruz: uma lápide de histórias”, Pereira (2011) destaca que, em Paracatu, a responsabilidade dos funerais de 1764 até 1802 ficou a cargo da Irmandade de Nossa Senhora das Almas, período no qual os enterros ainda aconteciam no interior das igrejas.

Dentre os documentos constantes do acervo do Arquivo Público Municipal, destaca-se o livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Almas, cuja abertura é datada do século XVIII:

Figura 19 - Folha de rosto do Livro de Compromissos da Irmandade de Nossa Senhora das Almas (1764).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

Segundo Souza (1999), no ano de 1736, um padre chamado Antônio Mendes Santiago participou e comandou tropas no levante denominado “Sedição”¹⁴, acontecido no Sertão do São Francisco, Santiago e os proprietários perderam a batalha no conflito e tiveram suas terras e fortunas confiscadas. Com a descoberta do ouro no Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu, o religioso se mudou para este território, em 1744, neste mesmo arraial, o Padre Antônio Mendes Santiago criou a Irmandade das Almas e no ano de 1746 deu início a edificação do largo e Igreja do Rosário.

O padre Santiago era temido por todos os moradores do Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu, dizia-se, à época, que o mesmo era o responsável pelo tribunal de Inquisição, tornando-se também o chefe absoluto de todo o sertão mineiro, cobrava taxas sobre o ouro auferido pelos garimpeiros, julgava os infiéis, cobrava os devedores de tributos utilizando-se de forma severa a tortura e o assassinato, além de confiscar os bens dos endividados. De acordo com Souza (1999. p.121):

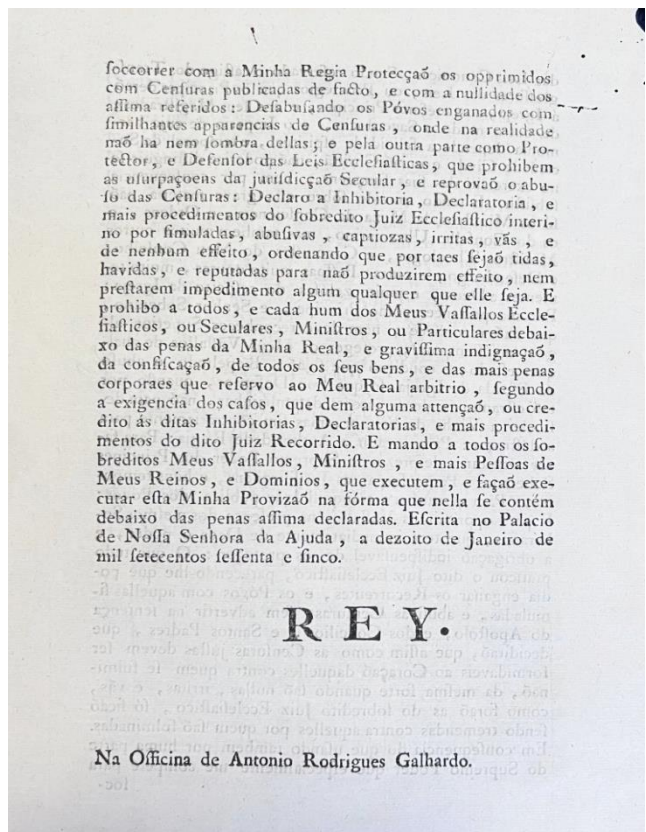
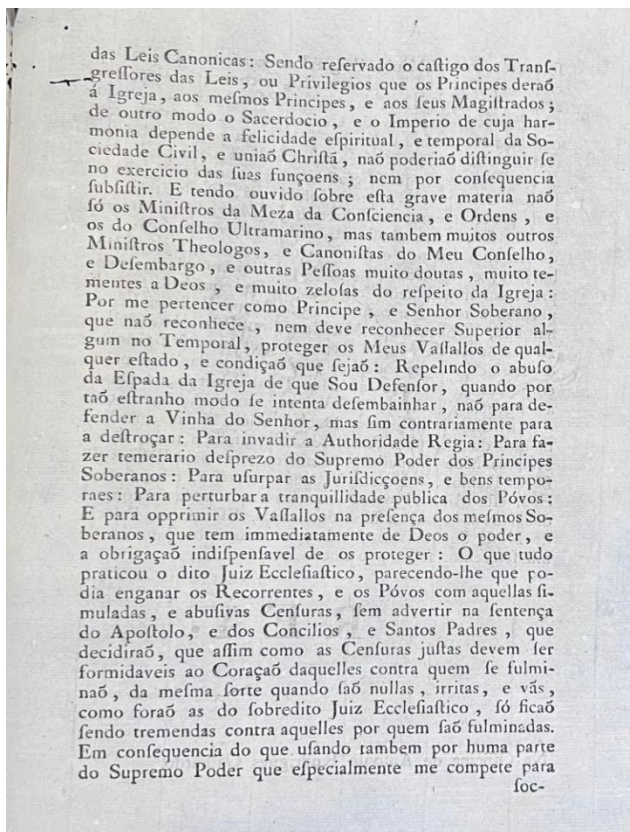
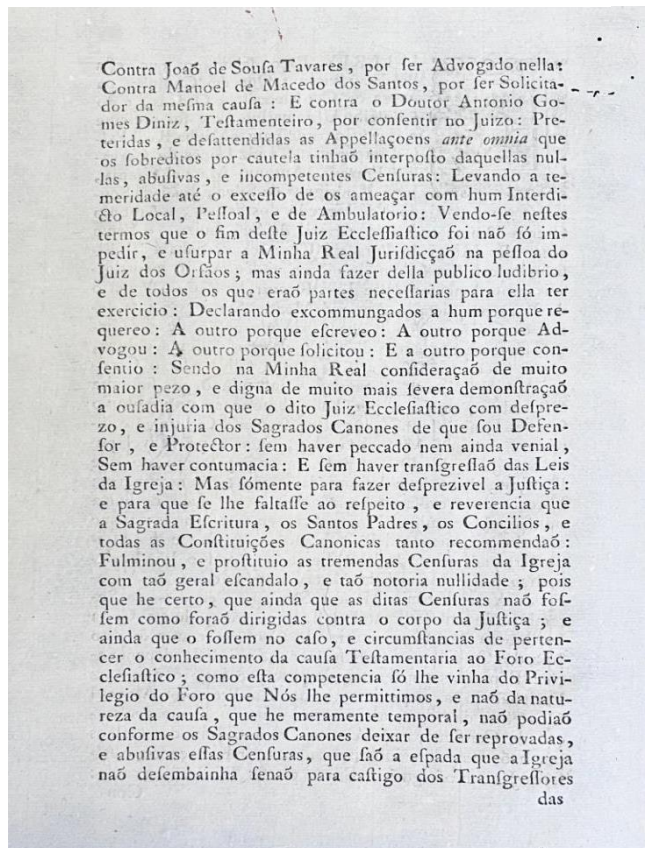
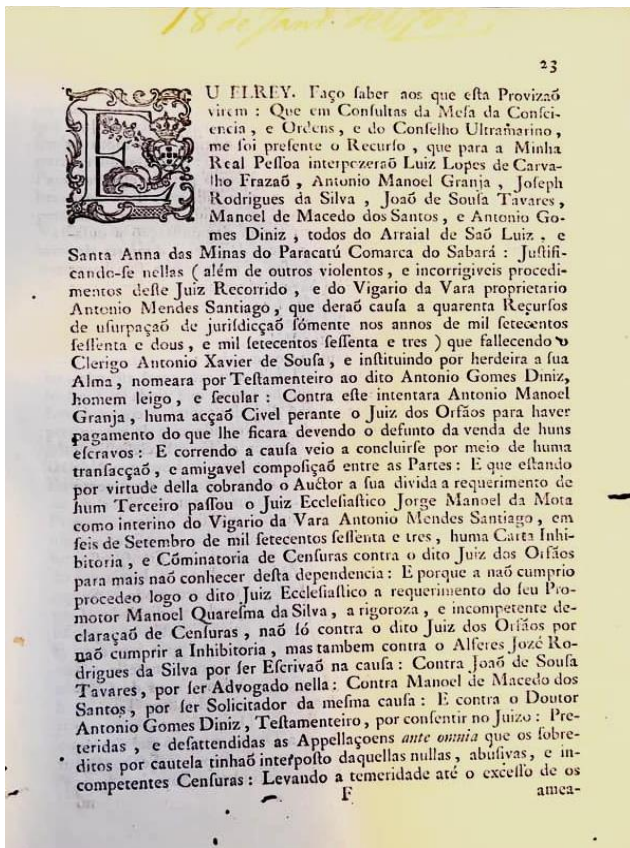
A Irmandade das Almas, controlada pelo Padre Santiago, vigiava as pessoas ricas e ajudavam o pobre a morrer. Os Carrascos dessa Irmandade era o Dionísio e a sinhá Andreza. A sinhá Andreza “tinha uma cara de corujão” e usava óculos quadrado, era obesa. Ela ajoelhava sobre o estômago de suas vítimas e apertava com força a garganta dos pobres enfermos, bradando: “Diga Jesus, Irmão!” Diga Jesus, Irmão! Se não pode dizer de boca, diga de coração!

A Irmandade das Almas, regida pelo padre Antônio Mendes Santiago, tinha o propósito de controlar as pessoas mais abastadas e impunha pena àqueles que cometessem crimes e não pagassem os impostos por ele estipulados.

Em 1755, o Padre Antônio Mendes Santiago foi nomeado oficialmente Vigário Geral da Comarca Eclesiástica da Freguesia de Santo Antônio da Manga e Minas do Paracatu, onde exerceu várias funções como Juiz de casamento, Visitador Geral e Provisor.

¹⁴ A Sedição foi uma revolta ocorrida no ano de 1736, em Minas Gerais, na região denominada Sertão do São Francisco.
Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Motins_do_Sert%C3%A3o_do_Rio_S%C3%A3o_Francisco>

Figura 20 - Alvará do Rei Dom José I, relacionando às acusações feitas por moradores em desfavor do Padre Antônio Mendes Santiago.

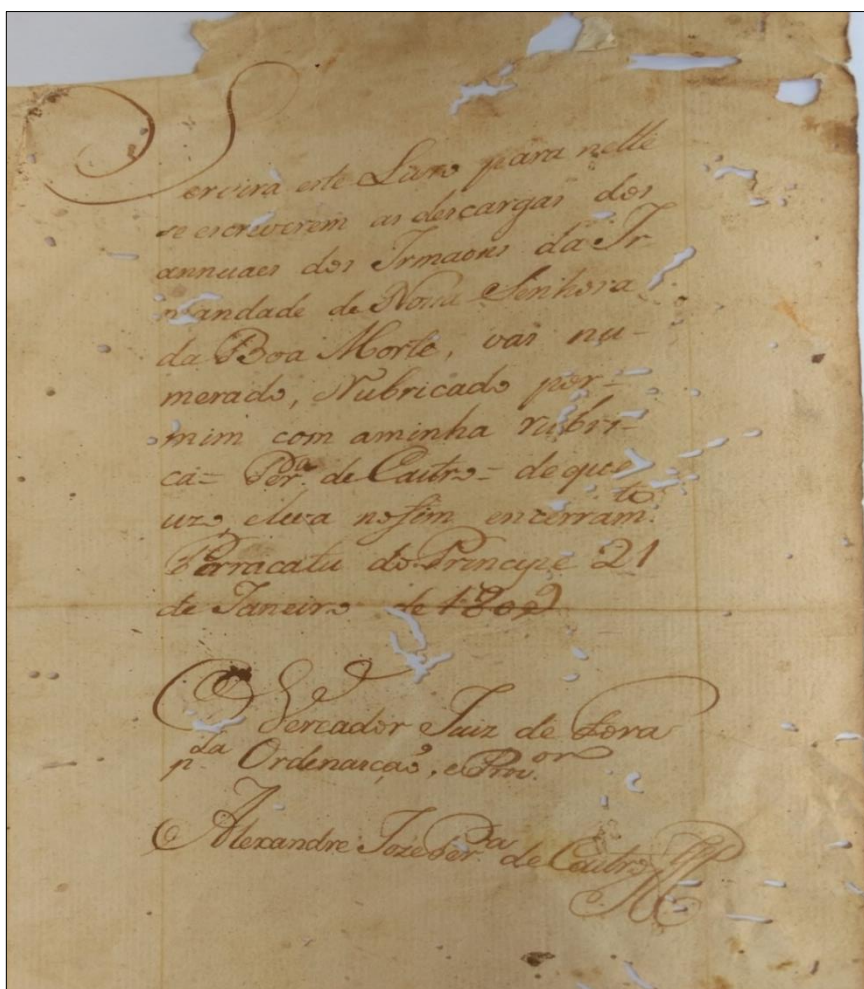


Fonte: Junior Alves – Acervo próprio.

Conforme Souza (1999), em 1761, após muitos anos de sofrimento ocasionados pelas atitudes inclementes do Padre Santiago, a população do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu representou ao bispo, contra o Padre. De acordo com o alvará (Figura 20), datado em 18 de Janeiro de 1763, o Rei Dom José I reconhece a veracidade das acusações e confisca os bens do Padre Antônio Mendes Santiago, que em 1767, deixa o Arraial de São Luiz e Sant'Ànna.

No início do século XIX, mais precisamente em 1802, foi fundada em Paracatu a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, que criou o Cemitério de Santa Cruz, sendo este o primeiro cemitério independente da cidade. Os documentos da citada irmandade fazem parte do acervo do Arquivo Público Municipal, em seu Livro de Compromisso a abertura é datada de janeiro de 1802, como acompanhamos na sequencia:

Figura 21 - Abertura do livro de descarga da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (1802).



Fonte: Livro de Receitas - Subfundo Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte – Caixa-Arquivo 01 - Título: Receitas das Irmandades - Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu - MG.

Ademais, conforme registros contidos no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, o Cemitério Santa Cruz foi criado em 1802, em um local afastado da Vila do Paracatu do Príncipe, embora a capela tenha sido demolida, o Cemitério Santa Cruz permanece ativo.

Devido ao crescimento populacional da cidade, o Cemitério Santa Cruz de Paracatu, antes afastado da cidade, hoje faz parte da região central do município, conforme a figura a seguir:

Figura 22 - Lateral do Cemitério Santa Cruz.



Fonte: Google Maps, 2022.

As escolhas e decisões dos homens e mulheres negros/as e a formatação de suas ações na forma de uma Irmandade Negra, podem sim, conforme já mencionado, assumir lógicas de apoio e de prestação de serviços importantes para um grupo, à preocupação com a morte estava no cotidiano dos negros (as) escravizados/as, ter um funeral digno era algo que muitas vezes não poderia ser alcançado, a miséria e a falta de recursos financeiros fazia parte de uma triste realidade vivida pelos escravizados, ser membro em uma irmandade leiga era algo grandioso, elas proporcionaram aos seus integrantes um novo sentido de vida para aqueles que viviam em um ambiente ameaçador onde não havia a garantia da

própria vida, fazer parte da irmandade tornaria possível a realização de um sepultamento honrado nas igrejas.

No século XIX, durante o período regencial, foi decretado a proibição dos sepultamentos no interior das igrejas e tornava obrigatória a construção de cemitérios em locais afastados das cidades, esta desaprovação feita pela regência não foi vista como algo positivo pelas irmandades leigas, as mesmas alegavam que a proibição das inumações no interior das igrejas acabaria com os valores enraizados e associados à salvação e ancestralidade.

A insatisfação relacionada à proibição dos sepultamentos nos templos provocou uma luta que ficou conhecida como Cemiterada¹⁵, sob o mesmo ponto de vista de Reis (1991) a Cemiterada foi motivada por sentimentos de homens e mulheres da Bahia, em defesa da conservação de toda a representação ritualística que envolvia a morte.

Os antigos cemitérios possuem valores históricos, culturais e religiosos, podem ser utilizados como uma importante fonte de pesquisa e ensino, relacionando à religiosidade, preservação do patrimônio histórico, bens culturais, formação e segregação social, etc.

Figura 23 - Vista parcial do interior do Cemitério Santa Cruz.



Fonte: Google Maps, 2022.

¹⁵ A Cemiterada ocorreu em 25 de outubro de 1836 e começou com uma manifestação de protesto organizada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, que cuidavam dos funerais de seus membros. A reação popular foi por causa da lei de proibição dos enterros nas igrejas que entraria em vigor no dia seguinte. Esta lei feriu diretamente os interesses dessas irmandades que, tinham quase por razão de ser, o trato de funerais que quase sempre eram feitos nas igrejas.

No que se refere à localização das igrejas apresentas no mapa (Figura 1) e registros pesquisados no Arquivo Público de Paracatu, nota-se que na Igreja da Abadia (Figura 24), antes originalmente localizada ao norte da cidade, foi estabelecida como sede da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia. Na cidade de Paracatu, como em boa parte do país, as escolhas e decisões dos homens e mulheres negros/as nem sempre lograram êxito por tempo prolongado, ainda sim, vale o registro de uma importante realização. A imagem a seguir retrata a construção original da Igreja da Abadia:

Figura 24 - Antiga Igreja da Abadia.



Fonte: Acervo digital do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

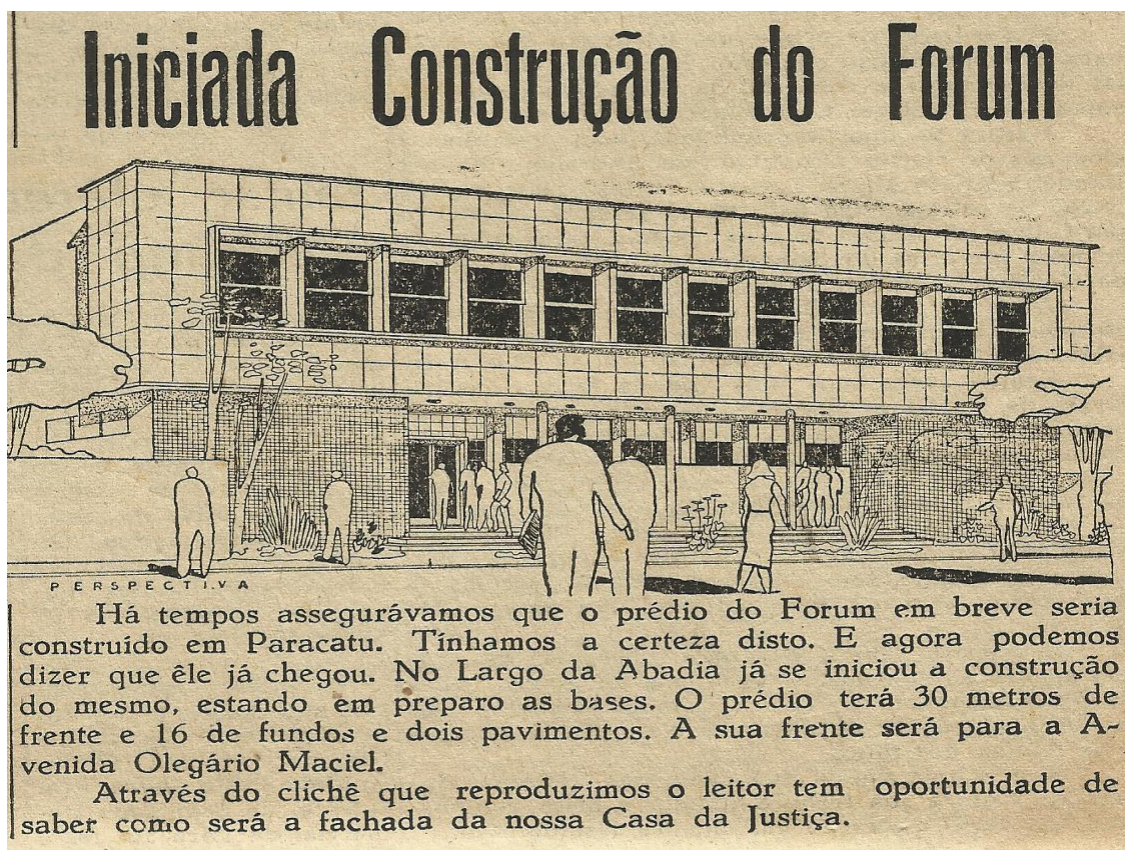
Os antigos moradores paracatuenses não de recordar que até 1965 havia uma importante área central que abrigava a Igreja da Abadia, por diversas razões históricas, ao passar pelos mesmos espaços, nota-se a pouca valorização com a

memória e vínculos com o passado, e este fato é corroborado com a demolição da referida Igreja.

A diversidade que compõe a sociedade brasileira, a múltipla contribuição de diversos sujeitos sociais não pode ser apenas uma formulação bonita, precisa deixar de ser hierárquica. Nesse sentido, as escolhas, as decisões e as consequentes justificativas para essa ou aquela escolha, marcam, dentre outros, as ações de demolição de edificações, e para determinados grupos sociais a qual faço parte, ocasiona o sentimento de uma profunda tristeza.

De maneira exemplar, para essa questão, no caso de Paracatu, as poucas pessoas que passam a ter o conhecimento sobre a suprimida existência da igreja que havia na região central, caso pesquisem os jornais e arquivos, perceberam que simultaneamente a sua destruição foi comemorada pela elite paracatuense. Na sequência da demolição, a antiga imagem desaparece e dar lugar à construção do Fórum de Justiça Martinho Campos Sobrinho. Observe a notícia publicada pelo Jornal Folha de Paracatu:

Figura 25 - Notícia sobre a construção do Fórum de Paracatu, no Largo da Abadia, publicada pelo Jornal Folha de Paracatu, em 23/05/1965.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Deste modo, o então Largo da Abadia e suas construções históricas, e mesmo o diálogo de memórias estabelecido com determinados grupos paracatuenses são deslocados no jogo de forças. E no seu lugar a atual Praça Afrânio de Melo Franco, no centro da cidade, mais do que uma remodelação paisagística, imprime-se uma nova marca, um novo símbolo e consequentemente, um novo diálogo.

Figura 26 - Imagem atual do prédio do Fórum de Justiça de Paracatu e o antigo Largo da Abadia (Praça Afrânio de Melo Franco), local onde se encontrava a suprimida Igreja da Abadia.



Fonte: Google Maps.

Nos registros analisados, bem como nos relatos da historiografia do município, não há relatos claros que explicam as razões para a demolição da Igreja da Abadia. Atualmente existe no município a Igreja de Nossa Senhora da Abadia, localizada no Bairro Amoreiras I, a cerca de 2 km de onde se encontrava a suprimida Igreja da Abadia, a nova igreja está estabelecida entre residências e comércios.

Há que se considerar que as transformações por que passava a sociedade brasileira parecia exigir ao menos para alguns grupos sociais, novos símbolos, e novas lógicas de dirimir questões legais. A presença do Judiciário, no interior do país, nas pequenas e médias cidades, criada especialmente para mediar os conflitos, para colocar cada grupo em seu papel social. Pode-se somar com a compreensão do movimento de rearranjo urbano, de demolição e reconstrução em

novos termos, especialmente no que se refere às tentativas de afastar aquilo que era o procedimento anterior de resolução de problemas e conflitos. Mas ainda assim, a hierarquização e a naturalização da violência patrimonial, nesse processo paracatuense, é algo que choca.

A seguir, observamos a Figura 28, em que a Igreja, deslocada de sua posição original, fora instalada. A pergunta que se faz é a seguinte: o Fórum não poderia ter sido instalado no local atual da nova igreja de Nossa Senhora da Abadia?

Figura 28 – Registro da atual Igreja de Nossa Senhora da Abadia.



Fonte: Google Maps, 2022.

Nota-se pela imagem que, a construção recente em nada remete ao estilo barroco das outras igrejas que tiveram seu estilo conservado, tais como as Igrejas do Rosário e Matriz de Santo Antônio, ou replicado, a exemplo da Igreja de Sant'Anna. A Comunidade Nossa Senhora da Abadia promove anualmente a Festa de Nossa Senhora da Abadia nas proximidades da Igreja, com apresentações, novenas e barraquinhas com comidas típicas.

No que se refere às igrejas apresentadas no mapa, tem-se por fim, a Igreja de do Rosário (Figura 13), que foi sede das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Irmandade do Glorioso São Benedito.

Figura 29 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, após reforma em 1922.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal.

Figura 30 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário (2022).



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A igreja permanece atualmente no mesmo local de origem, na região leste da cidade onde se encontra o Centro Histórico de Paracatu. Por sediar as irmandades dos homens e mulheres negros na cidade de Paracatu, constitui objeto precípua desta pesquisa.

A Igreja do Amparo (Figura 32) localizada na região central da cidade de Paracatu, onde hoje se encontra o Centro Histórico. Conforme o Capítulo 01 do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo não possuía igreja própria, a mesma construiu, com as próprias custas, um altar com retábulo dourado na capela da Irmandade de Sant'Anna, como consta na imagem a seguir:

Figura 31 - Capítulo I do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

Os homens e mulheres negros/as, mesmo em meio àquelas condições sociais e históricas continuavam construindo meios e buscando materializar seus objetivos. Exemplo dessa condição, é que por meio de recursos próprios cedidos pelos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo foi possível erigir sua própria igreja, localizada no encontro da antiga Rua das Flores (atual Rua Doutor Sérgio Ulhôa) com a Praça Cristo Rei.

Figura 32 - Igreja do Amparo (1765).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

A Igreja do Amparo, destinada aos pardos livres, foi demolida no século XX, atualmente no seu lugar há somente uma praça.

Infelizmente, devido ao descaso das autoridades paracatuenses, mais uma vez a destruição se fez presente no passado e dizimou parte do patrimônio histórico local e nacional.

Segundo o Jornal Folha de Paracatu (1927), em 21 de janeiro de 1927 a Câmara Municipal autorizou o Agente Executivo a entrar em contato com o Bispo Diocesano para resolver a questão sobre a demolição da Igreja do Amparo, a administração municipal alegou que a mesma estava em ruínas e “*prejudicava a estética urbana*”. Infelizmente os vereadores autorizaram o agente executivo a

demolir a Igreja e disseram que em seu local seria construída uma praça com coreto e vários bancos, transformando-a em um local público para recreação.

A intenção de demolir a Igreja do Amparo não se concretizou naquele momento, mas infelizmente, após 12 (doze) anos, no dia 25 de janeiro de 1939, o prefeito de Paracatu, Romualdo Ulhôa Tomba, publicou o edital para demolição da referida igreja, com a seguinte nota:

Em virtude do mau estado de conservação e do *“prejuízo estético urbano, já grandemente prejudicado pela existência de inúmeras casas velhas na cidade”*, o risco de desabamento em decorrência de que suas paredes estavam fora do prumo, *“a não utilização da igreja pelos fiéis”* e parte interna da mesma completamente danificada. (JORNAL FOLHA DE PARACATU, 1927).

Segundo Souza (2023), na publicação do Jornal Folha de Paracatu (1927), o Prefeito teria intimado a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo:

Se existisse, ou que se julgasse com direito sobre a referida igreja ou que fosse responsável pela sua conservação, a praticar os reparos internos e externos, a fim de, ficar assegurada a sua estabilidade e melhorar o seu aspecto externo, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de que, se não ocorressem os consertos necessários, a Prefeitura promoverá a sua demolição.

Diante das possibilidades de demolição da Igreja do Amparo, centenas de paracatuenses assinaram um ofício dirigido ao prefeito, pedindo ao mesmo que providenciasse a sua conservação. Em 13 de agosto de 1927, o Jornal Folha de Paracatu fez um comentário a respeito das pessoas que assinaram o ofício encaminhado ao prefeito: *“não fizeram por amor à Igreja, velha e carcomida, mas para atenderem aos suplicantes pedidos”*, destacou o jornal que os signatários estavam de pleno acordo que a Igreja *“desaparecesse, visando à melhora do aspecto da cidade”*. O prefeito ressaltou que *“não podia conceber a Igreja do Amparo de pé, devido às inúmeras inconveniências para os atos religiosos e para toda a coletividade paracatuense”* e destacou que era a favor de conservar as coisas antigas, desde que nelas *ressaltassem a estética e a lógica da estrutura*. SOUZA (2023).

Infelizmente as autoridades municipais da época não valorizavam o primor do patrimônio histórico paracatuense, isso fica evidente em relação à demolição das suprimidas Igrejas do Amparo, Igreja da Abadia e Igreja de Sant’Anna. Segundo o

Jornal Folha de Paracatu (1927), fez o seguinte comentário: *"O templo, com obras trabalhadas, foi também demolido, de muito maior tradição, sem nenhum protesto por parte do nosso povo"*, referindo-se às Igrejas de Sant'Anna e Igreja da Abadia.

Conforme o Jornal Folha de Paracatu (1927), o mesmo tentou justificar a *"necessidade"* da demolição da igreja do Amparo alegando que os católicos deveriam tomar uma atitude para reformá-la, caso contrário, a prefeitura precisaria fazer múltiplas remodelações na cidade e com isso, a destruição do templo seria necessária, pois os santuários da Igreja de Sant'Anna e Igreja da Abadia, mesmo ainda sendo utilizados por fiéis e localizados em lugares mais aprazíveis, foram destruídos, e com a Igreja do Amparo não seria diferente, deveria ter o mesmo destino das anteriores.

Diante da polêmica em torno da demolição ou não da Igreja do Amparo, o Jornal Folha de Paracatu (1927) procurou o Frei Dom Eliseu Van de Weijer¹⁶, que deploravelmente acolheu com simpatia e apoio a atitude do prefeito em demolir o templo. Dom Eliseu salientou que a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo estaria incumbida de zelar pela referida igreja e que a mesma tomasse as providências devidas para reforma da edificação.

Figura 33 - Largo do Amparo onde se localizava a suprimida Igreja do Amparo, em seu lugar há somente uma simples imagem do Cristo Rei.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

¹⁶ Dom Eliseu Van de Weijer era Frei e Administrador Apostólico da Prelazia Nullius de Paracatu, a qual governou durante 33 anos. Disponível em: <<https://dioceseparacatu.org.br/a-diocese/>>.

Em 20 de agosto de 1927 o Jornal Folha de Paracatu publicou novamente em artigo a intenção do prefeito de transformar o local da referida igreja em uma praça pública e que levaria adiante a “*grande realização*”, os paracatuenses posicionaram-se contra a demolição da Igreja do Amparo e 420 (quatrocentos e vinte) fiéis oficiaram ao Frei Dom Eliseu Van de Weijer, solicitando a sua interferência junto ao Prefeito Romualdo Ulhôa Tomba.

Conforme o Jornal Folha de Paracatu, o povo afirmava não ter sido ouvido e lastimava a ironia da petição do prefeito, alegando “*estética da cidade*” e a ausência de protesto das Irmandades religiosas, lastimavelmente a Igreja do Amparo foi demolida, atualmente em seu antigo local há somente uma pequena praça chamada “Cristo Rei”.

Figura 34 - Antigo Largo do Amparo (Praça Cristo Rei).



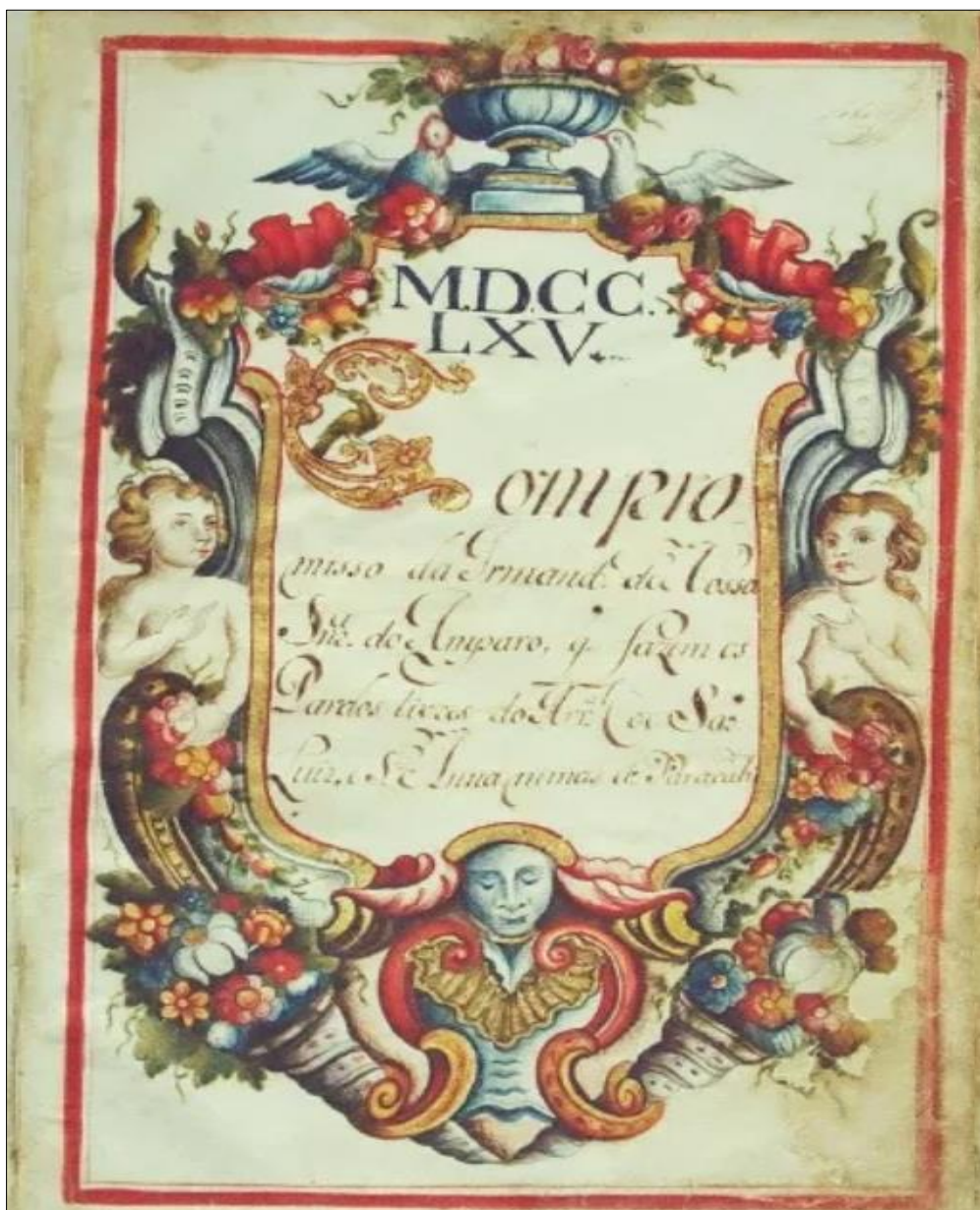
Fonte: <https://www.google.com/maps>

Mediante o exposto pela publicação do Jornal Folha de Paracatu (1927), podemos observar o quão as autoridades como o prefeito Romualdo Ulhôa Tomba e o Frei Dom Elizeu não eram sensíveis à conservação e valorização do patrimônio histórico paracatuense construído por nossos antepassados escravizados. Devido à ignorância e conivência destas pessoas, em tempos pregressos perdemos parte da nossa história local e nacional, é doloroso saber que as obras e edificações

construídas com muito esforço pelos meus antepassados negros se perderam devido à incompetência e descaso dos “representantes” do povo.

Na imagem a seguir, consta a abertura do Livro da Irmandade de Nossa Senhora Do Amparo, datado de 1765:

Figura 35 - Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1765).



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

As práticas sociais, as lógicas de vida, a maneira de ler o passado e de expressá-lo no presente são elementos importantes na composição da sociedade brasileira. Pena que ainda é feita de forma hierarquizada, procurando deslegitimar

determinados aspectos e compreensões sociais. Os diversos grupos sociais que se somam e constroem o país, a maneira concentrada de participação nas riquezas e nos aparelhos públicos marca uma forma atualizada de entendimento das próprias valorizações dos grupos, no presente e no passado.

Nesse sentido, ainda no que tange a Irmandade em questão, convém observar que foi em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, padroeira dos pardos livres, que a Tapuiada teve a sua origem em Paracatu no final do século XVIII (OLIVEIRA MELO, 1978).

Sobre a Tapuiada, há que se considerar que sofreu práticas de apagamento e silenciamento, como poucas práticas sociais paracatuenses, tem-se que nos anos 2000, após 36 anos da última encenação, a Tapuiada voltou a ser encenada pelas mesmas pessoas que haviam participado na década de 1970.

Diferentemente dos projetos em que músicas, filmes e mesmo práticas religiosas de determinados grupos sociais, para a Tapuiada, segundo alguns analistas, alguns problemas ‘teriam surgido e explicariam o seu menor brilho social, e seriam problemas tais como: a dificuldade para a manutenção da tradição seja por causa das indumentárias usadas que exigiam materiais de origem animal; seja porque passou a ser encenada fora da mística do dia de Nossa Senhora do Amparo, uma vez por ano.

O fato é que a falta de visibilidade e apoio público, a condição econômica da classe trabalhadora, mesmo a morte das pessoas que possuíam o conhecimento, e a dificuldade de transmissão dos valores sociais às gerações mais novas, podem ter se somado e contribuído para o quadro geral.

Restam-nos alguns registros fotográficos, é possível acessar memórias, lembranças dos ritmos, das danças, além de análises em livros.

A fotografia abaixo, apesar de não precisar o momento em que foi feita, permite perceber uma profusão de adereços em pena, arcos, pequenas saias sobre o corpo, e cocares, além de outros. Destaca-se uma espécie de memória, uma forma de diálogo com um dado passado. Ao mesmo tempo, a presente fotografia desafia a compreensão rápida, uma vez que a menção às populações originárias, e seu diálogo com a mineração (um dos principais fatores explicativos do surgimento de Paracatu) não se relacionarem.

Figura 36 - Tapuiada realizada em homenagem a Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Ainda na fotografia acima, é possível acompanhar a presença de pessoas negras na vestimenta ornamentada. Interessa problematizar mais essa construção humana. Vejamos a foto a seguir:

Figura 37 - Tapuiada – Foto do Fundo Olímpio Gonzaga.



Fonte: Paracatu (1998, p.34).

A Tapuiada é uma celebração histórica e importante para segmentos populares da cidade de Paracatu. Assim como a preocupação com a morte, os diálogos de sintonia e comunhão com as celebrações religiosas, para muitos, compreendida como folclore religioso, caracterizado por uma dança de origem índio-negra, na qual de um lado ficam os congos negros, e do outro lado, por receio de se aproximarem, ficam os tapuios (índios). Conforme destacado pelo Leia.org (2021).

A partir do final do século XVI e início do século XVII, as bandeiras passaram a se intensificar na região devido à descoberta do ouro e a utilização de pessoas escravizadas vindas da África chegou ao sertão. Foi nesse período que o índio brasileiro se encontrou com o africano escravizado. A representação desse encontro de dois mundos em uma Paracatu no auge da exploração do ouro foi manifestada numa dança de origem afro-indígena rica em passos e cantos, típica de Paracatu, denominada Tapuiada. Ela teve sua origem no fim do século XVIII. A história contada pela Tapuiada envolve o conflito, a aproximação e a conciliação entre os congos africanos e os índios que habitavam a região de Paracatu.

Considerando o apontamento acima, que a origem seja a mencionada, seja o encontro de duas populações brasileiras, que figuram como sujeitos sociais de pouca representação histórica de si mesmo, cumpre perguntar a razão da manutenção da prática social em tempos tão distantes do seu nascimento. O que haveria na cidade de Paracatu, ao longo dos tempos, e mesmo na atualidade, por meio das lembranças individuais e coletivas, que faça sentido dialogarem social e historicamente com essa prática da Tapuiada.

Aparentemente, pode se observar uma dada intenção do gesto, da dança, do ritual da Tapuiada, quando observamos ambos os lados, de praticantes, de habitantes de Paracatu, num movimento de desconfianças um dos outros, ao mesmo tempo em que dançam e cantam separados, conforme a imagem a seguir:

Figura 38 - Os dois lados da Tapuiada, encenação realizada no ano 2000.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu (1998, p.34).

Diferentemente das duas fotos anteriores, a figura 38 destaca ornamentos atualizados, tanto em materiais, como na própria fotografia. Há ainda que se problematizar a relação à prática da Tuiapada, especialmente no tocante a alusão pela cristianização a qual as populações indígenas foram submetidas, pois nessa dança os congos vencem os tapuias, e o preço da “derrota” é a aceitação do cristianismo manifestado pela devoção a Nossa Senhora do Amparo (Leia.org, 2021).

Enfim, a Igreja do Amparo é destacada na série especial “O que já se foi do Patrimônio Cultural de Paracatu”, promovida pelo Leia.org (2021), uma parceria entre o Ministério Público de Minas Gerais e a Associação dos Observadores do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Minas Gerais. No texto são destacadas a importância histórica da igreja e das manifestações culturais promovidas no seu contexto, como também são criticadas a postura dos governantes em não apoiar a continuidade das tradições.

Seguindo com as análises, tem-se a Igreja Matriz de Santo Antônio (Figura 40), localizada na antiga região central da cidade de Paracatu onde hoje se encontra o Centro Histórico da cidade, de acordo com o site IPATRIMÔNIO.ORG, a primeira

igreja provavelmente teria sido construída, em taipa¹⁷, no ano de 1730, onde hoje está localizada a Igreja Matriz de Santo Antônio.

Nas palavras de Santos (2019), em 1746, por provisão do bispo Dom Francisco Xavier Aranha, foi dado início a construção em alvenaria da Igreja de Santo Antônio¹⁸ da Manga¹⁹, no Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, posteriormente esta obra foi entregue ao Padre Antônio Mendes Santiago.

A Igreja Matriz de Santo Antônio, construída por escravizados, em que a população foi compelida, pelo Padre Antônio Mendes Santiago, a fornecer. Nela foi construída a sede do Tribunal de Santo Ofício, responsável por uma série de julgamentos, especialmente por crimes de bigamia e judaísmo, muitos paracatuenses foram punidos e/ou condenados sem provas consistentes. O Tribunal, localizado no porão do templo, teve sua ordem de demolição deferida pelo Ministro Marques de Pombal. (GONZAGA, 1910).

Outro ponto destacado por Gonzaga (1910), consta no Inventário Cultural de Paracatu e refere-se a possível existência de ouro no terreno sob o qual a Igreja Matriz de Santo Antônio foi edificada. Os levantamentos apontam que, após ter sua imponente edificação concluída, notou-se a existência de um suposto rico veio de ouro localizado abaixo do templo, fato que motivou a proposta de Manuel de Bastos Nerva (Mestre de Campo)²⁰ ao Vigário Antônio Mendes Santiago para que uma nova igreja fosse construída em um lugar mais imponente e apropriado. Em relação à construção recém-concluída, a proposta foi rejeitada e isso faz com que a curiosidade popular sobre o fato seja despertada.

Em conversas com o Sr. Cloves Mendes Nascimento, meu falecido avô materno, ele contava que abaixo da Igreja Matriz de Santo Antônio havia um córrego e lá morava uma gigantesca serpente que “vigiava” o ouro, essa narrativa existe há vários anos e acabou se tornando lenda, há indícios que o surgimento desta “lenda

¹⁷ Taipa é um processo de construção de paredes que se utiliza barro amassado para preencher os espaços criados por uma espécie de gradeamento feito de paus, varas, bambus, caules de arbustos etc.

¹⁸ A Igreja de Santo Antônio da Manga viria a servir de sede da freguesia e comarca eclesiástica da Manga e Minas do Paracatu quando esta, mais tarde, se viu transferida para o Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu e passou a ser reconhecida como Igreja Matriz de Santo Antônio. SANTOS (2019).

¹⁹ Manga era um antigo arraial localizado ao norte do Estado de Minas Gerais, conhecido pelo nome de São Caetano do Japoré, naquele local havia um porto fluvial às margens do Rio São Francisco, e em seus arredores havia muitas pastagens onde exploradores e habitantes criavam gados. Por causa dessas pastagens, o local ficou conhecido como Manga. Disponível em: <<https://manga.mg.gov.br/pagina/id/2/?historia-da-cidade.html>>

²⁰ Mestre de Campo era o título, de muito prestígio, usado durante o período colonial pelos oficiais superiores, comandantes de unidades militares chamadas Terços de Infantaria. Disponível em: <<https://aconupturismo.wordpress.com/atrativos-2/atrativos-historicos/patrimonio-imaterial/folclore/lendas/>>

da serpente gigante” tenha se originado a partir da indagação em relação ao motivo pelo qual o Sr. Manuel de Bastos Nerva (Mestre de Campo) teria em mudar o local de construção da referida igreja.

De acordo com as informações citadas por Gonzaga (1910), há fatos que corroboraram para o surgimento desta fábula, o Mestre de Campo Manuel de Bastos Nerva conhecia bem o solo do Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu, ele foi o responsável pela construção do chamado “Rego do Mestre de Campo” que passa atrás da Igreja Matriz de Santo Antônio, esta obra é um vestígio, ainda hoje existente, da atividade mineradora e do veio de ouro que foi explorado por Manuel de Bastos.

Conforme Gonzaga (1910), a segunda lenda conhecida pelos paracatuenses surgiu a partir de uma segunda obra realizada no período colonial pelos escravizados sob a autoridade do Mestre de Campo Manuel de Bastos Nerva, ele mandou abrir uma vala de 12 léguas²¹ para levar água até o Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu e nas regiões mineradoras, inclusive ao Morro do Ouro, a ideia foi rechaçada pelos moradores da época que zombaram dele dizendo que era impossível fazer a água “subir” e chegar ao Arraial de São Luiz até os locais de garimpo, isto só seria possível se o Mestre de Campo trouxesse a água dentro de cabaças.

Enquanto garimpava, Manuel de Bastos ordenou a seus escravizados para irem abrindo a vala e onde a água correria, plantassem sementes de cabaça²². Concluído o trajeto planejado, ele soltou a água que foi arrastando as cabaças e ocasionando muito barulho, a população local tomou o episódio das cabaças como um insulto e apedrejou a casa do Mestre de Campo. Indignado, foi-se embora para Santa Luzia, este episódio ficou conhecido por todos os povos da região e posteriormente surgiu à alcunha pejorativa de “cabaceiros” aos habitantes paracatuenses.

De acordo com Gonzaga (2010), a relação entre a Igreja Matriz de Santo Antônio e as demais Irmandades religiosas abordadas nesta pesquisa está no fato de que o Padre Antônio Mendes Santiago foi o fundador da Irmandade das Almas e

²¹ Léguas é uma medida de distância em vigor antes da adoção do sistema métrico, cujo valor varia de acordo com a época, país ou região; no Brasil, vale aproximadamente 6.600 metros. Disponível em <<https://www.google.com.br/search>>.

²² Cabaça é um recipiente feito do fruto de determinadas plantas, a qual se corta a ponta da extremidade menor e retira-se a polpa para servir de gargalo, usada para guardar alimentos, sementes, água doce, vinho etc. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search>>.

provisor na construção da Igreja do Rosário, no Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, o mesmo padre também atuou como Vigário geral, Juiz de casamentos, Visitador geral e Provisor na Igreja Matriz de Santo Antônio.

A Igreja da Matriz de Santo Antônio sedia atualmente a Festa de São José, Santo Antônio, Semana Santa e Corpus Christi. Por não ter irmandades registradas, e não ser objeto de muita referência neste trabalho, ainda assim cumpre indagar sobre a ausência do segmento populacional de homens e mulheres negros/as nessa instituição. O que justificaria a não presença de homens e mulheres negros nessa Igreja? Haveria algum grupo que não desejava a presença desse segmento populacional junto às práticas religiosas dessa instituição? Seria apenas uma combinação infeliz de documentos que não permitem saber da presença ou da ausência desses sujeitos nesse espaço?

Os registros a seguir são imagens da Igreja Matriz em 1907 e a imagem atual com exceção das escadarias, seus cruzeiros e pilares removidos na reforma realizada em 1950, confirmam a manutenção de sua arquitetura original.

Figura 39 - Arquitetura Original da Igreja Matriz de Santo Antônio.



Fonte: Inventário Cultural de Paracatu, Arquivo Público Municipal.

Ainda assim, os traços arquitetônicos, a própria construção, que também não são propriamente objetos dessa discussão, ensejam a possibilidade de se compreender escolhas históricas paracatuenses ao longo dos anos. A referida Igreja da Matriz, ainda que preservada, como se observará a seguir, teve diversos elementos de sua construção alterados. O novo desenho dos acessos, a nova posição das palmeiras são alguns dos mais perceptíveis.

Figura 40 - Igreja Matriz de Santo Antônio (2022).



Fonte: Google Maps, 2022.

Em tempo, registra-se que, o altar-mor da Igreja Matriz de Santo Antônio pertencia a originária Igreja de Sant'Anna, que foi demolida em 1935. Registros mostram que na década de 1930 aquele templo estava em vias de ruir, e por isso o retábulo foi desmontado e levado em carros de boi para a Matriz, onde permanece até os dias atuais.

Por mais que se possa argumentar, que a construção das possibilidades dos homens e mulheres negros paracatuenses tenha se dado dentro de determinadas condições históricas, sabidamente marcadas pela presença da Igreja Católica, da

institucionalização do Estado brasileiro, o destaque e o maior valor das ações desses sujeitos, ao contrário de diminuir, aumentam e toma uma maior dimensão.

A própria capacidade de expressão de valores e sentidos, nas condições sociais e históricas que se conhecia, parece compor um cenário de grandes dificuldades e cada conquista reveste-se de importância ímpar.

Dentre os vários movimentos das populações de homens e mulheres negros paracatenses, tem-se na sequência, a imagem do retábulo, mencionado acima:

Figura 41 - Altar-Mor retirado da Igreja de Sant'Anna, atualmente está localizado na Igreja Matriz de Santo Antônio.

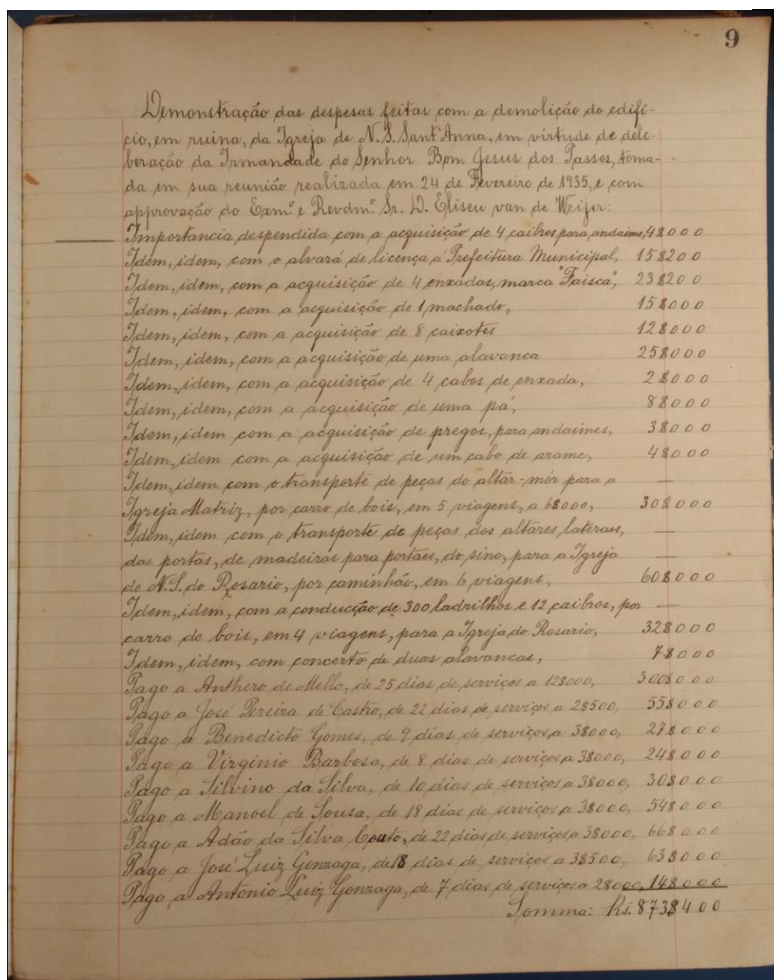


Fonte: Acervo do autor, 2021.

Retomando o protagonismo que enseja o esforço dessas análises, os homens e mulheres negros/as paracatuenses, como já mencionado, mesmo em meio às condições sociais e históricas conhecidas, construíram laços e possibilidades de combinarem esforços para construírem o que lhes parecia importantes. E na mesma direção, o transporte do altar foi uma reação dos moradores com o descaso das autoridades, e foi por ação desses populares que o altar foi transportado para a igreja Matriz de Santo Antônio da Manga antes de ser destruído pela demolição da suprimida igreja de Sant'Anna (GONZAGA, 1910).

Nas buscas no Arquivo Público de Paracatu, evidenciou-se a existência da ata de demolição da Igreja do Sant'Anna, na qual consta o seguinte título: *“Demonstração das despesas feitas com a demolição do edifício em ruínas da Igreja de N. S. Sant'Anna, em virtude de deliberação da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, tomada em sua reunião realizada em 24 de Fevereiro de 1935”*.

Figura 42 - Ata de demolição da Igreja de Sant'Anna.



Demonstração das despesas feitas com a demolição do edifício em ruínas da Igreja de N. S. Sant'Anna, em virtude de deliberação da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, tomada em sua reunião realizada em 24 de Fevereiro de 1935, e com aprovação do Cam. e Revdm. Sr. D. Cláudio van de Weijer:	
Importância despendida com a aquisição de 4 cabos para andaimes	48000
Idem, idem, com o alvará de licença a Prefeitura Municipal	158200
Idem, idem, com a aquisição de 4 enxada, marca 'Taísa'	238200
Idem, idem, com a aquisição de 1 machado	158000
Idem, idem, com a aquisição de 8 paizotes	128000
Idem, idem, com a aquisição de uma alavanca	258000
Idem, idem, com a aquisição de 4 cabos de enxada	280000
Idem, idem, com a aquisição de uma pa.	880000
Idem, idem, com a aquisição de pregos para andaimes	380000
Idem, idem, com a aquisição de um cabo de arame	480000
Idem, idem, com o transporte de peças do altar-mór para a Igreja Matriz, por carro de bois, em 5 viagens, a 18000	308000
Idem, idem, com o transporte de peças dos altares laterais, dos portais, de madeiras para portais, do sino, para a Igreja de N. S. do Rosário, por caminhão, em 6 viagens	608000
Idem, idem, com a condução de 300 ladrilhos e 42 cabos, por carro de bois, em 4 viagens, para a Igreja do Rosário	328000
Idem, idem, com concerto de duas alavancas	780000
Pago a Antero de Mello, de 25 dias de serviços a 12800	308000
Pago a José Pereira de Castro, de 22 dias de serviços a 28500	558000
Pago a Benedito Gomes, de 9 dias de serviços a 38000	278000
Pago a Virgílio Barbosa, de 8 dias de serviços a 38000	248000
Pago a Silvino da Silva, de 10 dias de serviços a 38000	308000
Pago a Manoel da Sousa, de 19 dias de serviços a 38000	548000
Pago a Adão da Silva Lepito, de 22 dias de serviços a 38000	668000
Pago a José Luiz Gonzaga, de 18 dias de serviços a 38500	638000
Pago a Antonio Luiz Gonzaga, de 7 dias de serviços a 28000	148000
Summa:	R\$. 8738400

Fonte: Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Sant'Anna – Caixa-Arquivo 02 – Maço 03 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Figura 43 - Despesas efetuadas na demolição da Igreja de Sant'Anna, constantes na página do Livro de Receitas da Irmandade Nossa Senhora de Sant'Anna.

Despesas para demolir a Igreja de Nossa Senhora de Sant'Anna.

x 4 Caibros por		44,000
x 4 Cabos de enxada	por	24,000
x 4 enxadas faixa	n	234,200
x 1 machado	n	154,000
x 8 Cairretes	n	124,000
x 1 apia	n	84,000
x 1 m prego	n	34,000
2 folhas de papel, 1 caderno, 1 penna	n	450
x 1 rolo de arame	n	44,000
X 1 licença e imposto da des Prefeitura e	n	154,200
Para furar 14 estios dentro da Igreja, para pôr		
fora no largo da Igreja, furar com bois que paguei	n	54,000
X Comprei 1 lavaca	n	254,000
Para furar com bois, dentro da Igreja para pôr		
para fora no largo da Igreja, sendo 6 estios	n	44,000
x Carrete do Altar-mór para ellatiz, com 5 lançadas	n	304,000
x n do caminhão, boiagens, carreteiro dos Alt-		
ares literaes, sino, portas, madeiras para portaes,		
para conduzir para Igreja de Rosario	por	x 604,000
x 4 viagens de carro, com ladrinhos e pernas da daga	por	324,000
Caibros lavrados, 1 duzia	n	74,000
x Concerto de 2 lavacas		
Paguei para furar 20 estios dentro da Igreja para		
pôr no largo da Igreja	n	484,000
3 duzias e meia de mus fogos para ellissa dodia		
29 de Setembro de 1935.	por	144,000
Alissa que		
17 photographias do altar-mór da Igreja de St' Anna		264,000
Eu despendi com a festa de N. S. Sant' Anna, este anno		504,000

Fonte: Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Sant'Anna – Caixa-Arquivo 02 – Maço 03 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

Figura 44 - Total das despesas efetuadas com a demolição da Igreja de Sant'Anna, constantes na página do Livro de Receitas da Irmandade Nossa Senhora de Sant'Anna.

Em dinheiro das columnas	
Dos 100 balaustros	700#000
Da janella e grades	300#000
14 taboas velhas extragadas	240#000
4 portas pequenas	13#000
1 taboa	20#000
445 teias	2#000
6 gavetões vendidos, em 9 de julho de 1934, aos ^{por} Sr. José Langer, então Thesor. ^o Sr. José Macido, cuja importância se acham	100#000
Importância em em poder do então Thesour. ^o da Irmandade de São Jerônimo dos Passos, Sr. José Torres Macido, de 6 gavetões vendidos pelo mesmo Senhor, em 9 de julho de 1934, ao Sr. José Langer, em São Paulo;	1.500#000
Receita:	
Somma: R\$. 2.895#000	

Fonte: Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Sant'Anna – Caixa-Arquivo 02 – Maço 03 - Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu.

A referida Ata é datada de 1935, ano em que o letramento da sociedade brasileira ainda era algo a ser buscado. A clareza das informações, a sequência dos registros e o próprio teor do documento fazem crer numa capacidade organizativa incomum. A contribuição de pessoas letradas para o registro em questão, não é algo a ser descartado, de toda forma, também não chega a ser um problema, denota mais, uma capacidade de articulação e mesmo de negociação para se obter algo que parece importante para a instituição.

A Igreja de Sant'Anna foi a primeira a ser edificada em Paracatu, sua construção teve início por volta de 1733. De acordo com alguns registros, inicia-se sua edificação com a chegada do bandeirante Felisberto Caldeira Brant. A localização da igreja era no antigo Arraial de São Luiz e de Santana das Minas do Paracatu do Príncipe.

Figura 45 - Igreja de Sant'Anna em ruínas, no ano de 1934.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Paracatu.

Conforme Gonzaga (1910), construída por baianos e portugueses trazidos para a cidade para servir de mão de obra em sua edificação, a igreja de Sant'Anna era destinada a receber somente brancos, sendo proibida a entrada de negros (as), sua construção foi finalizada em 1745, sob a direção do Padre Antônio Mendes Santiago.

Segundo o site Memórias de Paracatu (2023), em 25 de Fevereiro de 1935, durante uma reunião na Igreja do Rosário, dirigida pelo vigário Frei Miguel Jonkers (representante do bispo Dom Eliseu Van de Weijer), para definir questões relacionadas à demolição da Igreja de Sant'Anna. O encontro teve a participação de 26 pessoas, entre elas estavam presentes o Senhor Gustavo Baptista D'Affonseca (Procurador da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos), Frei Miguel (Presidente da reunião), e os demais membros da referida Irmandade.

Após a assembleia, ficaram decididos que todo o material da Igreja seria aproveitado, os altares, considerados obras de arte de grande valor feitas por exímios artistas do tempo colonial, seriam aproveitados em outras igrejas da cidade, o produto da venda dos gavetões seriam empregados nas despesas de demolição, o dinheiro da Irmandade adquirido nos últimos festejos também seria empregado para demolição da referida igreja.

O tesoureiro da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos ficou autorizado a vender o material aproveitável para efetuar os compromissos assumidos com a demolição, com isso Inicia-se imediatamente a demolição da Igreja, aplicando a importância existente no caixa da Irmandade. A ata dessa reunião foi lavrada "ad-hoc²³", pelo escrivão Jorge Macedo. Em 15 de Junho, Gustavo Baptista D'Affonseca recebeu um comunicado do Monsenhor Frei Eliseu Van de Weijer (Carmelita e Administrador Apostólico da Prelazia de Paracatu): *“Entregar aos compradores as seguintes peças: quatro colunas do Altar-mor, duas pequenas colunas de um altar lateral, molduras e madeiramento da parede da Sacristia e três cálices da Igreja”*. Todo o material foi vendido pelo preço de \$700.000,00 (setecentos mil réis).

Em 05 (cinco) de agosto de 1935, a Prefeitura expediu o seguinte documento:

Pelo presente alvará, que vai devidamente assinado, fica concedido à licença ao cidadão Gustavo Baptista D'Affonseca, conforme requereu e visto ter pago os devidos emolumentos, como se verifica pelo talão n.º 2 desta data, 05 de Agosto de 1935, expedido pelo agente Fiscal da cidade, para demolir o prédio, em ruína, da Igreja Nossa Senhora de Sant'Anna, situado no largo do mesmo nome, nesta cidade. Eu, Ernani Pimentel de Godoy, secretário, datilografei e assino. (MEMÓRIAS DE PARACATU, 2023).

²³ Ad hoc é uma expressão latina, geralmente usada para informar que determinado acontecimento tem caráter temporário e que se destina para aquele fim específico. Possui o seguinte significado: “para esta finalidade”, “para isso” ou “para este efeito”.

De acordo com o estatuto da Irmandade de Nossa Senhora de Sant'Anna (1935. pág. 7 a 10):

O Senhor Gustavo Baptista D'Affonseca pagou a quantia de quinze mil e duzentos réis (15\$200), provenientes dos seguintes impostos para demolir a Igreja: Licenças especiais 10\$000 (dez mil réis) e Taxas eventuais 5\$200 (cinco mil réis e duzentos). A importância foi recebida pelo Agente Fiscal, Francisco Xavier. O Monsenhor Eliseu Van de Weijer vendeu para particulares os seguintes materiais da Igreja Sant'Anna: Seis gavetões 1:500\$. Seis colunas, três cálices etc. 700\$. Cem balaústres, 300\$. Janelas e grades, 240\$. Dezessete tábuas, 13\$. Setecentos e setenta cinco telhas, 100\$. Quatro portas, 20\$. Quinze caibros e seis ripas, 20\$. Uma tábua velha, 2\$. Madeiras à Prefeitura 93\$900. Madeiras para diversas pessoas 44\$. Total 3:032\$900. Os gavetões foram vendidos para o Sr. José Langer, de São Paulo, em 09 de julho 1934.

A demolição da Igreja de Sant'Anna, lamentavelmente foi iniciada em 07 de agosto e finalizada no dia 05 de setembro de 1934, tinha como encarregado de executar este trabalho o Senhor Gustavo Baptista D'Affonseca, procurador da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos.

A Igreja de Sant'Anna, com fachada simples, surpreendia os visitantes com o contraste de seu interior que era muito exuberante, mas infelizmente sua edificação foi destruída em 1935, os trabalhos de demolição começaram em 07 de agosto e terminaram em 05 de setembro. As comemorações do dia de Nossa Senhora de Sant'Anna, em 29 de setembro, foi feita em cima dos escombros da primeira igreja de Paracatu, onde fieis soltaram foguetes e celebraram missas. (MEMÓRIAS DE PARACATU, 2023).

No ano de 1939, Olympio Gonzaga escreveu uma crônica, intitulada "Paracatu, terra do ouro, berço de homens ilustres", onde ressaltou que, com a dissolução das Irmandades Religiosas, que tinham grande zelo com os templos, estes foram abandonados, sendo demolida a Igreja de Sant'Anna com suas preciosidades. Em 20 de Agosto de 1939, o Jornal Folha de Paracatu publicou um artigo que foi salientado com a seguinte afirmação: *"O povo de Paracatu esqueceu que a obra verdadeiramente artística era a Igreja de Sant'Anna"*, a partir da afirmação, salientada em 1939 pelo Jornal Folha de Paracatu, surgem algumas indagações: por que o referido jornal deu ênfase somente à demolição da igreja de Sant'Anna? A igreja, onde a entrada e permanência só eram permitidas a homens e

mulheres brancas (os), teria uma maior relevância em relação às demais igrejas que foram demolidas em Paracatu?

Conforme Gonzaga (1939), parte dos relatos dos fiéis que frequentaram a suprimida Igreja de Sant'Anna:

Genésio Gonçalves Pereira diz que a Igreja de Sant'Anna era uma Igreja grande, tinha uns gavetões que guardavam as roupas dos padres, e seus puxadores eram de ouro puro. Tinha chave de ouro, dobradiça de ouro e até prego de ouro. Quem levou tudo embora foram os portugueses, só se ouvia falar na época que os portugueses levaram o ouro da Igreja. Era uma Igreja muito bonita. O Francisco André (Chiquinho André), conta que foi o seu pai que carregou o altar da Igreja de Sant'Anna para a Igreja Matriz de Santo Antônio, carregou no carro de boi. Demoraram uns dois meses para montar o altar na Matriz. Izabel Santana Carneiro lembra que a Igreja de Sant'Anna era a mais rica, na entrada tinha Adão e Eva em tamanho natural, os puxadores dos gavetões e o sino da igreja eram de ouro misturado com bronze.

Atualmente consta no local da antiga Igreja de Sant'Anna uma réplica da construção original, a qual é apresentada na figura a seguir:

Figura 46 - Réplica da Igreja de Sant'Anna, construída em 1990.



Fonte: <<https://www.flickr.com/photos/sylvio bazote/48499756422>>

Por muito tempo, o clamor popular pela falta da antiga igreja era constante, a prefeitura cedeu o terreno onde ficava a suprimida igreja, e os próprios moradores da cidade fizeram doações de materiais e mão de obra para a construção da mesma que foi finalizada no ano de 1990.

A Igreja de Sant'Anna foi sede da Irmandade de Sant'Anna e Irmandade do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, e como já mencionado, também permitiu que a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo se estabelecesse na sua capela até a construção da sua própria igreja.

Diferentemente da situação envolvendo a instituição religiosa Igreja Matriz de Santo Antônio, em que não foi possível precisar alguma proibição à participação dos homens e mulheres negros/as, na Igreja de Sant'Anna a informação parece ser clara. Importa tentar compreender, o que se almeja com tal restrição? O que se pretende com a exclusão de determinado segmento? Sabe-se que o racismo e as suas várias faces estão espalhados por todas as fimbrias sociais. E a tentativa de se obter progresso/vantagem sobre o outro se vale de toda e qualquer forma de estratégia e valência social?

No livro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, constam informações sobre a existência de outras irmandades na mesma igreja do Sant'Anna, conforme imagem a seguir:

Figura 47 - Capítulo II do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

No livro da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, há relatos no Capítulo VII sobre sepulturas existentes dentro da Igreja de Sant'Anna e no Capítulo VIII alude a existência de oito sepulturas pertencentes à irmandade de nossa senhora do Amparo dentro daquela Igreja, observe:

Figura 48 - Capítulo VII do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Paracatu – Sala 06 – Núcleo de Gestão de Pesquisa – Arquivo 01 – Gaveta 03.

Figura 49 - Capítulo VIII do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.



É válido mencionar que o bairro Santana, ou Largo do Santana, foi o local onde se iniciou o surgimento de Paracatu, então designada por São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, pelo bandeirante Felisberto Caldeira Brant que encontrou no lugar abundância do ouro de aluvião e grande quantidade de água.

O bairro ainda é um registro vivo da história da cidade, com edificações que conservam as características barrocas tradicionais, a exemplo das imagens a seguir:

Figura 50 - Sobradinho do Santana - Primeira construção de alvenaria erguida na cidade de Paracatu.



Fonte: Acervo próprio do autor.

Além dos registros apresentados, há uma série de construções no município que ainda conservam as características barrocas originais e outros imóveis que, embora não sejam originais, são réplicas que buscam conservar a história do município, tal como o Sobradinho do Santana, primeira construção de Alvenaria de Paracatu, construído em 1750 pelo português João de Mello Franco.

Como relatado, algumas igrejas, assim como o Cemitério, ainda continuam em funcionamento no Município, e mesmo passando por reformas e restaurações, os locais ainda conservam suas características originais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto apresentou a dissertação de mestrado estruturada para solucionar o seguinte problema: “Qual o papel das Irmandades Religiosas na construção dos laços socioculturais e de liberdade entre os negros (as) do município de Paracatu-MG no século XVIII?”.

Dos movimentos iniciais da pesquisa “A Construção de Laços e Espaços: as Irmandades Negras em Paracatu/MG no Século XVIII”, já mencionada, e a pretensão de compreender alguns dos principais elementos históricos da trajetória, da construção de possibilidades, mas também dos sentidos dos homens e mulheres negros/as. Mesmo escravizados, as considerações finais, parecem somar com o diálogo dos antepassados, e sua luta, mas também com os mais jovens, com os adolescentes negros/as, que ficam distantes do passado desses sujeitos.

Para responder a problemática proposta, procedeu-se a análise do papel das Irmandades existentes em Paracatu no século XVIII e as relações entre seus membros. A precariedade dos registros foi a principal dificuldade encontrada para realização da pesquisa, problema que foi parcialmente mitigado nas conversas com o Arquivista Carlos Lima do Arquivo Público Municipal de Paracatu, que foi sempre muito solícito em agregar seus conhecimentos ao meu trabalho.

A repetida e cantada saga da construção da cidade de Paracatu, em que os bandeirantes, as famílias ricas, as ordens religiosas, a institucionalização do Estado brasileiro e suas leis adentraram a essa localidade, em muitos momentos, para além de somar com uma determinada narrativa, procuram fortalecer o descredenciamento, a anulação, quando não a desvalorização dos feitos, da importância do trabalho, e também dos movimentos, para além do trabalho de homens e mulheres negros, mesmo que reduzidos à condição de escravizados ao Brasil, o período da mineração no século XVIII em Minas Gerais e, sobretudo, em Paracatu, bem como, elementos importantes da religiosidade presente na comunidade negra que se formava.

Há ainda, que se considerar a histórica e mutável discriminação e a desigualdade racial que sempre estarão presentes no contexto histórico. Destaco que como parte desta pesquisa, acrescento a minha compreensão, a minha experiência e o meu desejo político pela valorização de mais sujeitos históricos nessa localidade.

Acreditou-se que com novas abordagens, novos olhares e mesmo novos materiais se poderia somar com o esforço de apresentar, mas também de problematizar conceitos consagrados e, sobretudo, ampliar o registro das escolhas e da consequente significância histórica da atuação de homens e mulheres negros/as paracatuenses.

É importante salientar as permanências, mas também as sequências de algumas mudanças históricas contrapondo às narrativas, submetê-las às novas evidências que provocam a compreensão fácil e impulsionam à dúvida, permitindo a construção do conhecimento histórico mais plural, impondo a subtração de preconceitos e exigindo a compreensão dos contornos de sujeitos históricos, por muito tempo silenciado, conforme nos inspira (ZARTH, 2001; BARCA, 2001).

Sabe-se que as escolas, em sua maioria, são tensionadas a ministrarem conhecimentos em que as crianças, dos diversos segmentos sociais brasileiros sintam-se confortáveis com as memórias, e mesmo a atuação dos seus antepassados na construção do presente, assim como, com o desenho de futuro que encerra o estudo. O conhecimento histórico, e a atuação do professor devem ser centradas para a transformação social e desenvolvimento de uma educação inclusiva onde os preconceitos e discriminações possam ser cessados, mas infelizmente não é assim que acontece.

Na continuidade deste estudo, pretende-se avaliar todo material levantado e verificar a melhor forma de fomentar o conhecimento das Irmandades e o reconhecimento do papel delas na formação de laços socioculturais.

FONTE:

ANDRADE, Cristiane. **Tapuiada.** Disponível em: <https://paracatumemoria.wordpress.com/patrimonio-imaterial/>. Acesso em setembro 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICIPIO DE PARACATU - ARQUIVO PÚBLICO
<https://paracatumemoria.wordpress.com/curiosidades/>

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICIPIO DE PARACATU - Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICIPIO DE PARACATU - Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1799.

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 2018, p.2332-2359. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/cV888dCvFPGrCqSLnKntNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em setembro 2022.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. (Coords.). **Atlas da violência 2020.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em out. 2022.

FAGGIOLI, Massimo. **Clericalismo, centralização e reforma da Igreja.** Artigos, Reflexões e Notícias Paróquia São Pedro Apóstolo, setembro 2019. Disponível em: <http://paroquiagaspar.com.br/clericalismo-centralizacao-e-reforma-da-igreja.html>. Acesso em setembro 2022.

Projeto Foto Strada, Turismo, História, Aventura e Gastronomia. Disponível em: http://fotostrada.com.br/2014/03/06/padre_santiago_e_as_igrejas_de_paracatu/. Acesso em Junho de 2023.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>. Acesso em junho 2022.

IPATRIMÔNIO.ORG. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/paracatu-igreja-matriz-de-santo-antonio/#!/map=38329&loc=-17.223952999999998,-46.874973999999995,17>. Acesso em Julho de 2023.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1495/>. Acesso em Março de 2023.

JORNAL FOLHA DE PARACATU N. ° 38, 40 e 41. Câmara Municipal de Paracatu: Ata 21/01/1927.

LEI.A. **O que já se foi do Patrimônio Cultural de Paracatu.** Série Especial, @Lei.a; novembro de 2021. Disponível em: < <https://leia.org.br/serie-especial-i-o-que-ja-se-foi-do-patrimonio-cultural-de-paracatu/>>. Acesso em junho 2022.

OPEN STREETMAP. Disponível em: < <https://www.openstreetmap.org/#map=11/-17.2595/-46.7667&layers=N> >. Acesso em Abril de 2023.

PARACATU, Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Público Municipal. **Inventário Cultural de Paracatu.** Disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/fundo-tribunal-ecclesiastico-tec/inventario-cultural/>>. Acesso em setembro 2022.

PARACATU. **Código Irmandade do Rosário de Paracatu, 1744.** Arquivo Público Municipal. Paracatu: Arquivo Público Municipal, 1744.

PARACATU.COM. Disponível em: < <https://paracatu.com/comunidades-quilombolas-de-paracatu/>>. Acesso em Março de 2023.

PARACATU. Guia do Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga. Fundação Municipal Casa de Cultura de Paracatu, Prefeitura Municipal de Paracatu, 1998. Disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/fundo-tribunal-ecclesiastico-tec/guia-do-arquivo/>>. Acesso em junho 2022.

PARACATU. **Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773.** Arquivo Público Municipal. Paracatu: 1743.

PARACATUMEMÓRIA.WORDPRESS.COM. Disponível em: <https://paracatumemoria.files.wordpress.com/2011/09/planta_mnemc3b4nica_da_cidade_de_paracatu.jpg>. Acesso em Abril de 2023.

PEREIRA, Samuel Ted A. de. **Cemitério de Santa Cruz:** uma lápide de histórias. ACONTUP (Associação de Condutores de Turismo de Paracatu) com o Arquivo Público Municipal de Paracatu Olímpio Michael Gonzaga, 2011. Disponível em: <<https://acontupturismo.wordpress.com/2011/08/07/cemiterio-de-santa-cruz/>>. Acesso em setembro 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA. Disponível em: <<https://manga.mg.gov.br/pagina/id/2/?historia-da-cidade.html>>. Acesso em Julho de 2023.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/paracatu>>. Acesso em Abril de 2023

MEMÓRIAS DE PARACATU. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/749657031734911>. Acesso em Julho de 2023.

WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Motins_do_Sert%C3%A3o_do_Rio_S%C3%A3o_Franci_sco>. Acesso em Julho de 2023.

REFERÊNCIAS:

- AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Negras Minas Gerais: Uma História da Diáspora Africana no Brasil Colonial**. 1999. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confraria entre negros e mulatos no século XVIII**. São Paulo: FFLCH/USP. 1993. Dissertação de Mestrado.
- AGUIRRE, Rafael. **Del movimiento de Jesus a la Iglesia Cristiana: ensayo de exégesis sociológica del cristianismo primitivo**. 2. Ed. Estella: Verbo Divino, 2015.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Flávio Aparecido de (Org.). **Ciências das Religiões: uma análise transdisciplinar - Volume 2**. Guarujá: Editora Científica, 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARIÈS, Philipp. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BAETA, Rodrigo Espinha. **O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BARCA, Isabel. **Educação Histórica: uma nova área de investigação**. *Revista da Faculdade de Letras e História*. Porto, III Série, vol.2, 2001, pp.13-21.
- BARROS, José D 'Assunção. **Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço**. *Geografia (Londrina)*, v.19, n.03, 2010.
- BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e Políticas Colonizadoras em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. **“Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo”**. In: RIBEIRO, Guilherme. **“A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração”**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015.
- CARVALHO, Mara da Conceição Amaral Miranda de. **Paracatu: o Morro do Ouro**. Brasília: RTZ Mineração, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História (Texto: A operação historiográfica)*. 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COMAR, Michelle. **Imagens de Ébano em altares barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo (Séculos XVIII-XIX)**. 133f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2018.

CONCEIÇÃO, Nancy Nery da. **Religiosidade em Ouro Preto no século XVIII: os signos africanos na igreja de Santa Ifigênia. Entre a norma e o conflito: espaços de negociação**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2016.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. **Percursos, Florianópolis**, v. 8, n. 1, p. 03-17, jan. / jun. 2007.

DORIA, Siglia Zambrotti. **Relatório sócio-histórico e cultural da Comunidade Remanescente de Quilombos Família dos Amaros**. Brasília: abril/2004, p. 34

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCISCO, Vilma Maria Santos. **Direitos humanos para quilombolas: consciência e atitude**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Coleção Caminho das Pedras, v. 1.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Território de símbolos: As irmandades negras na Paracatu Setecentista. 2003.140 f. Dissertação (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

GONZAGA, Olympio Michael. **Memoria Histórica de Paracatú**. Uberaba-MG: Typ. Jardim & Comp., 1910.

GONZAGA, Olympio. **Paracatu, Terra do Ouro, Berço de Homens Ilustres**. 1939.

HERMANN, Hildebrando. **Código de mineração de A a Z**. Campinas: Millennium Editora, 2008.

LACET, Juliana Lemos. **Os rituais de morte nas irmandades de Escravos e Libertos: Vila Rica, século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil Hoje**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense 1998.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia século XIX: uma Província no Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique Z. M; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. A periferia contra o Estado? Para escapar das ciências tristes. In: FONTES, Yuri Martins; MECCHI, Patícia (Orgs.); VIEIRA, Vera Lucia (Coord.). **História e lutas sociais: a classe que trabalha em movimento**. São Paulo: EDUC, Brasília: CAPES, 2019. p.89-95.

MOSCOVICI, S. **The Phenomenon of Social Representations**. Em R. Farr & S. Moscovici (org.), Social Representations Cambridge: University Press, 1984.

OLIVEIRA MELLO, Antônio. **Paracatu, meu bem querer**. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2007.

OLIVEIRA MELO, Antônio de. **Paracatu do Príncipe: Minha Terra**. Patos de Minas: Academia Patense de Letras. 1978.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.133, p. 413-431, Set./Dez. 2018.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Anablume, 1995.

PARACATU, Jornal Folha de. N. ° 38, 40 e 41. **Câmara Municipal de Paracatu: Ata 21/01/1927**.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. **La vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco**. São Paulo: Fapesp, 2002.

REIS, João J.; GOMES, Flávio S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XVIII**. Companhia das Letras, São Paulo, 1991.

REIS, João José. **Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão**. Revista Tempo. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996.

REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. **Estudos Afroasiáticos, nº14**, 1987.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado: O Cerrado na Cultura de Minas Gerais - Vol. 2**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

RÜSEN, Jörn. Didática – funções do saber histórico. (não há texto, assistir somente os dois vídeos através dos links abaixo).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional 1978.

SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos. **A justiça do bispo: o exercício da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII**. 2019.

SCOTT, Parry. **Os garimpeiros em Paracatu**: história recente, características sociais, cultura e desafios. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SILVA, Alberto da Costa. **Francisco Félix de Souza, mercador de escravos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.) **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marcos Spagnuolo. **Paracatu: sua história**., 1999. p.121.

SOUZA, Marcos Spagnuolo de; OLIVEIRA, Eleusa Gomes de. **Os negros de Paracatu**. Paracatu, MG: [s. n.], 2009. 160 p., il.

SOUZA, Marina de Melo. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

TAVARES, Julio Cesar de Souza. Retrospectiva histórica do movimento negro. *In*: GARCIA, Januario. **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil**. 2. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENANCIO, Renato Pinto. **Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII**. Locus - Revista de História. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan.-jun. 1998, p. 85.

ZARTH, Paulo Afonso. Ensino de História, participação da comunidade e cultura histórica. **Saeculum – Revista de História**, n. 6/7 – Jan/Dez. 2000/2001.